



Prefeitura de
Paranavaí

Secretaria Municipal
de Assistência Social



Fundação
FAFIPA



VIII
**JORNADA
SERVIÇO SOCIAL**

UNESPAR / CAMPUS PARANAVAÍ

Anais da **VIII Jornada de Serviço Social** da Unespar - Campus Paranavaí



**APRESENTAÇÃO DOS ANAIS DA VIII JORNADA DO CURSO DE SERVIÇO
SOCIAL DA UNESPAR CAMPUS PARANAVAÍ**

A VIII Jornada do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Paraná UNESPAR - Campus Paranavaí, foi um evento de grande relevância para a comunidade acadêmica e profissionais assistentes sociais. Teve como tema central "Serviço Social, trabalho profissional e seus desafios frente ao avanço neoliberal e fragilidade democrática".

Realizada de 20 a 23 e 29 e 30 de outubro de 2025, foi organizada com uma programação diversificada, que contemplou no primeiro dia, exibição do filme "Ainda Estou Aqui" com análise feita pela profa. Dra. Claudiana Tavares da UNILA – Foz do Iguaçu. No dia 21, a profa. Dra. Fátima Grave Ortiz da UERJ, realizou a palestra de abertura com o tema: Serviço Social e Exercício Profissional: Desafios Contemporâneos. No dia 22 ocorreu a apresentação dos resumos expandidos organizados a partir de três Eixos Temáticos:

1. Fundamentos, Trabalho e Exercício Profissional em Serviço Social. Este eixo contou com 10 trabalhos aprovados, que abordaram temas como a formação e o exercício profissional, bem como os desafios éticos enfrentados pelos profissionais da área.

2. Política Social e Serviço Social. Neste eixo, foram aprovados 8 trabalhos que discutiram a política social e sua relação com o Serviço Social, abordando temas como a seguridade social, a política de saúde e a política de assistência social.

3. Temas Transversais. Com 19 trabalhos aprovados, este eixo abordou temas que perpassam o exercício profissional de assistentes sociais como a questão de gênero, questões étnico-raciais, a diversidade e a inclusão.

No dia 23, aconteceu a Oficina conduzida pela Profa. Dra. Keila Pinna Valensuela e a Doutoranda Francilene Bernardo Cordeiro Róas, com a temática: Oficina de Pesquisa "Dominando a Formatação Acadêmica: desafios, exemplos e reflexões práticas". No dia 29, sob a coordenação da profa. Dra. Priscila Semzezem e profa. Dra. Teone Assunção, estudantes e professoras participaram do Laboratório de Vivências



**Serviço Social, trabalho profissional e seus desafios
frente ao avanço neoliberal e fragilidade democrática**

ISSN: 2359-1277

sobre Audiência Pública. Ainda no dia 30, aconteceu a Mostra de Estágio e Projetos de Intervenção em Serviço Social, com a palestra de encerramento “O Processo de Trabalho no SUAS, o Estágio supervisionado em Serviço Social” proferida pela profa. Dra. Maria Luiza Amaral Rizzotti.

Os anais da VIII Jornada do Curso de Serviço Social da UNESPAR Campus Paranavaí, reúne os trabalhos apresentados durante o evento, que certamente contribuirão significativamente na construção de conhecimentos e reflexões sobre as temáticas abordadas, além de oferecer uma oportunidade de socialização de suas pesquisas e experiências com a comunidade acadêmica e profissional.

Esperamos que esses anais sirvam como uma fonte de inspiração e conhecimento para estudantes, profissionais e pesquisadores da área, contribuindo para o avanço do Serviço Social e para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Agradecemos a todos e todas que estiveram envolvidos na organização e realização da VIII Jornada, especialmente aos estudantes, professoras e palestrantes que compartilharam suas experiências e conhecimentos.

Paranavaí, 31 de outubro de 2025

Comissão Científica

UNESPAR Campus Paranavaí

SUMÁRIO

PARTE I – EIXOS TEMATICOS.....	7
PARTE I - EIXO TEMÁTICO 1: Fundamentos, Trabalho e Exercício Profissional em Serviço Social.....	8
O SERVIÇO SOCIAL NO INSTITUTO MAURICIO GEHLEN: debates sobre a atuação profissional	9
AS POLÍTICAS SOCIAIS E O SERVIÇO SOCIAL: Disputas, Tendências e Desafios	15
INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL, DIREITOS HUMANOS E ABORTO LEGAL.....	21
SERVIÇO SOCIAL E OS DESAFIOS NO ENFRENTAMENTO AO CONSERVADORISMO	26
SERVIÇO SOCIAL E O ENFRENTAMENTO AO PRECONCEITO CONTRA A LGBTFOBIA	32
REQUISIÇÕES INDEVIDAS AO ASSISTENTE SOCIAL: reflexões sobre	37
o Serviço Social a partir de uma experiência de trabalho em um município de Pequeno Porte I	37
PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: Impactos no adoecimento do(a) assistente social	43
O PAPEL DO SERVIÇO SOCIAL NA REDE DE APOIO ÀS PESSOAS COM AUTISMO E SUAS FAMÍLIAS.....	49
A ATUAÇÃO DO/A ASSISTENTE SOCIAL COMO FACILITADOR DO ACESSO AO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA NA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO (DPU)	54
POLÍTICAS SOCIAIS E O SIGNIFICADO DE INTERSETORIALIDADE PARA VIABILIZAÇÃO DE DIREITOS SOCIAIS	60
PARTE I - EIXO TEMÁTICO 2: Política Social e Serviço Social	64

O ESTÁGIO COMO ESPAÇO DE FORMAÇÃO CRÍTICA: aprendizados e desafios no CAPS AD III	65
ENTRE A RUA E O ACOLHIMENTO: Análise da Rede de Proteção Social de Média e Alta Complexidade em Foz do Iguaçu – PR	71
ENTRE DESASTRES E DIREITOS: a proteção social aos deslocados climáticos no Brasil	76
ATENDIMENTO Á POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM PARANAVAÍ/PR: Limites e potencialidades das organizações sociais frente ao SUAS	81
POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ: Reflexões sobre o cenário atual	85
DESIGUALDADE SOCIAL: uma análise de dados do Cadastro Único do município Nova Esperança/PR.....	90
O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS E O IMPACTO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO COTIDIANO	95
SERVIÇO SOCIAL, GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS: a Inserção Profissional e os Desafios na Contemporaneidade.....	99
PARTE I - EIXO TEMÁTICO 3:Temas Transversais.....	105
A GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	106
DIREITOS HUMANOS, QUESTÃO SOCIAL E A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NEGRA: a urgência de uma resposta estrutural	112
ANÁLISE DA TIPIFICAÇÃO CRIMINAL DE JOVENS REINCIDENTES NA CADEIA PÚBLICA DE PARANAVAÍ	118
A RELIGIÃO E SUAS IMPLICAÇÕES NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER: uma análise a partir dos dados do NUMAPE UNESPAR Paranavaí.....	124
MULHERES NEGRAS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: reflexões a partir dos atendimentos do Numape Unespar Paranavaí.....	129

SOLIDÃO DA MULHER NEGRA: Intersecções entre raça, gênero e classe .	135
REPRESENTATIVIDADE DA POPULAÇÃO NEGRA NO PODER LEGISLATIVO DA REGIÃO SUL	141
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER: Breves Reflexões	146
A INFLUÊNCIA DO PATRIARCADO NA VIDA DAS MULHERES	152
A CONSTRUÇÃO SOCIAL DE GÊNERO E SUAS IMPLICAÇÕES NA VIOLÊNCIA CONTRA MULHER	157
INCLUSÃO EM FOCO: adaptações didáticas para inclusão de estudante com deficiência visual, no ensino superior	161
LIMITES E DESAFIOS DO ACESSO A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL	166
ACESSIBILIDADE NA UNESPAR CAMPUS DE PARANAVAÍ: Intervenções e Adequações	170
INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: Relato de Experiência.....	176
A IMPORTÂNCIA DOS CENTROS DE CONVIVÊNCIA PARA O ENVELHECIMENTO ATIVO DA PESSOA IDOSA.....	180
O PROCESSO DO ENVELHECIMENTO DA PESSOA IDOSA: Breves Aproximações.....	186
A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO: Avanços e Desafios na Transparência Pública	190
A MOBILIZAÇÃO ESCOLAR ANTIRRACISTA: o surgimento e as ações do Coletivo Negro no Colégio Humberto de Campos.....	194
COLETIVO NEGRO EM AÇÃO: Protagonismo Estudantil e Educação Antirracista no Colégio Estadual Humberto de Campos	199
PARTE II – PROJETOS DE INTERVENÇÃO EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE SERVIÇO SOCIAL	204

PROPOSTAS E RESULTADOS DE PROJETOS DE INTERVENÇÃO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL REALIZADOS NO ANO DE 2025	205
CUIDANDO DE QUEM CUIDA: fortalecimento das cuidadoras de pessoas com deficiência com o apoio do Serviço Social no CAPD	206
CUIDANDO DE QUEM CUIDA: o papel do serviço social junto às famílias atípicas.....	207
O SERVIÇO SOCIAL E O ASSESSORAMENTO NA EFETIVAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE POR MEIO DAS CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE DA 14 ^a REGIÃO DE SAÚDE	208
REDES QUE INFORMAM: Serviço Social e o acesso à informação sobre direitos sociais, benefícios e serviços do CRAS-Vicente Simino	209
A ARTE DE ENVELHECER: Histórias e Reflexões	210
ACESSO A DIREITOS E LAZER COMO INSTRUMENTO DE CIDADANIA..	211
O PAPEL DO SERVIÇO SOCIAL NO ACESSO AO AUXÍLIO-INCLUSÃO: garantia e fortalecimento de direitos de famílias de pessoas com deficiência	212
RESULTADOS DOS PROJETOS DE INTERVENÇÃO EXECUTADOS NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL.....	213
“RODA DE CONVERSA INFORMATIVA COM AS MULHERES DOS CRAS DE PARANAVAÍ, SOBRE A LEI MARIA DA PENHA”	214
SERVIÇO SOCIAL E CONVERSAS QUE TRANSFORMAM: Fortalecimento dos vínculos afetivos dos Idosos.....	215
A MEDIAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NOS VÍNCULOS AFETIVOS ENTRE FAMILIARES E AS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE NA CADEIA PÚBLICA DE PARANAVAÍ.....	216



**Serviço Social, trabalho profissional e seus desafios
frente ao avanço neoliberal e fragilidade democrática**

ISSN: 2359-1277

PARTE I – EIXOS TEMATICOS



**Serviço Social, trabalho profissional e seus desafios
frente ao avanço neoliberal e fragilidade democrática**

ISSN: 2359-1277

**PARTE I - EIXO TEMÁTICO 1: Fundamentos, Trabalho e Exercício
Profissional em Serviço Social**

**O SERVIÇO SOCIAL NO INSTITUTO MAURICIO GEHLEN:
debates sobre a atuação profissional**

Ranielli Coito, socialinstitutomauriciogehlen@gmail.com;
Instituto Mauricio Gehlen

**Eixo Temático: 1. Fundamentos, Trabalho e Exercício
Profissional em Serviço Social**

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo refletir sobre a atuação profissional da assistente social no Instituto Mauricio Gehlen, especificamente no Serviço de Convivência do Idoso. Busca discutir sobre o envelhecimento populacional no cenário contemporâneo, bem como pontuar brevemente as conquistas históricas, evidenciando de que forma o Instituto Maurício Gehlen materializa as políticas públicas no referido município, contextualizando a inserção do Serviço Social na entidade. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, bibliográfica e por meio da observação da Assistente Social. O principal resultado alcançado foi identificar a importância da atuação da Assistente Social junto à pessoa idosa, bem como a relevância da ampliação da atenção à pessoa idosa por meio criação de serviços públicos visto que há muita carência na sociedade.

Palavras-chave: Serviço Social, Direitos Sociais, Pessoa Idosa.

INTRODUÇÃO

Na perspectiva do envelhecimento populacional, o atual cenário brasileiro apresenta uma inversão da pirâmide etária, ou seja, há um aumento significativo de pessoas idosas em relação a pessoas jovens, caminhando assim para um perfil demográfico mais envelhecido. Este contexto é decorrente de inúmeros acontecimentos e mudanças na sociedade, como por exemplo o avanço da medicina e principalmente o reconhecimento da pessoa idosa como ser cidadão de direitos. Assim, discutir sobre velhice se faz necessário, principalmente quando se trata da atuação de assistentes sociais em seus espaços sócio ocupacionais voltado ao atendimento à pessoa idosa.

Nesse sentido o objetivo geral deste trabalho é apresentar um relato de experiência da assistente social do Centro de Convivência do Idoso (CCI) do Instituto Mauricio Gehlen do município de Paranavaí-PR. com os objetivos específicos de entender o processo de envelhecimento populacional no Brasil; compreender as ações desenvolvidas pelo CCI do Instituto Maurício Gehlen; apresentar o serviço social no CCI do Instituto Maurício Gehlen.

Este trabalho foi estruturado a partir da compreensão do aumento do envelhecimento populacional, dos fatores que o impulsionam, das respostas do Estado por meio de legislações e da forma como o profissional de Serviço Social se insere nesse contexto, resultando na compreensão da experiência profissional da assistente social em questão.

MATERIAIS E MÉTODOS

O presente trabalho é uma pesquisa de natureza qualitativa, acerca da qual Minayo (2002) explica que possui relação com as ciências sociais, que visa interpretar a realidade dos fatos. Busca-se, por intermédio de uma revisão bibliográfica, selecionar materiais como publicações científicas e legislações vigentes. E a partir da observação da vivência da Assistente Social inserida na entidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Estudos apontam que o envelhecimento populacional no Brasil tem aumentado de forma significativa. De acordo com dados do IBGE, divulgados pelo Senado Federal (2025), em 2023, pela primeira vez, apresentou um percentual de 15,6%, de pessoas idosas com 60 anos ou mais, ultrapassando os 14,8% dos que têm entre 15 a 24 anos de idade, assim como pontuou que no período de 2000 a 2023, quase duplicou, de 8,7% subiu para 15,6%, ou seja, foi de 15,2 milhões para 33 milhões de pessoas com 60 anos ou mais. O IBGE ainda

aponta que a esperança de vida ao nascer em 2070 no Brasil será de chegar aos 83,9 anos.

Diante do que foi apresentado, é importante entender o processo de envelhecimento. A velhice faz parte do desenvolvimento pessoal e natural, inevitável para qualquer ser humano no decorrer da vida. Mas em relação ao aumento intenso de pessoas idosas decorre de inúmeros fatores sociais, econômicos, políticos e culturais (Torres *et al.*, 2021).

Whitaker (2010) pontua que transformações como o processo de industrialização no país, o avanço da medicina e da tecnologia, e principalmente o reconhecimento da pessoa idosa como ser cidadão de direitos, contribuíram para esta atual realidade.

No decorrer das alterações do cenário demográfico, o estado brasileiro foi impulsionado a dar respostas por meio da garantia e da proteção dos direitos da pessoa idosa, entre todos os marcos legais na história destacam - se a Constituição Federal de 1988, a Lei Orgânica da assistência social de 1993, a Política Nacional do Idoso de 1994 e o Estatuto da Pessoa Idosa em 2003.

Considerando esse panorama normativo e institucional, o profissional de Serviço social desempenha um papel fundamental.

O trabalho do assistente social com a população idosa caracteriza-se pela atuação na perspectiva dos direitos humanos e sociais, evidenciando a lógica e o sistema de proteção na gestão dos serviços, programas e benefícios apensos às políticas. Assim, busca consolidar um trabalho que referencia um desenho de política social com foco na proteção social e na defesa dos direitos humanos e sociais (Torres, 2020, p. 55).

É nesse contexto de atuação profissional que se insere a experiência como assistente social no CCI do Instituto Mauricio Gehlen. Uma entidade que se configura como pessoa jurídica de direito privado constituída sob a forma de

associação civil, sem fins lucrativos. Fundada pelo industrial Maurício Gehlen no ano de 2018.

Atualmente desenvolve o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Familiares e Comunitários (SCFV) a aproximadamente 900 pessoas idosas¹ com idade igual ou superior a 60 anos do município de Paranavaí e região, na qual, no âmbito do SUAS - Sistema Único de Assistência Social se enquadra na proteção social básica.

O SCFV para pessoas idosas deve estar pautado:

[...] a vivência em grupo, as experimentações artísticas, culturais, esportivas e de lazer, bem como a valorização das experiências vividas constituem formas privilegiadas de expressão, interação e proteção social [...] (Brasil, 2020, p. 29).

Se materializa na entidade como oficinas de artesanato, danças, ginástica, hidroginástica, musculação dentre outras ações voltadas ao interesse do público alvo. Além do trabalho realizado pela equipe técnica, educador social, coordenação, assistente social e psicóloga.

Esse trabalho tomou forma a partir do ano de 2021, quando inserida na entidade como assistente social, com objetivo de vincular a entidade à Política de Assistência Social. Enquanto assistente social, é importante destacar que as atribuições e competências são orientadas pela Lei nº 8.662/1993, que regulamenta a profissão, e pelo Código de Ética dos Assistentes Sociais. O Serviço Social desenvolve ações que fortalecem os princípios fundamentais do Código de Ética, realizando atendimento individualizado e em grupo,

¹ Seu público alvo, são pessoas idosas que se encontram em situação de vulnerabilidade social, em especial: Beneficiários do Benefício de Prestação Continuada; de famílias beneficiárias de programas de transferência de renda; vivem em isolamento por ausência de acesso a serviços e oportunidades de convívio familiar e comunitário e cujas necessidades, interesses e disponibilidade indiquem a inclusão no serviço (Brasil, 2020).

encaminhamentos, elaboração de documentos e dentre outros, visando fortalecer vínculos familiares e comunitários.

Portanto, essas são as ações que materializam o processo de trabalho do Serviço Social no CCI Idoso do Instituto Maurício Gehlen.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O envelhecimento populacional é uma realidade, apresenta-se como um desafio diário para a sociedade, principalmente na instância do poder público, que precisa intervir por meio de ampliação de políticas públicas, promovendo a todos um beneficiárias de programas de transferência de renda; vivem em isolamento por ausência de acesso a serviços e oportunidades de convívio familiar e comunitário e cujas necessidades, interesses e disponibilidade indiquem a inclusão no serviço (Brasil, 2020) processo de envelhecimento digno. E o assistente social como viabilizador de direitos sociais se faz essencial nesta conjuntura.

A partir da experiência vivenciada pela assistente social e seu respectivo impacto social, é possível perceber que instituições como CCI do Instituto Maurício Gehlen precisam ser reconhecidas na garantia de um envelhecimento com dignidade, autonomia e independência.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SENADO. **Envelhecimento da população impulsiona novas ações em defesa dos idosos**. Senado Notícias, 18 jun. 2025. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2025/06/envelhecimento-da-populacao-impulsiona-novas-acoes-em-defesa-dos-idosos>. Acesso em: 11 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Perguntas frequentes: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)**. Edição revista e atualizada em junho de 2022. Brasília, DF: Ministério da Cidadania, 2022. Disponível em:

https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/suas/publicacoes/perguntas_frequentes_SCFV_2022.pdf.
Acesso em: 11 out. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org). **Ciência, Técnica e Arte: O desafio da Pesquisa Social**. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 21a ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 9-27.

TORRES, Mabel Mascarenhas *et al.* **Velhice, Política de Assistência Social e o Trabalho de Assistentes Sociais: debates e desafios**. Revista Resistência Litoral, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 89-115, 2021.

TORRES, Mabel Mascarenhas. O trabalho do assistente social com pessoas idosas: competências e demandas em debate. In: TEIXEIRA, S. M (org.). **Serviço Social e Envelhecimento**. Teresina, PI: EDUFPI, 2020. p. 46-73.

WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta. **O idoso na contemporaneidade: necessidade de se educar a sociedade para as exigências desse “novo” ator social, titular de direitos**. Cad. Cedes, Campinas, vol. 30, n. 81, p. 179-188, mai.-ago. 2010.

**AS POLÍTICAS SOCIAIS E O SERVIÇO SOCIAL:
Disputas, Tendências e Desafios**

Ma. Caroliny de Souza do Nascimento Cardoso, caroliny.cardoso@uel.br;
Ma. Ana Lúcia Kraiewski, ana.lucia.kraiewski@uel.br;
Dra. Andrea Pires Rocha, andrearochoa@uel.br;
Dra. Ana Patrícia pires Nalesso, apatriciapn@uel.br;
Universidade Estadual de Londrina (UEL)

**Eixo Temático 1: Fundamentos, Trabalho e Exercício
Profissional em Serviço Social**

RESUMO: Este resumo tem por objetivo discutir o conceito de política social, suas transformações recentes sob a influência do neoliberalismo e o papel do serviço social nesse contexto. Apresentam-se alguns elementos sobre a concepção de Política Social dentro da conjuntura neoliberal e o papel do Serviço Social neste contexto. A pesquisa é qualitativa se apresentando como revisão bibliográfica pertinente ao tema abordado. As considerações finais indicam que a política social, é espaço de disputa, reflete os valores, interesses e conflitos da sociedade capitalista neoliberal o serviço social, nesse contexto, deve posicionar-se como agente de resistência e transformação, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Palavras-chave: Política Social, Serviço Social, Estado neoliberal.

INTRODUÇÃO

As políticas sociais constituem um campo estratégico de atuação do Estado na promoção do bem-estar coletivo, sendo também um espaço de disputa entre diferentes projetos societários. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 representa um marco na consolidação dessas políticas como direitos de cidadania, vinculando-as à justiça social e à proteção contra desigualdades. Como nos aponta Fagnani:

**Serviço Social, trabalho profissional e seus desafios
frente ao avanço neoliberal e fragilidade democrática**

ISSN: 2359-1277

A regressão da cidadania social, em curso, é o desfecho do longo processo de reação contra as conquistas dos movimentos sociais dos anos de 1970 e 1980. A Constituição de 1988, desaguadouro daquele processo, inaugurou uma etapa inédita de construção da cidadania, desenhando-se um sistema de proteção social. (Fagnani, 2017, p. 02)

Neste sentido, entendendo as limitações e contradições que foi construída esse marco legal tão importante da CF88, muitos desafios vieram logo em seguida, pois, somente a legislação não sustentou a materialização da proteção social, em que pese que a luta da classe trabalhadora continuou para estruturar as políticas sociais dentro do limite do estado neoliberal. Brettas nos aponta:

O quadro pós-CF88 é de uma dinâmica extremamente contraditória. Ao mesmo tempo em que ganhou força o receituário neoliberal, foram implementadas – por meio de leis complementares e da criação de novos aparatos estatais – as definições da recém aprovada Constituição Federal. Vejamos alguns exemplos: a regulamentação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assim como do Sistema Único de Saúde (SUS) foi feita em 1990; a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) foi regulamentada em 1993 e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) somente em 2005; a lei que regulamenta os Planos de Benefícios da Previdência Social foi sancionada em 1991. O que se pretende com esta argumentação é problematizarmos a tese de um “desmonte das políticas sociais” nos anos 1990, evitando a interpretação de que foram montadas as bases de uma rede de proteção universal no período anterior ao neoliberalismo, como se a realidade do nosso capitalismo dependente pudesse ser igualada a da Europa. (Brettas, 2017, p. 61)

Este resumo tem como objetivo discutir o conceito de política social, suas transformações recentes sob a influência do neoliberalismo e o papel do serviço social nesse contexto.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica que levou à abordagem da literatura no qual se encontram os fundamentos sobre a concepção de Política Social, o contexto histórico e social da Constituição Federal de 1988 com ênfase na conjuntura neoliberal e o papel do Serviço Social.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A política social pode ser compreendida como um conjunto articulado de ações e medidas implementadas pelo Estado com o propósito de enfrentar as desigualdades sociais e assegurar o acesso da população a direitos fundamentais, tais como saúde, educação, moradia, alimentação, trabalho e segurança social.

Fleury e Ouverney (2012) definem política social como “todas as políticas que os governos desenvolvem voltadas para o bem-estar e a proteção social”, ressaltando que sua configuração pode variar conforme os propósitos, os setores envolvidos, os problemas enfrentados, os processos decisórios adotados e as relações de poder estabelecidas. Essa multiplicidade de formas revela a complexidade do campo da política social, que não se limita a uma única concepção, mas se desdobra em diferentes abordagens e estratégias conforme o contexto histórico e político.

Nesse sentido, Sposati (2011) contribui ao afirmar que a política social é uma construção histórica, moldada por disputas entre sujeitos sociais conscientes e ativos. Em sociedades democráticas, essa construção se torna ainda mais dinâmica e plural, pois envolve a participação de múltiplas vozes, interesses e projetos sociais. A política social, portanto, não é neutra nem estática, mas resultado de embates entre diferentes visões de mundo e propostas de organização social.

A vinculação entre políticas sociais e cidadania constitui um eixo central na discussão sobre o papel do Estado na garantia dos direitos sociais. Quando concebidas como direitos universais, essas políticas transcendem o mero assistencialismo e passam a fortalecer a posição dos indivíduos na sociedade, conferindo-lhes poder, autonomia e voz política. Como destaca Pereira (2013), ao serem associadas à cidadania, as políticas sociais deixam de ser instrumentos paliativos e tornam-se mecanismos estratégicos de empoderamento dos trabalhadores.

Essa perspectiva é corroborada por Mishra (1989) e Esping-Andersen (apud Pereira, 2013), que argumentam que as políticas sociais, quando vinculadas aos direitos de cidadania, funcionam como barreiras contra o despotismo do poder burguês, constituindo fontes de poder para os assalariados. Trata-se, portanto, de uma concepção que reconhece o potencial transformador das políticas sociais na luta contra as estruturas de dominação e exploração.

Contudo, nas últimas décadas, observa-se uma inflexão nas políticas sociais, marcada pela tendência à comercialização, contratualização e laborização. Essa transformação reflete uma mudança profunda na filosofia do bem-estar social, em que os direitos universais são progressivamente substituídos por condicionalidades rígidas e critérios meritocráticos. Segundo Pereira (2013), essa abordagem é impulsionada por discursos moralistas que associam os direitos sociais à “vagabundagem”, levando os governos a adotar políticas que exigem contrapartidas dos beneficiários, como forma de legitimar a assistência prestada.

Abrahamson (2009, apud Pereira, 2013) critica duramente essa lógica, especialmente a ativação compulsória dos beneficiários para o trabalho, por meio de treinamentos simplificados e investimentos educacionais mínimos. Essa estratégia, presente inclusive em países escandinavos — historicamente

reconhecidos por suas políticas de bem-estar — é disfarçada sob o conceito de “flexicurity”, mas na prática resulta em precarização das condições de vida e exclusão social. A educação, nesse modelo, é reduzida a um adestramento rápido para inserção em um mercado de trabalho instável e flexível, enquanto a assistência social se transforma em um passaporte para ocupações de baixa qualificação.

Diante desse cenário de regressão dos direitos sociais e avanço de políticas excludentes, o serviço social assume um papel estratégico e imprescindível. O assistente social, como profissional comprometido com a justiça social, atua na mediação entre os sujeitos e o Estado, promovendo o acesso aos direitos, denunciando injustiças e fortalecendo a cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política social, enquanto construção histórica e espaço de disputa, reflete os valores, interesses e conflitos de uma sociedade. Em tempos de avanço neoliberal, torna-se urgente repensar suas finalidades e estratégias, reafirmando seu caráter de direito e sua função na promoção da justiça social. Desta maneira percebe-se a importância da constância na luta do Serviço Social enquanto classe trabalhadora, pois, ainda estamos em construção de política social como proteção social dentro de uma sociedade democrática e os ataques da sociedade burguesa são constantes para seu projeto de sociedade permaneça no poder e por isso nada está dado ou estabelecido. O Serviço Social, nesse contexto, deve se posicionar e vigiar como agente de resistência e transformação, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária e com dignidade humana.

REFERÊNCIAS

ABRAHAMSON, P. Activation: A new welfare instrument? In: PEREIRA, P. A. **Políticas sociais: direitos ou favores?** São Paulo: Cortez, 2013.

BRETTAS, T. Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil. **Revista Temporalis**, Brasília, v. 17, n. 34, jul. /dez. 2017.

Disponível em: Disponível em:

<https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/17702>. Acesso em: set. 2025.

FAGNANI, Eduardo. **O fim do breve ciclo da cidadania social no Brasil (1988-2015)**. Texto para Discussão. Campinas (Instituto de Economia da Unicamp), jun. 2017. Disponível em: <http://brasildebate.com.br/o-fim-do-breve-ciclo-dacidadania-social-no-brasil-1988-2015/>. Acesso em: junho. 2025.

FLEURY, S.; OUVERNEY, A. M. Política social: uma abordagem conceitual. In: FLEURY, S. (Org.). **Saúde e democracia: história e perspectivas do SUS**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012. p. 15–38.

PEREIRA, P. A. Políticas sociais: direitos ou favores? São Paulo: Cortez, 2013.
SPOSATI, A. Política social brasileira: fragmentação, tendências e desafios. In: SPOSATI, A. (Org.). **Política social: perspectivas contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2011. p. 103–122.

INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL, DIREITOS HUMANOS E ABORTO LEGAL

Rosemeire dos Santos Queiroz, rose.cesar@hotmail.com;
Isabela Marassi, isabellamarassi@hotmail.com;
Universidade Estadual do Paraná, Unespar Campus Paranavaí

Eixo Temático 1: Fundamentos, Trabalho e Exercício Profissional em Serviço Social

RESUMO: O presente texto busca responder quais são as balizas para intervenção do Serviço Social no que se refere ao aborto legal, no sentido de sinalizar para a implementação dos direitos humanos, e os parâmetros desta intervenção. Trata-se de um breve estudo, fruto de uma experiência vivenciada no segundo ano do curso de Serviço Social da Universidade do Estado do Paraná campus Paranavaí - UNESPAR, no ano de 2025, que promoveu um laboratório de vivência, com a finalidade de aproximar a relação entre teoria e prática profissional. A partir de uma pesquisa bibliográfica, o conciso texto tem por objetivo oferecer elementos que contribuam para o debate que articula intervenção profissional, direitos humanos e aborto legal.

Palavras-chaves: Aborto Legal, Direitos Humanos, Serviço Social.

INTRODUÇÃO

A intervenção profissional do Serviço Social está diretamente vinculada à defesa intransigente dos direitos humanos, especialmente quando envolve temas sensíveis e complexos, como o aborto legal e os direitos reprodutivos. O debate proposto pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, 2022), ao tratar dessa temática, evidencia que a questão não se limita a um juízo moral individual, mas se configura como um problema de saúde pública e de justiça social.

Nesse cenário, o Serviço Social se vê desafiado a articular e fortalecer a relação imbricada entre teoria e prática do exercício profissional, mobilizando princípios éticos que garantam a autonomia das mulheres e pessoas que

engravidam, frente às contradições impostas por uma sociedade capitalista marcada pelo patriarcado e racismo (CFESS, 2022).

A reflexão sobre a intervenção profissional e o compromisso ético-político da categoria torna-se essencial para efetivamente assegurar o acesso aos direitos e fortalecer a luta por uma sociedade mais justa, democrática e livre de opressões. Desta forma, este trabalho objetiva trazer ao debate a relação entre o direito ao aborto e a atuação profissional do Serviço Social, no Brasil.

MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia utilizada para realização desse estudo foi de caráter bibliográfico, que consiste, especialmente, na coleta, análise e sistematização de informações provenientes de fontes já publicadas, como livros, artigos científicos e documentos oficiais.

A pesquisa bibliográfica permite compreender o tema investigado, possibilitando a identificação de conceitos e teorias, bem como a fundamentação teórica e metodológica para análise e discussão do objeto de estudo. Neste sentido, os dados são organizados e interpretados de forma crítica, garantindo uma abordagem coerente com os objetivos propostos e o tema, no contexto profissional (Marconi; Lakatos, 2003).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O aborto continua sendo um tabu cercado de moralismo religioso, o que impede um debate sério sobre suas causas e consequências. Essa visão conservadora mantém o tema preso à aparência de uma moral que busca controlar os corpos femininos, em vez de garantir direitos e condições de vida dignas. Sob o discurso de *defesa da vida* escondem-se desigualdades e violências que atingem principalmente as mulheres pobres e negras, tornando o problema ainda mais invisível. Movimentos como o Brasil Sem Aborto (12 de

outubro de 2023), Marcha Nacional pela Vida, (23 de junho de 2023) reforçam essa lógica ao enfatizar a *vida desde a concepção*, sem considerar as condições sociais, econômicas e emocionais das mulheres que enfrentam gestações indesejadas ou inviáveis (Minayo, 2009).

Fora dos casos legalmente permitidos, o aborto no Brasil é crime, sujeitando mulher e profissional às penalidades. Segundo o Código Penal de 1940 (Decreto-Lei nº 2.848/1940), o aborto é permitido apenas em três situações: gravidez por estupro, risco de morte da gestante e anencefalia fetal (decisão judicial), segundo a Constituição Federal, 1988. Essa restrição evidencia a vulnerabilidade de mulheres com menos recursos, mostrando que a criminalização frequentemente se sobrepõe à proteção da vida e aos direitos reprodutivos.

A criminalização do aborto força mulheres, especialmente negras e pobres, a recorrerem à clandestinidade, elevando a mortalidade materna e evidenciando desigualdades de classe e raça.

Nesse cenário, o/a profissional de Serviço Social atua em diversos serviços, CRAS, CREAS, hospitais, garantindo informação, autonomia e respeito às decisões de mulheres. Os profissionais devem atuar conforme o que prevê o Código de Ética (1993), um componente imperativo do Serviço Social, fundamentado em valores como liberdade, democracia, justiça social, participação popular, pluralismo (Código de Ética do/a Assistente Social, Lei nº 8.662/93).

Assim, a ética em movimento que integra reflexão, teoria e prática, é fundamental para enfrentar preconceitos de outros membros da equipe e prevenir a revitimização das mulheres. Ao transformar recursos institucionais em meios para efetivar direitos, o/a assistente social materializa a justiça social reprodutiva (CFESS, 2022). A intervenção do Serviço Social, de forma ética, crítica e comprometida com a promoção dos direitos humanos se impõe, e atuar

para garantir acesso a direitos, proteção social e inclusão, especialmente em situações de vulnerabilidade, significa seguir as diretrizes do Projeto Ético-Político Profissional e do Código de Ética da profissão, oferecendo acolhimento, orientação e defesa dos direitos humanos, sem julgamento ou discriminação.

As análises sobre orientações do Conselho Federal do Serviço Social indicam que os direitos humanos só se concretizam quando o profissional combina compromisso ético, ação crítica e prática reflexiva, garantindo que a liberdade e autonomia reprodutiva se tornem realidade para todas as mulheres, independentemente de classe ou raça (CFESS,2022).

Portanto, a posição ético-política do Serviço Social é defender o direito ao aborto legal e aos direitos reprodutivos, garantindo informação, autonomia e proteção às mulheres, especialmente às mais vulneráveis, e promovendo uma prática profissional reflexiva que confronte preconceitos e desigualdades sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente texto aponta para a posição teórica, ética e política da profissão do Serviço Social brasileiro, pautada na defesa do projeto ético-político, e que ao mesmo tempo confronta o patriarcado, o racismo e a desigualdade social. Nesse sentido, o/a assistente social deve garantir condições concretas para que a liberdade e a autonomia das mulheres sejam efetivas, sem ser guiadas por preconceitos e moralismos.

A intervenção profissional exige preparo teórico, reflexão crítica, capacidade instrumental sobre o processo aparente, no que tange à defesa do direito ao aborto legal, presente no âmbito desta sociedade. A efetivação dos direitos humanos depende de fatores que demandem profissionais comprometidos, capazes de considerar os princípios éticos em ação concreta, assegurando a autonomia reprodutiva e a liberdade das mulheres.

REFERÊNCIAS

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **CFESS Manifesta:** Pela descriminalização e legalização do aborto. Brasília: 05 outubro de 2025. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/Cfess2022-Nota-tecnica-aborto-trabalho.pdf>. Acesso em: 12 out. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de Ética do Assistente Social**. 10. ed. rev. e ampl. Brasília, DF: CFESS, 2011. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/codigo_etica.pdf. Acesso em: 12 out. 2025.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 2. ed. São Paulo: [s.n.], 1990. p. 20; 57. Disponível em: <https://referenciabibliografica.net/a/pt-br/ref/abnt>. Acesso em: 12 out. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. 24 p. Disponível em: <https://referenciabibliografica.net/a/pt-br/ref/abnt>. Acesso em: 09 out. 2025.

SERVIÇO SOCIAL E OS DESAFIOS NO ENFRENTAMENTO AO CONSERVADORISMO

Isabely Américo Costa, isabelyamerco1995@gmail.com
Marília Gonçalves Dal Bello, marilia.dalbello@unespar.edu.br
Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR Campus Paranaíba

Eixo Temático 1: Fundamentos, Trabalho e Exercício Profissional em Serviço Social

RESUMO: O presente estudo tem como objetivo refletir sobre os desafios do Serviço Social no enfrentamento ao conservadorismo, tendo em vista conquistas e desafios históricos e contemporâneos. Parte-se da ideia que se um lado o Serviço Social consolidou um amplo arcabouço teórico meteorológico e compromissos ético político, orientados e especificados pela teoria social crítica, por outro ainda é grande o desafio para se legitimar enquanto tal nos diversos espaços sócio ocupacionais de atuação. Para o desenvolvimento do estudo, utilizou-se de abordagem qualitativa com base em estudos teóricos de autores referência para a discussão, como são os de José Paulo Netto e Marilda Iamamoto. Os resultados apontaram que apesar dos avanços, os desafios ainda são largos, exigindo continua resistência ao alinhamento crítico.

Palavras-chaves: Serviço Social, Conservadorismo, Desafios.

INTRODUÇÃO

Segundo Netto (1996), o Serviço Social, desde suas origens, esteve profundamente imbricado nas relações de poder e na divisão social do trabalho, sendo requisitado a atuar como um instrumento do Estado para gerenciar as tensões sociais provocadas pelo desenvolvimento capitalista. No Brasil, isso se manifestou na estreita ligação da profissão com as políticas assistenciais e de caridade promovidas por instituições religiosas, especialmente a Igreja Católica, que teve um papel crucial na formação dos primeiros assistentes sociais. Entre as décadas de 1930 e 1970, o conservadorismo influenciou a prática do Serviço Social no Brasil, marcada por uma atuação tecnicista e funcionalista, inicialmente sob a égide da Igreja Católica.

A profissão foi moldada com uma visão assistencialista e moralista. Com o Estado Novo (1940-1950), o Serviço Social passou a ser institucionalmente reconhecido e regulamentado pela Lei nº 3.252, de 1957, mas a atuação profissional continuou conservadora, focada no ajustamento dos indivíduos às normas e valores sociais vigentes (Netto, 2005).

O movimento de Reconceitualização, surgido na década de 1960, buscou romper com o conservadorismo, promovendo uma abordagem crítica e socialmente engajada, baseada na reflexão sobre a questão social e na luta por justiça social (Iamamoto, 2012; Netto, 2005). Nas décadas de 1960 e 1970, o Serviço Social passou a se influenciar por movimentos sociais e críticos do capitalismo, orientando-se à transformação social.

Iamamoto (2012) destaca que as décadas de 1980 e 1990 marcaram uma reorientação teórica e metodológica significativa no Serviço Social, com o fortalecimento da abordagem crítica e da consciência política dos profissionais, alinhando-se às novas exigências sociais e políticas. Durante esse período, a profissão consolidou suas bases teóricas e políticas, evidenciadas pela organização sindical da categoria, pela produção teórica e pela capacidade crítica de diálogo com outras áreas do conhecimento. O Serviço Social conseguiu conquistar uma nova legitimidade em termos de valores e construções teórico, metodológico e ético político, mas continuava enfrentando dificuldades no que se refere à validação desses valores em seu exercício.

A partir dessa perspectiva o estudo propõe-se a refletir sobre os desafios do Serviço Social no enfrentamento ao conservadorismo, especialmente dentro das instituições. O interesse pelas reflexões é fruto da inserção da pesquisadora como estagiária em uma escola de educação especial entre 2022 e 2024. Durante esse período foi possível perceber o quanto ainda é presente o conservadorismo no Serviço Social, em especial no tocante às requisições institucionais postas à profissão.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para a elaboração do trabalho adotou-se metodologia qualitativa, baseada em revisão e estudo bibliográfico alinhados a perspectiva teórico crítica, com base em autores de referência na discussão sobre a trajetória histórica do Serviço Social e seus desafios contemporâneos, como José Paulo Netto e Marilda Iamamoto.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Segundo Netto (1996), na entrada da década de 1990, o Serviço Social no Brasil já estava relativamente consolidado como uma profissão com uma estrutura bem estabelecida no campo teórico, alavancado pela produção acadêmica, principalmente no campo da pós-graduação. Netto (1996) destaca ao longo dos anos de 1980, o importante alinhamento da produção teórica do Serviço Social aos preceitos da teoria marxista. O campo da formação acadêmica apresentava um currículo nacional regulamentado e de reconhecimento internacional significativo.

Esse contexto reflete o fortalecimento da visibilidade do Serviço Social brasileiro no panorama internacional, ampliando o diálogo interdisciplinar e promovendo uma interlocução mais rica com teóricos e intelectuais de diversas áreas. O aprimoramento teórico e metodológico se consolidou com o Projeto Ético-Político do Serviço Social, que orienta a prática profissional por princípios de justiça social, direitos humanos e democracia, reafirmando a identidade da profissão e seu compromisso com uma sociedade mais justa e igualitária.

Nesses termos, afirma-se que o trabalho do Assistente Social é especificado pelos valores e princípios orientados pelo Projeto Ético-Político-Profissional do Serviço Social e consolidados no Código de Ética de 1993, que inscreve a defesa da liberdade, da justiça social e dos direitos humanos (CRESS-

SE, 2024). Outro documento importante para a consolidação da profissão foi a Lei Federal nº 8.662/1993, conhecida como Lei de Regulamentação da Profissão, que estabeleceu as atribuições e competências do assistente social.

Destacam-se ainda, no contexto dos anos de 1990, as orientações do processo formativo em Serviço Social, a partir das Diretrizes Curriculares de 1996. Nela inscreve-se a formação de um perfil profissional crítico, comprometido com a investigação e intervenção das expressões da questão social na realidade e orientada pelas dimensões teóricas, mercadológica, ético-política e técnico-operativa. Essas diretrizes reforçam o caráter analítico e interventivo do Serviço Social, fundamentado na realidade social e comprometido com a transformação das desigualdades sociais (CRESS-SE, 2024).

Conforme reconhece Netto (1996), embora o Serviço Social tenha passado por significativas transformações teóricas e metodológicas e tenha consolidado o Projeto Ético-Político e seu aparato regulatório, a profissão ainda enfrenta desafios relacionados à sua legitimidade quanto à incorporação dos valores que especificam a profissão no campo do exercício profissional. “Se amadureceu no campo profissional, um vetor de ruptura com o conservadorismo, ele ainda não consolidou uma ‘nova legitimidade’ para o Serviço Social junto à classe trabalhadora” (Netto, 1996, p. 108). Segundo o autor, essa perspectiva posta à profissão, alinha-se aos limites postos pelo que o autor intitula “intenção de ruptura”.

Ou seja, embora a década de 1980 tenha consolidado, no plano ético-político, uma ruptura com o conservadorismo e fortalecido críticas à ordem do capital e à ditadura, o autor ressalta que o conservadorismo nos meios profissionais permanece arraigado, dificultando o reconhecimento e a validação da profissão em suas especificidades, previstas nas atribuições e competências frente às instituições e usuários.

A persistência do conservadorismo na profissão reflete a confusão entre trabalho profissional e políticas sociais, diluindo a identidade do Serviço Social e dificultando o reconhecimento de suas especificidades (Iamamoto, 2007). Assim, o assistente social que não incorpora os valores da profissão tende a reproduzir requisições institucionais como se fossem demandas profissionais.

Sob essa perspectiva, a percepção negativa das classes subalternas, que constituem a maioria dos usuários, muitas vezes vê a profissão como uma extensão das classes dominantes, comprometendo sua aceitação e confiança na atuação dos assistentes sociais (Iamamoto, 1992). Netto (1996), no que se refere ao exercício profissional dos Assistentes Sociais na política social, destaca as disputas entre profissões como Psicologia e Sociologia pelo desempenho de competências profissionais. O que segundo o autor deve ser enfrentada no campo do desenvolvimento de novas competências sócio-políticas e teórico instrumentais. E conclui o autor, “[...] é nessa dupla dimensão que se podem promover (re) legitimações profissionais como o alargamento do campo de intervenção das profissões [...]” (Netto, 1996, p. 109).

Como desafios postos ao Serviço Social no final dos anos de 1990, Netto (1996) destaca ainda o avanço das teóricas pós-modernas, como perspectiva de leituras da realidade, que atua como limites no enfrentamento ao conservadorismo. Diante desse contexto, é imprescindível analisar os desdobramentos do Serviço Social na contemporaneidade, considerando as mudanças postas ao mercado de trabalho do Assistente Social orientados pela nova morfologia do trabalho, vinculada ao agravamento da crise do capital nos marcos dos anos 2007/2008, bem como seus rebatimentos para a reiteração de perspectivas conservadoras presentes nas instituições espaço de trabalho do Assistente Social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo realizado considera-se que o objetivo foi alcançado uma vez que trouxe ao debate questões históricas e atuais sobre os desafios do Serviço Social na luta e resistência ao conservadorismo. Caminhar nessa direção, implica trilhar alguns caminhos, entre os quais cita-se: 1) Constante processo de preparação para o trabalho profissional, sob orientação crítica; 2) Participação de espaços de debate e qualificação promovidos pelas instâncias representativas da profissão, como Conselho Federal de Serviço Social e Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social; 3) Participação de movimentos sociais como instâncias de lutas e resistências.

REFERÊNCIAS

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DE SERGIPE (CRESS-SE). **Perfil profissional do assistente social**. [S. l.: s. n.], 2024. Disponível em: <https://cress-se.org.br/perfil-profissional-do-assistente-social/>. Acesso em: 7 set. 2024.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. In: CFESS. **Atribuições privativas do/a assistente social em questão**. Brasília: CFESS, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**: ensaios críticos. São Paulo: Cortez, 1992.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e serviço social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 50, p. 87-133, 1996.

**SERVIÇO SOCIAL E O ENFRENTAMENTO AO
PRECONCEITO CONTRA A LGBTFOBIA**

Giovana Rodrigues dos Santos, gioavanarodrigues07@gmail.com;.
Rafaele Rodrigues Silveira, rafaelesilveira02@gmail.com;
Profa. Marília Gonçalves Dal Bell, marilia.dalbello@unespar.edu.br;
Universidade Estadual do Paraná, Unespar Campus Paranavaí.

**Eixo Temático 1: Fundamentos, Trabalho e Exercício
Profissional em Serviço Social**

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo refletir sobre o papel do assistente social no enfrentamento ao preconceito no contexto hospitalar, a partir de uma simulação vivenciada na disciplina de Fundamentos do Serviço Social II no curso de Serviço Social na UNESPAR- Universidade Estadual do Paraná- Paranavaí. A situação abordou um casal homoafetivo que acompanhava sua filha internada e sofreu discriminação por parte de outros acompanhantes e profissionais da saúde. A análise busca a compreensão de como o profissional de Serviço Social deve intervir nessas situações, atuando como facilitador do acesso a direitos e o respeito à diversidade. A metodologia adotada foi qualitativa, baseada em pesquisa bibliográfica e documental publicados pelo CFESS- Conselho Federal de Serviço Social, no Código de Ética do Assistente Social 1993 e no Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA (Brasil,1990). O estudo reforça o compromisso ético-político da profissão com os direitos humanos e o combate a todas as formas de preconceito.

Palavras-chave: Serviço Social, Preconceito, Direitos Humanos.

INTRODUÇÃO

Este estudo é resultado de uma atividade desenvolvida na disciplina de Fundamentos do Serviço Social II, no segundo ano do curso de Serviço Social da UNESPAR/ Paranavaí. A proposta buscou aproximar os/as discentes da realidade profissional, por meio de uma experiência simulada de intervenção. A situação proposta envolvia um casal homoafetivo que acompanhava sua filha internada em um hospital e sofreu atitudes preconceituosas de outros acompanhantes e profissionais.

Essa vivência apontou a necessidade sobre a reflexão de como o/a assistente social deve atuar em situações de discriminação, já que o Código de Ética do Assistente Social (CFESS, 1993, on-line) estabelece como princípio fundamental “[...] a defesa intransigente dos direitos humanos e o repúdio a qualquer forma de preconceito, arbítrio e autoritarismo”. Assim, o enfrentamento ao preconceito é parte essencial da atuação profissional. Nesse sentido esse estudo objetiva refletir sobre o papel do assistente social no enfrentamento ao preconceito dentro do contexto hospitalar, a partir de uma simulação vivenciada na disciplina de Fundamentos do Serviço Social II no curso de Serviço Social na UNESPAR Campus Paranaíba.

MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia usada foi de natureza qualitativa, de acordo com Martinelli (2012, p. 24):

[...] Nessas pesquisas, ao invés de trabalharmos com grandes temas, com grandes cronologias, o fazemos de forma mais localizada. Trabalhamos com fatos de forma a poder aprofundar tanto quanto possível a análise, e não para conhecê-los apenas de uma forma sumária, a partir de uma primeira apresentação. Nesse sentido, priorizamos não só os fatos épicos, os fatos de grande dimensão, mas aqueles que estão mais próximos do sujeito e repercutem diretamente na sua vida.

Também foram utilizados documentos como o Código de Ética do Assistente Social (CFESS, 1993), o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Brasil, 1990) e documentos do CFESS Manifesta de 2011 e 2015. Também foram consultadas fontes bibliográficas como Menezes e Silva (2017), cujas discussões alinham-se a perspectiva teórico crítica adotada pelo Serviço Social.

Para Severino (2007), a pesquisa bibliográfica e documental envolve a coleta e análise de informações já existentes, geralmente em livros, artigos,

teses e outros materiais publicados, além de documentos, para construir o conhecimento sobre determinado tema. Já a pesquisa documental, faz o uso de fontes como documentos legais, jornais, gravações e fotos por exemplo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A reflexão sobre preconceito e formas de enfrentamentos devem ser construídas no âmbito desta sociedade, pois acontecem nos mais diversos espaços, como o hospital. De acordo com o CFESS Manifesta (2011), o preconceito e a LGBTfobia são expressões da sociedade humana, presentes na sociabilidade capitalista, marcada pelo conservadorismo e pela negação da diversidade.

Na situação vivenciada pela simulação, referente ao preconceito vivenciado pelo casal homoafetivo, acompanhante de uma criança no hospital, é preciso ressaltar que essas atitudes se manifestam por olhares, comentários e tentativas de afastamento. Isso revela que o preconceito institucional ainda é uma realidade, mesmo com o avanço de legislações e políticas públicas.

Destaca-se que o ECA, Lei nº 8.069 (Brasil, 1990) por exemplo estabelece em seu artigo 12, a garantia do direito da criança hospitalizada ser acompanhada por seus responsáveis, sem qualquer tipo de discriminação. Dessa forma, impedir ou dificultar a presença de um dos pais devido à orientação sexual fere a legislação e o princípio da convivência familiar.

Nessas situações de que forma o Serviço Social pode atuar? Conforme o CFESS Manifesta (2011), é papel do assistente social contribuir “[...] para a desconstrução da homofobia/lesbofobia/transfobia social e institucional, a fim de que a população LGBT tenha garantidos e ampliados seus direitos”. Isso significa que o profissional não deve se omitir diante de práticas discriminatórias, mas atuar de forma educativa e política, promovendo o respeito à diversidade. Nesse sentido o CFESS Manifesta (2011) também reforça que essas situações exigem

do assistente social uma atuação crítica, ética e comprometida com a liberdade e a igualdade. Ainda o CFESS Manifesta (2015, p. 01) também destaca que “[...] uma sociedade radicalmente democrática e livre não será construída sem que as pessoas possam expressar sua diversidade”.

Na esteira desse processo o documento do Seminário Nacional Serviço Social e Diversidade Trans (CFESS, 2015, p. 01) também reforça o compromisso do Conjunto CFESS-CRESS com “[...] a luta contra a violência e por direitos de pessoas LGBT, em sintonia com as demandas dos movimentos sociais representativos destes segmentos”. Assim, o enfrentamento à LGBTfobia deve ser parte da agenda profissional e institucional. Menezes e Silva (2017, p. 127) também destacam que “[...] o enfrentamento da homofobia só se torna possível na medida em que for uma tarefa tomada coletivamente, como componente indissociável do Projeto Ético-Político da profissão”. Portanto, a atuação do Serviço Social precisa ser guiada por valores como liberdade, respeito, equidade e justiça social expressos no Código de ética de 1993.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo permitiu compreender que o preconceito está enraizado no âmbito desta sociabilidade e é uma tarefa importante o seu enfrentamento por toda a sociedade. Em específico a atuação profissional do Serviço Social deve assumir uma postura ética, educativa e de defesa dos direitos humanos. Desta forma a profissão de Serviço Social tem um papel fundamental no âmbito das equipes e auxiliar na construção de uma cultura de respeito e inclusão. Debater, criar formas de enfrentamentos e se responsabilizar é urgente e necessário.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União:

**Serviço Social, trabalho profissional e seus desafios
frente ao avanço neoliberal e fragilidade democrática**

ISSN: 2359-1277

seção 1, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em:
<https://share.google/OpSW5SX0Dks8lWaLT>. Acesso em: 9 out. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **CFESS Manifesta: 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT**. Brasília, DF: CFESS, 2011. Disponível em:
<https://share.google/sY6Ac3kUsCcADCVBR>. Acesso em: 9 out. 2025.

CFESS. **CFESS Manifesta: Seminário Nacional Serviço Social e Diversidade Trans**. São Paulo, 2015. Disponível em:
<https://www.cfess.org.br/arquivos/2015-CfessManifesta-SeminarioTrans.pdf>. Acesso em: 9 out. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de Ética do/a Assistente Social**. 10. ed. Brasília, DF: CFESS, 2012. p 32. Disponível em: <https://share.google/T2RGd32AYHfrB7enf>. Acesso em: 9 out. 2025.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Pesquisa Qualificada: um instigante desafio**. 2 ed. São Paulo: Veras Editora, 2012. (Série Núcleo de Pesquisa; 1).

MENEZES, Moisés Santos; SILVA, Joilson Pereira. Serviço Social e homofobia: a construção de um debate desafiador. **Revista Katálisis**, v. 20, n. 1, p. 122–129, jan./abr. 2017.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. red. E atualizada. São Paulo: Cortez, 2007.

**REQUISIÇÕES INDEVIDAS AO ASSISTENTE SOCIAL:
reflexões sobre o Serviço Social a partir de uma experiência
de trabalho em um município de Pequeno Porte I**

Ma. Caroliny de Souza do Nascimento Cardoso, caroliny.cardoso@uel.br;
Ana Karoline da Silva do Nascimento, a.karoline150@gmail.com;
Dra. Andrea Pires Rocha, andrearochoa@uel.br;
Universidade Estadual de Londrina (UEL)

**Eixo Temático 1: Fundamentos, Trabalho e Exercício
Profissional em Serviço Social**

RESUMO: O artigo tem como objetivo central relatar uma experiência profissional no município de Floraí/PR, classificado como de pequeno porte I, evidenciando os desafios enfrentados pelo assistente social em contextos marcados por escassez de recursos humanos e materiais, bem como por estruturas institucionais fragilizadas. A partir de uma abordagem qualitativa, fundamentada na vivência profissional das autoras, o texto organiza-se em duas seções complementares: a primeira apresenta uma contextualização geográfica do município e da política de assistência social local; a segunda discute criticamente as demandas indevidas direcionadas ao Serviço Social, à luz do referencial teórico-crítico que orienta a profissão. Os resultados indicam que tais demandas decorrem, em grande medida, da incompreensão acerca das atribuições profissionais e da tentativa de suprir lacunas estruturais, comprometendo a autonomia técnica do assistente social e a qualidade dos serviços prestados.

Palavras-chave: Serviço Social, Demandas indevidas, Identidade profissional.

INTRODUÇÃO

O Serviço Social, regulamentado pela Lei nº 8.662/1993, constitui-se como uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, com atribuições e competências legalmente definidas. Sua prática fundamenta-se no compromisso com os direitos sociais, a cidadania e o fortalecimento das políticas públicas, conforme orienta o projeto ético-político da profissão (CFESS, 2011). A atuação do assistente social, nesse sentido, demanda mediações complexas

entre sujeitos, instituições e políticas, exigindo posicionamento crítico e domínio técnico-operativo (Iamamoto, 2007).

Entretanto, em municípios de pequeno porte I, marcados por fragilidade institucional e escassez de recursos, é recorrente a sobrecarga de funções atribuídas ao profissional, muitas vezes em desacordo com os parâmetros legais e éticos da profissão. Este artigo propõe uma análise crítica dessas demandas inadequadas, com base em uma experiência profissional concreta, destacando a importância da delimitação precisa do campo de atuação do assistente social como estratégia para o fortalecimento da autonomia técnica e da prática ética e qualificada.

MATERIAIS E MÉTODO

O presente artigo foi elaborado com base no referencial teórico-crítico que fundamenta o exercício profissional. A partir dessa perspectiva, buscamos compreender a realidade municipal no contexto da rede de serviços socioassistenciais inserida na política pública de assistência social. Conforme dados do Censo de 2022, 76,16% dos municípios do Estado do Paraná são classificados como de porte I. Entre eles está Floraí, situada na Mesorregião Norte Central Paranaense. Com uma população estimada em 4.805 habitantes para o ano de 2025, o município se destaca por apresentar o maior índice de envelhecimento populacional do estado.

No âmbito da política pública de assistência social, o município conta com um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), responsável pela execução do PAIF e o SCFV para diferentes faixas etárias, além da Proteção Social Especial (PSE) para casos de violação de direitos. As equipes técnicas são formadas por assistentes sociais, psicólogas, profissionais administrativos e educador, seguindo as diretrizes da NOB/SUAS-RH. Ambos os níveis de

proteção seguem as recomendações da Norma Operacional Básica da Assistência Social de Recursos Humanos (NOB/SUAS-RH).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As requisições indevidas ao Serviço Social são compreendidas como solicitações que extrapolam os limites técnicos, éticos e legais da profissão, comprometendo a relativa autonomia profissional e gerando riscos éticos, especialmente quando envolvem ações coercitivas, emissão de documentos sem respaldo técnico ou substituição de outras áreas de atuação (Brasil, 2011). Tais práticas tendem a se naturalizar em contextos marcados pela ausência de equipes interdisciplinares e pela sobrecarga de funções, como ocorre em municípios de pequeno porte I com baixa estrutura administrativa.

O estudo aborda demandas indevidas recebidas por assistentes sociais atuantes na política de assistência social, originadas de outras áreas como saúde, educação e justiça. Essas solicitações são analisadas criticamente com base em fundamentos teóricos, éticos e técnicos, conforme o Código de Ética e a Lei nº 8.662/1993, que regulamenta a profissão

Com base na perspectiva crítica que orienta o exercício profissional do Serviço Social, as atribuições do cargo de assistente social no município de Floraí foram formalizadas pelo Edital nº 001/2023, voltado à atuação nos serviços vinculados à política de assistência social. No entanto, observa-se que algumas das atribuições previstas extrapolam os limites legais estabelecidos pela Lei nº 8.662/1993, delegando ao profissional responsabilidades que pertencem a outras áreas, como a administrativa e a psicológica.

Essa sobreposição de funções revela um processo de desvalorização e desconhecimento da especificidade profissional, interferindo diretamente na prática cotidiana. Tal configuração conduz o assistente social a uma atuação imediatista, dissociada das dimensões teórico-metodológica e ético-política que

deveriam fundamentar sua intervenção, especialmente no que tange à defesa da classe trabalhadora em contextos de vulnerabilidade social.

Apesar da clareza legal e normativa que delimita as atribuições do assistente social, observa-se que, na prática cotidiana de municípios de pequeno porte como Floraí, há recorrência de demandas que extrapolam os limites da profissão. Entre elas, destacam-se atividades como o acompanhamento de usuários em deslocamentos intermunicipais, solicitações relacionadas à saúde (laqueadura, Tratamento Fora de Domicílio - TFD), averiguações judiciais de violência contra idosos, elaboração de pareceres sobre curatela, além de ações vinculadas à educação e à saúde, como verificação do uso de medicação, condições habitacionais e ausência escolar.

Além dessas, há acúmulo de funções administrativas e solicitações indevidas, como mediação de conflitos familiares sem respaldo técnico, bem como pressões políticas para inclusão de famílias em programas sociais sem critérios definidos. A ausência de equipe técnica qualificada intensifica esse cenário, levando o assistente social a assumir responsabilidades que deveriam ser atribuídas a outras áreas profissionais, como psicologia, pedagogia e gestão.

Esse contexto revela uma distorção da identidade profissional, orientada pelo projeto ético-político do Serviço Social, que preconiza a defesa dos direitos humanos, da justiça social e da emancipação dos sujeitos. Cabe ao profissional, por meio de sua prática, reafirmar a essência da profissão, considerando que “a identidade é a expressão material e concreta da forma de ser da profissão” (Martinelli, 2015, p. 147).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos desafios enfrentados pelo Serviço Social, torna-se fundamental ampliar e fortalecer os espaços de debate sobre a profissão, especialmente por meio de eventos acadêmicos que promovam a reflexão crítica

sobre a prática profissional. A formação continuada revela-se igualmente essencial, sobretudo quando aborda as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, contribuindo para o fortalecimento da categoria frente a situações que comprometem sua atuação. No cotidiano institucional, as profissionais do Serviço Social têm protagonizado enfrentamentos significativos, como o diálogo com a gestão para revisão de normativas que atribuem funções indevidas à profissão e a defesa permanente das atribuições profissionais em espaços coletivos, favorecendo o reconhecimento da especificidade do Serviço Social. Destaca-se, ainda, a articulação interprofissional com áreas como pedagogia e medicina, fortalecendo a atuação integrada e o respeito às competências de cada campo.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Conselho Federal de Serviço Social. **Requisições indevidas ao Serviço Social: orientações e estratégias de enfrentamento**. Brasília: CFESS, 2011.
- FLORAÍ. Prefeitura Municipal. **Edital nº 001/2023 – Concurso Público**. Floraí: Instituto Social Univida, 2023. Disponível em: https://www.institutounivida.org.br/sistemauploads/Edital_0522023_Abertura_Concurso_Publico_n.001-2023. Acesso em: 08 out. 2025.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados: Floraí (PR)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr/florai.html>. Acesso em: 08 out. 2025.
- MARTINELLI, Maria Lúcia. A pergunta pela identidade profissional do serviço social: uma matriz de análise. **Serviço Social e Saúde**, Campinas, SP, v. 12, n. 2, p. 145–155, 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/8639491>. Acesso em: 6 out. 2025.



**Serviço Social, trabalho profissional e seus desafios
frente ao avanço neoliberal e fragilidade democrática**

ISSN: 2359-1277

MARQUES, Rosa Maria. O lugar as políticas sociais no capitalismo contemporâneo. **Argumentum**, Vitória (ES), v. 7, n.2, p. 7-21, jul./dez.2015. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/10517/8235>. Acesso em: 7 out. 2025.

**Serviço Social, trabalho profissional e seus desafios
frente ao avanço neoliberal e fragilidade democrática**

ISSN: 2359-1277

**PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO:
Impactos no adoecimento do(a) assistente social**

Maria Eduarda Moraes Pais, pais.maria@escola.pr.gov.br;
(PIBIC/Agência de fomento CNPq);

Profa. Dra. Thaís Gaspar Mendes da Silva (Orientadora),
thais.silva@unespar.edu.br;

Universidade Estadual do Paraná, Unespar Campus Paranavaí.

**Eixo Temático: 1. Fundamentos, Trabalho e Exercício
Profissional em Serviço Social**

RESUMO: Esta pesquisa teve como objetivo contribuir para os estudos sobre as condições e relações de trabalho no contexto da crise contemporânea do capital, suas novas formas de precarização e intensificação do trabalho e os impactos no adoecimento dos(as) assistentes sociais. Desenvolvida no âmbito do PIBIC da Unespar, com apoio de bolsa do CNPq, a investigação fundamentou-se na teoria social crítica e adotou uma abordagem qualitativa, onde analisou-se as produções de programas de pós-graduação stricto sensu do Paraná, publicadas entre 2022 e 2024, a partir de levantamentos nos repositórios das universidades UEL e UNIOESTE. Na UEL, foram analisadas 6 dissertações e 1 tese; e na UNIOESTE, 2 dissertações. A revisão teórica apontou que a crise do capital, agravada no Brasil desde os anos 1990, aprofundou a concentração de renda, o desemprego estrutural e a precarização do trabalho, impactando diretamente nas políticas sociais e, por consequência, na atuação de assistentes sociais. A análise das produções permitiu a organização dos achados da pesquisa em quatro unidades de análise, e neste resumo, procuramos destacar a quarta unidade, intitulada “Saúde do trabalhador”. Os resultados explicitam que o processo de precarização das relações e condições de trabalho constitui um fator contribuinte para o adoecimento físico e mental dos trabalhadores, processo no qual o(a) assistente social também se insere. Além disso, evidencia-se o adoecimento mental decorrente do constrangimento imposto por respostas imediatistas às demandas identificadas no cotidiano profissional.

Palavras-chave: Condições e Relações de Trabalho, Adoecimento, Assistente Social.

INTRODUÇÃO

O seguinte resumo se insere em uma pesquisa de iniciação científica, na modalidade PIBIC, fomentada com apoio de bolsa pelo CNPq. Por objetivo geral estabeleceu-se: contribuir para os estudos sobre as relações e condições de trabalho no contexto da crise contemporânea do capital, a precarização e intensificação do trabalho e suas implicações no adoecimento do(a) assistente social.

Nesse viés, buscou-se identificar produções acadêmicas de programas de pós-graduação *stricto sensu*, com o objetivo de compreender como a temática vem sendo debatida nesse âmbito. Inicialmente, realizou-se a catalogação das universidades que oferecem esses programas e, posteriormente, selecionaram-se as produções a partir de seus títulos, considerando o recorte temporal de 2022 a 2024.

A fim de atingir o objetivo da pesquisa, de cunho qualitativo e documental, e fundamentada na Teoria Social Crítica, realizou-se uma revisão bibliográfica que evidenciou os impactos da crise contemporânea do capital nas relações e condições de trabalho, bem como seus reflexos no adoecimento do(a) assistente social. O presente resumo propõe-se a apresentar os achados da pesquisa referentes a uma das unidades de análise: “Saúde do trabalhador”.

MATERIAIS E MÉTODOS

A partir do referencial teórico e por meio de revisão bibliográfica, esta pesquisa de cunho qualitativo e documental fundamenta-se na Teoria Social Crítica. Buscou identificar como vem sendo debatida a temática relações e condições de trabalho: reflexos no adoecimento do(a) assistente social. Para tanto, buscou-se selecionar produção acadêmica a nível de pós-graduação *Stricto Sensu* em Serviço Social.

A catalogação das universidades que oferecem este serviço resultou em duas universidades: Universidade Estadual de Londrina (UEL) e Universidade Estadual do Oeste (UNIOESTE). Na UEL, identificaram-se 180 dissertações em Serviço Social (2005-2024), das quais 26 estavam no recorte temporal (2022-2024), sendo analisadas 6. Também foram localizadas 50 teses (2017-2024), com 12 dentro do recorte, das quais 1 foi selecionada.

Na UNIOESTE, das 78 dissertações (2015-2024), 17 estavam no período designado, sendo 2 dissertações referente a temática. Para análise desses estudos, foram elencadas quatro unidades de análise, sendo este resumo voltado à quarta unidade de análise “Saúde do Trabalhador”: adoecimento e doenças ocupacionais; relação entre condições de trabalho e saúde física/mental; estratégias de enfrentamento e resistência.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por meio da revisão bibliográfica, evidencia-se a nova face do capital, que se deu através da crise contemporânea do capital, a qual emerge em meados de 1970 e chega ao Brasil em 1990, e incide transformações que extrapolam o âmbito do trabalho, aliando-se a este processo à revolução científico-técnica, o que provoca alterações significativas nos circuitos de produção (Paulo Netto, 2012).

Tais transformações impactam as dinâmicas sociais e modo de vida da população, alterando dessa forma o cotidiano do trabalhador, acentuando o processo de acumulação de renda e aprofundando a precarização das relações e condições de trabalho. Cabe ressaltar que neste contexto acentua-se o processo de formação do exército industrial de reserva o que repercute no campo das políticas sociais, sobretudo diante do aumento da demanda.

Neste cenário, os(as) assistentes sociais, profissionais assalariados que desempenham suas funções principalmente no campo das políticas sociais,

enfrentam relações e condições laborais cada vez mais adversas, marcadas pela focalização das políticas públicas e pela desregulamentação de direitos sociais e trabalhistas, o que impacta diretamente em sua saúde, sobretudo mental.

Enquanto trabalhador(a) assalariado(a), inserido no mundo do trabalho e inscrito na divisão social e técnica do trabalho, se submete às relações de produção capitalista, ao mesmo tempo em que sofre as consequências da reestruturação produtiva, atua sobre ela, tendo nas políticas sociais o seu maior espaço sociocupacional. Isso significa dizer, que os(as) assistentes sociais “são profundamente atingidos pelas determinações da precarização do trabalho” (Ceolin, 2014, p. 256).

Por meio das análises dos estudos selecionados, observou-se os seguintes apontamentos referentes a Saúde do assistente social como trabalhador: A respeito do adoecimento profissional, Soares (2024) ressalta que ele decorre da imediatez no trabalho. Por meio de seu estudo, observou-se o constrangimento dos profissionais, submetidos a respostas espontâneas, sem o devido aprofundamento teórico, pautadas apenas na necessidade de atender demandas identificadas. Além disso, a autora destaca a pressão para o cumprimento de prazos inviáveis.

Costa (2023) também retrata a questão do adoecimento em virtude das requisições e demandas impostas, revelando-se que estes profissionais estão submetidos a conjunto de determinantes fora de seu controle profissional, e ocasionalmente limitam seu exercício.

No que se refere ao trabalho remoto, implementado em alguns espaços sociocupacionais após a pandemia, Kiekow (2023) evidencia um agrupamento de causas que reverbera no adoecimento mental e físico do profissional, tais como a redução das relações sociais e coletivas no espaço do trabalho e a precarização das condições de vida e trabalho. Também ressaltou a pressão para o cumprimento de prazos inviáveis, o que, conseqüentemente, acarreta o

adoecimento da equipe, pressionada a atender prazos humanamente impossíveis.

Não obstante, Silva (2024) em seu estudo, observa a baixa remuneração e o pluriemprego como fatores que contribuem para a sobrecarga profissional, uma vez que estes profissionais passam a ocupar mais de um espaço socioculpacional para complemento da renda consequentemente ocasiona-se na sobrecarga.

Diante disso identifica-se que em detrimento da precarização, intensificação e flexibilização a qual atinge as políticas sociais e por consequência também atinge os trabalhadores destas políticas, acirra-se o processo de adoecimento profissional.

Neste cenário, os(as) assistentes sociais estão submetidos a desafios profissionais em seu ambiente de trabalho, desgastados pela demanda e sujeitos a precarização e flexibilização das suas condições laborais, impactando diretamente sua saúde física e mental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos estudos analisados permitiu-se identificar que os(as) assistentes sociais estão submetidos a um processo de precarização sobre suas condições e relações de trabalho, vivenciando a sobrecarga de tarefas, as múltiplas jornadas de trabalho, as respostas imediatas e espontâneas. Tais condições impactam diretamente na efetividade do trabalho social, refletindo no adoecimento dessa categoria profissional.

Neste viés, este cenário exige atenção tanto por parte dos empregadores quanto pela categoria profissional e das instituições representativas da categoria profissional.

REFERÊNCIAS

CEOLIN, George Francisco. **Crise do capital, precarização do trabalho e impactos no Serviço Social**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 118, p. 239-264, jun. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n118/a03n118.pdf>. Acesso em: 25 out. 2023.

COSTA, Fernanda dos Santos da. **Um estudo sobre as condições de trabalho de assistentes sociais nos CRAS do município de Sorocaba frente à pandemia**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2023. Disponível em: <https://repositorio.uel.br/items/abccd369-383d-4a43-aec3-4f43fdeb0781/request-acopy?bitstream=24a66b55-eb18-4201-81cb-5340272e46a0>. Acesso em: 30 set. 2025.

KIEKOW, Priscila. **O trabalho das assistentes sociais nos hospitais do sudoeste do Paraná no contexto pandêmico da Covid-19**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Toledo: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2023. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/7190>. Acesso em: 30 set. 2025.

PAULO NETTO, José. Crise do Capital e consequências societárias. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 111, jul./set. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/D6MmJKCjKYqSv6kyWDZLXzt/?lang=pt>. Acesso em: 30 set. 2025.

SILVA, Tania Mara da. **Condições de trabalho e processo de adoecimento: um estudo sobre o trabalho de assistentes sociais na política de assistência social na região de Campo Mourão e Cascavel**. 2024. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2024. Disponível em: <https://repositorio.uel.br/bitstreams/50e205af-6929-44e8-b529-1ab54175eba5/download> Acesso em: 22 agosto 2025.

SOARES, Flávia Laura. **Tempos pandêmicos de Covid-19: implicações ao trabalho profissional de assistentes sociais nas equipes regionais de atendimento multidisciplinar do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2024. Disponível em: <https://repositorio.uel.br/items/7b51988b-70d7-45a4-9c7c-f8f2dcf0b4fc/request-acopy?bitstream=a80bbf76-e3d3-4aac-a6c9-4e7b04b99021> Acesso em: 30 set. 2025.

O PAPEL DO SERVIÇO SOCIAL NA REDE DE APOIO ÀS PESSOAS COM AUTISMO E SUAS FAMÍLIAS

Heloísa Mewes Arruda, mewesheloisamewes@gmail.com;
Profa. Dra. Keila Pinna Valensuela, keila.pinna@unespar.edu.br;
Universidade Estadual do Paraná, Unespar Campus Paranavaí

Eixo Temático 1: Fundamentos, Trabalho e Exercício Profissional em Serviço Social

RESUMO: A pesquisa em questão tem por objetivo identificar o papel do Serviço Social na rede de apoio às pessoas com autismo, considerando os marcos históricos e legais que atravessam a atuação nesse campo e influenciam de uma forma direta a atuação no atendimento de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), utilizando a Lei nº 12.764/2012 que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. A partir de uma abordagem qualitativa, exploratória e dialética, por meio de revisão bibliográfica e documental, busca-se compreender a totalidade social que essa atuação se insere e revelar as contradições que perpassam à política pública voltada às pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). O estudo possui uma visão crítica sobre o exercício profissional, destacando a importância do Serviço Social na garantia de direitos e de políticas públicas inclusivas, destacando o compromisso ético e político do/a assistente social, no campo de pessoas com deficiência que têm exigido intervenções profissionais comprometidas com os direitos humanos.

Palavras-chave: Serviço Social; Exercício Profissional; Autismo.

INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição do neurodesenvolvimento caracterizada por desafios que afetam a comunicação, interação social e o comportamento (DSM-5, 2014). Com o aumento da necessidade de políticas públicas que garantam os direitos das pessoas com deficiência, o TEA tem se tornado alvo de atenção em diferentes esferas sociais, políticas e jurídicas, evidenciando uma crescente conscientização sobre os direitos das pessoas com deficiência, conforme previsto na Constituição Federal

de 1988, que assegura a igualdade de direitos e a inclusão social das pessoas com deficiência (Brasil, 2015; Brasil, 1988).

No contexto da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, estabelecida pela Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, exige-se uma compreensão crítica e contextualizada das necessidades específicas do TEA e das demandas sociais. A referida Lei é um marco importante para o reconhecimento legal dos direitos das pessoas com autismo, a política pública busca garantir a inclusão dessas pessoas nas particularidades da vida social, escolar, profissional e familiar.

Diante disso, o Serviço Social desempenha um papel importante na construção de redes de apoio para as pessoas com autismo e suas famílias, contribuindo para a promoção da inclusão, na garantia e defesa de direitos.

A pesquisa em questão, tem por objetivo identificar o papel do Serviço Social dentro dessa rede de apoio, analisar os desafios e as contradições presentes na implementação de políticas públicas voltada para o atendimento das pessoas com autismo. Utilizando a abordagem dialética, o estudo visa compreender a totalidade em que essa atuação está inserida com uma visão crítica sobre as práticas profissionais no campo da assistência social (Iamamoto, 2007).

Em um cenário em que as questões envolvendo o TEA ainda passam por estigmas e dificuldades no acesso aos direitos, a atuação do/a assistente social se torna importante na garantia de uma sociedade mais inclusiva, pautada pelos princípios dos direitos humanos e pela ética profissional, fundamentada pelo Código de Ética do/a Assistente Social e na Lei de Regulamentação da Profissão - Lei nº 8.662/1993 (CFESS, 2011).

A importância deste estudo está voltada na possibilidade de contribuir para o fortalecimento das políticas públicas inclusivas, na garantia de direitos e na valorização do exercício profissional do Serviço Social na área das

deficiências. A partir de uma reflexão crítica sobre a legislação vigente, os marcos históricos e os desafios enfrentados pelas famílias e indivíduos com TEA, busca-se aumentar a compreensão sobre a atuação do/a assistente social na construção de uma sociedade mais justa e acessível para todos.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa se propõe a partir de revisão bibliográfica e análise documental em legislações e políticas públicas que tratam do autismo e da intervenção do/a assistente social na área. Portanto, a metodologia caracteriza-se como qualitativa de natureza exploratória que visa analisar o papel do serviço social na rede de apoio às pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e suas famílias.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ainda que essa pesquisa esteja em fase inicial e não apresente resultados consolidados, é possível, a partir dos objetivos estabelecidos e da metodologia adotada, com base no levantamento bibliográfico e análise documental, identificar o papel do serviço social na rede de apoio às pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e suas famílias, bem como os principais desafios enfrentados nesse campo.

Partindo das legislações, como a Lei nº 12.764/2012 (Lei Berenice Piana), e o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), possui um reconhecimento legal da necessidade de proteção e cuidado às pessoas com TEA. Recentemente, esse reconhecimento foi ampliado com a garantia do direito ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) às pessoas autistas, desde que atendam aos critérios. Ainda assim, persistem desafios na execução dessas políticas, principalmente na junção entre diferentes setores das políticas públicas, como saúde, educação e assistência social.

Com a pesquisa proposta, será possível demonstrar que o serviço social exerce uma função estratégica na mediação entre os usuários e as políticas públicas, articulando recursos, encaminhamentos e na garantia ao acesso de direitos sociais, baseado na Lei nº 8.662/1993, que em seu artigo 4º define como competências do assistente social a elaboração, coordenação, execução e avaliação de planos, programas e projetos que viabilizem os direitos da população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise dos marcos legais, especialmente da Lei nº 12.764/2012, e da revisão bibliográfica e documental inicial, é possível perceber a importância da atuação profissional do/a assistente social na defesa de direitos e no fortalecimento de políticas públicas inclusivas. Essa atuação está em ligada com as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social), que orientam a formação crítica e comprometida com o Projeto Ético-Político do Serviço Social, reafirmando o compromisso da profissão com os direitos sociais.

A perspectiva crítica adotada busca contribuir para o fortalecimento do compromisso ético-político da profissão, especialmente no campo da deficiência.

REFERÊNCIAS

ABEPSS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996. Disponível em: <https://www.abepss.org.br>.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BRASIL. **Código de Ética do/a Assistente Social**. Brasília, DF: Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), 1993. Disponível em: <https://www.cfess.org.br>.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.** Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 dez. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm.

BRASIL. **Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993.** Regula a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jun. 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm.

BRASIL. **Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993.** Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 8 jun. 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Projeto ético-político do Serviço Social:** guia de referência para o trabalho profissional. Brasília, DF: CFESS, 2011. Disponível em: <https://www.cfess.org.br>.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

**A ATUAÇÃO DO/A ASSISTENTE SOCIAL COMO FACILITADOR DO
ACESSO AO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA NA
DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO (DPU)**

Cícera Talita do Nascimento Gonçalves, ciceratalita22@gmail.com;
Marília Gonçalves Dal Bello, madalbello@unespar.edu.br;
Universidade Estadual do Paraná, Unespar Campus Paranavaí.

**Eixo Temático 1: Fundamentos, Trabalho e Exercício
Profissional em Serviço Social**

RESUMO: O Serviço Social é uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho, sendo seu trabalho profissional objetivado nas políticas sociais, tem sua direção definida no campo das especificidades da profissão, concretizadas por regulações como o Código de Ética do/a Assistente Social e a Lei de Regulamentação da Profissão. O presente estudo ao ter como recorte a Defensoria Pública da União (DPU), tem como objetivo estudar sobre a atuação do Serviço Social no acesso ao direito ao BPC, no contexto profissional da Defensoria Pública da União. Para tanto, estabeleceu-se como metodologia a abordagem qualitativa, baseada em levantamento bibliográfico de base crítica, possibilitou problematizar o relato de experiência, referenciado na proposta hipotética vinculada a disciplina de Fundamentos do Serviço Social.

Palavras-chave: Serviço Social. Trabalho Profissional. Acesso a Direitos.

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como tema o exercício profissional e o acesso ao direito ao Benefício de Prestação Continuada no espaço sócio ocupacional da Defensoria Pública da União. O objetivo proposto é estudar sobre a atuação do Serviço Social no acesso ao direito ao BPC, no contexto profissional da Defensoria Pública da União.

A Defensoria Pública da União (DPU) é uma instituição federal que presta assistência jurídica gratuita às pessoas que não têm condições de pagar advogado. Sua função é garantir o acesso à justiça e a efetivação de direitos fundamentais. Em casos de negação do Benefício de Prestação Continuada

(BPC) pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), a Defensoria Pública da União atua orientando o cidadão, revisando o processo administrativo (DPU, 2025).

Importante destacar que o Serviço Social é uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho e tem suas especificidades orientadas pelas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Trata-se de uma profissão de natureza analítica e interventiva, cuja investigação da realidade se dá por sucessivas aproximações a realidade (Netto, 2005).

Segundo Netto (2005), o Serviço Social é requisitado pelo Estado para intervir junto as expressões da questão social, tem seu trabalho objetivado nas políticas sociais mas não se confunde com ela, já que a profissão possui compromissos, valores e legislações próprias que orientam o exercício profissional como a Lei de Regulamentação da Profissão de Serviço Social e o Código de Ética do Serviço Social, ambas de 1993.

Compreendido isso, a atuação do/a assistente social na DPU é voltado para facilitar o acesso ao direito ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) que demanda ao profissional, conhecimentos e apropriação das especificidades que direcionam a profissão e ainda da Política Nacional da Assistência Social (PNAS (Brasil, 2024), da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Brasil, 1993) e do Estatuto da Pessoa Idosa (Brasil, 2003).

Sendo assim, a premissa da necessidade da preparação para a atuação profissional, foi o ponto de partida para a elaboração da atividade proposta para ser desenvolvida na disciplina de Fundamentos do Serviço Social. Organizados em dupla, foi nos propostos que investigássemos a seguinte realidade hipotética: *“Ao trabalhar como assistente social na Defensoria Pública da União, você, recebeu uma solicitação do Defensor Público Federal para realizar uma perícia social, com a finalidade de subsidiar uma decisão judicial de concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC), previsto na Lei Orgânica da*

Assistência Social (LOAS). A parte autora da ação é o Sr. Pedro, um idoso de 66 anos de idade, desempregado e que mora com uma irmã, de 68 anos, a qual recebe aposentadoria no valor de um salário mínimo”.

A partir da situação descrita, foi solicitado que se: a) Identificasse os requisitos legais que subsidiasse a investigação da assistente social sobre o acesso ou não ao BPC por Pedro; b) Elaborasse um roteiro de entrevista com Sr. Pedro, considerando os seus gastos; c) Produzisse uma simulação da situação apresentada. Nos itens a seguir será tratado sobre a metodologia e os resultados alcançados com a proposta de vivência do exercício profissional, vinculada a disciplina de Fundamentos do Serviço Social, no primeiro semestre de 2025.

MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo proposto vincula-se a metodologia qualitativa, com base no levantamento e leitura de referenciais teóricos, alinhados a perspectiva crítica do Serviço Social. É um relato de experiência, tendo como ponto de partida a situação hipotética apresentada na disciplina de Fundamentos do Serviço Social.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base na questão hipotética proposta na disciplina de Fundamentos do Serviço Social, envolvendo Pedro de 66 anos, requerendo ao BPC, deu-se início a proposta de intervenção profissional do assistente social, que inserido como trabalhador na DPU, inicia sua intervenção baseada na investigação da realidade.

Para tanto, elaborou-se um roteiro de entrevista com questões semiestruturadas abertas e fechadas com o objetivo de realizar estudo sócio econômico, voltado a elaboração de estudo social, seguido de parecer social. No processo investigativo, os seguintes dados foram considerados importantes,

como domicílio, composição e renda familiar, caracterização de Pedro como idoso, e portanto, público alvo do BPC, bem como situação trabalhista e renda, acesso a serviços, situação e violência.

Para a realização do levantamento de dados, foi agenda visita domiciliar com o fim de aprofundar os conhecimentos sobre a realidade vivenciada, para além dos dados mencionados pelo Sr. Pedro. O objetivo é o de coletar dados com o fim de embasar a defesa do acesso ao direito ao BPC, considerado contexto e gastos específicos, como os com medicamentos e tratamento de saúde, previstos na LOAS, no Art 20.

Após a realização da entrevista, procedeu-se a seguinte análise social. Embora a renda per capita ultrapasse o critério econômico formal (1/4 do salário mínimo), observa-se uma situação de vulnerabilidade social real: idade avançada e ausência de vínculos empregatícios; comprometimento da renda com medicamentos e necessidades básicas; fragilidade da rede de apoio familiar e comunitária; condições precárias de moradia e ausência de acessibilidade; risco de invisibilidade e exclusão social.

Cabe destacar que decisões do STF e alterações na LOAS (Lei nº 13.982/2020) ampliam a análise de concessão do BPC para além da renda, permitindo considerar elementos qualitativos da condição de vida, conforme o §11 do Art. 20 da LOAS. Com base nisso, foi elaborado o parecer social nos seguintes termos “Assim, este parecer recomenda a concessão do BPC/LOAS ao Sr. Pedro, considerando os princípios da dignidade humana, equidade e proteção social integral ao idoso, conforme previstos na LOAS e no Estatuto da Pessoa Idosa”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do objetivo proposto, considera-se que o trabalho apresentado apresenta e contextualiza a atuação do assistente social na Defensoria Pública da União. Considera-se que a atuação profissional na situação hipotética envolvendo o Sr. Pedro foi de fundamental importância para facilitar o acesso ao direito ao BPC.

Importante ressaltar a importância dos conhecimentos profissionais, no tocante as especificidades da profissão, que entre suas dimensões está a investigativa, bem como a apropriação do aparato legal como é a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Destaca-se ainda a exigência da preparação para atuação profissional baseada na apropriação das atribuições e competências do Assistente Social, que tem entre suas atribuições privativas a elaboração de parecer social, assim como os conhecimentos sobre os instrumentos e técnicas do assistente social.

Assim, conclui-se que a qualificação e atualização profissional deve ser uma constante no cotidiano de trabalho do assistente social. Ressalta-se ainda a importância de experiências hipotéticas propostas como estratégia no processo formativo para a aproximação da indissociabilidade entre teoria e prática.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Estatuto da Pessoa Idosa**. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm. Acesso em: 13 out. 2025.

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)**. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm. Acesso em: 13 out. 2025.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social, 2004/2024**. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/normativas/pnas2004.pdf. Acesso em: 13 out. 2025.

CFESS. **Código de Ética do/a Assistente Social, 1993**. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 13 out. 2025.

CFESS. **Lei de Regulamentação da Profissão, 1993**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm. Acesso em: 13 out. 2025.

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=A+Defensoria+P%C3%BAblica+da+Uni%C3%A3o+o+DPU>. Acesso em: 9 out. 2025.

NETTO. J.P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2005.

POLÍTICAS SOCIAIS E O SIGNIFICADO DE INTERSETORIALIDADE PARA VIABILIZAÇÃO DE DIREITOS SOCIAIS

Andressa Paltanin Belarmino, paltaninandressa@gmail.com;
José Lucas de Queiroz Dourado, joselucasdourado1990@gmail.com;
Isabela Marassi, isabellamarassi@hotmail.com
Universidade Estadual do Paraná, Unespar Campus Paranavaí

Eixo Temático 1: Fundamentos, Trabalho e Exercício Profissional em Serviço Social

RESUMO: o presente texto tem por objetivo compreender as políticas sociais em uma perspectiva intersetorial, bem como a importância da articulação entre diferentes políticas sociais para o atendimento aos usuários dos serviços públicos. Trata-se de um estudo que surgiu a partir de uma experiência vivenciada no segundo ano do curso de Serviço Social da Universidade do Estado do Paraná campus Paranavaí - UNESPAR, no ano de 2025, que promoveu um laboratório de vivência, com a finalidade de aproximar a relação entre teoria e prática profissional. Orientados por pesquisa bibliográfica, faremos uma breve aproximação desta discussão, buscando compreender a importância de diferentes políticas sociais se articularem para atender as necessidades da população.

Palavras-chave: atendimento, intersetorialidade, políticas sociais.

INTRODUÇÃO

O ponto de partida do que se pretende aqui discutir diz respeito a compreensão da relevância sobre a articulação entre diferentes políticas sociais, no sentido de promover atendimento de qualidade aos usuários dos serviços públicos, de modo a atendê-los na totalidade de suas demandas. O objeto de análise é o significado desta articulação e seus reatamentos no atendimento público. A pergunta que perseguimos aqui é se o conceito de intersetorialidade possibilita guiar atendimentos de qualidade, que possam responder as demandas dos usuários em sua completude. Diante disso, torna-se necessário refletir sobre o material bibliográfico que se apresenta.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa realizada utilizou método bibliográfico que permite conhecer o que outros estudiosos já discutiram, ajudando a construir novas reflexões e comparações com a realidade observada. Segundo Gil (2008), a análise bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Esse tipo de pesquisa tem como objetivo conhecer e discutir as contribuições teóricas existentes sobre um determinado assunto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O significado de intersectorialidade está relacionado a uma estratégia para a sustentação das políticas sociais a partir do reconhecimento ao direito às estruturas democráticas e à proteção social, para toda a população (Monnerat; Souza, 2009).

Compreende-se que as políticas sociais precisam atuar de forma interligada, em que pese diferentes setores trabalhando em conjunto e na mesma direção. Essa forma de atuação pode ser classificada como intersectorialidade e é fundamental para que o atendimento às famílias e às comunidades seja mais completo e eficaz.

A intersectorialidade corresponde à articulação de saberes e experiências para lidar com situações complexas, demandando alterações na gestão pública e nas relações de trabalho (Inojosa, 2001). A intersectorialidade deve atuar no cotidiano da vida prática dos usuários dos serviços públicos e permitir a articulação de recursos e ideias. É neste sentido que a intersectorialidade não é apenas uma técnica, mas uma forma de pensar e agir que coloca o cidadão no centro do debate acerca das políticas sociais. Assim, o foco do trabalho social deixa de ser apenas o atendimento pontual e limitante e passa a considerar o

contexto social, econômico e cultural das pessoas. Diante disso, ao refletir sobre políticas sociais, torna-se necessário pensar o impacto da articulação das políticas sociais, no exercício profissional, para a cidadania, democracia e justiça social.

Nesse terreno, existem alguns desafios, como falta de apoio por parte da gestão pública, a ausência de conselhos deliberativos e participação popular, políticas públicas em um campo de tensão e disputas. Ao estudar as ações intersetoriais a partir da articulação de políticas sociais da cidade do Rio de Janeiro, Monerat e Souza (2009) observaram os serviços públicos funcionando de maneira separada, ao passo que a política de assistência social, saúde e educação, atendem as mesmas pessoas, mas não trocam informações ou planejam ações em conjunto e isso faz com que as expressões da questão social se tornem mais difíceis de resolver.

Contudo, a intersetorialidade, enquanto proposta de articulação entre políticas sociais, busca superar a separação, submetendo tal articulação a um trabalho coletivo entre os diferentes setores, para garantir direitos e melhorar a qualidade de vida da população. A intersetorialidade é um grande desafio, porque exige diálogo, planejamento conjunto e compromisso entre os profissionais de diferentes áreas. No entanto, também é uma oportunidade para construir políticas públicas mais humanas e eficazes, voltadas para o bem-estar coletivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, compreende-se o significado e relevância da articulação de políticas sociais, através de uma perspectiva intersetorial, para que os usuários do Serviço Social possam ser alcançados, na efetivação de sua cidadania. A articulação de diferentes políticas, em uma perspectiva de atuação

conjunta permite apostar em respostas transeitoriais para situações de risco e vulnerabilidade social, que não sejam pontuais e limitantes.

REFERÊNCIAS

MONNERAT, Giselle Lavinias; SOUZA, Rosimary Gonçalves de. Política social e intersectorialidade: consensos teóricos e desafios práticos. **SER Social**, Brasília, v. 12, n. 26, p. 200-220, jan./jun. 2009.

Inojosa, R. M. Sinergia em políticas e serviços públicos: desenvolvimento social com intersectorialidade. **Cadernos FUNDAP**, (22), 102-110, 2001. Disponível em: https://www.pucsp.br/prosaude/downloads/bibliografia/sinergia_politicas_servicos_publicos.pdf. Acesso em: 12 out. 2025.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas da Pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.



**Serviço Social, trabalho profissional e seus desafios
frente ao avanço neoliberal e fragilidade democrática**

ISSN: 2359-1277

PARTE I - EIXO TEMÁTICO 2: Política Social e Serviço Social

O ESTÁGIO COMO ESPAÇO DE FORMAÇÃO CRÍTICA: aprendizados e desafios no CAPS AD III

Eduardo Romano da Silva, eueduromano@gmail.com;
Profa. Dra. Claudiana Tavares da Silva Sgorlon (Orientadora),
clausgorlon@gmail.com;
Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA)

Eixo Temático: 2. Política Social e Serviço Social

RESUMO: Este relato de experiência descreve o estágio supervisionado realizado de março a agosto de 2024 no Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD III), em Foz do Iguaçu, PR, um espaço sócio-ocupacional de saúde mental dedicado ao atendimento integral de usuários com dependência química, promovendo reabilitação, inclusão social e redução de danos em contexto fronteiriço, marcado por migrações, tráfico e desigualdades. Como processo formativo dialético-crítico, alinhado ao projeto ético-político do Serviço Social, o estágio integrou experiências práticas com fundamentos teóricos de Prates (2003), Souza et al. (2010), Lewgoy (2007), Buriolla (2001) e Menezes e Moura (2018), além de normativas como a Lei nº 11.788/2008 e Instrução Normativa nº 7/2022 da UNILA. Formalizado por Termo de Compromisso e Plano de Estágio, que seguiu a tríple articulação entre universidade, CAPS e estagiário, configurando-se como ato educativo intencional (Lei do Estágio - 11.788/2008), vinculado ao Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS (1996), assegurando o rompimento com tecnicismo assistencialista para mediação via teoria marxiana e prática concreta.

Palavras-chave: Estágio, Serviço Social, Centro de Atenção Psicossocial (CAPS).

INTRODUÇÃO

O presente relato descreve o estágio supervisionado realizado no Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD III) de Foz do Iguaçu-PR, um espaço sócio-ocupacional de Serviço Social inserido na rede de saúde mental, dedicado ao atendimento integral de usuários com dependência química. O serviço promove reabilitação, inclusão social e redução de danos, atendendo

populações vulneráveis em contexto fronteiriço marcado por migrações, tráfico e desigualdades socioeconômicas. Realizado de março a agosto de 2024, sob supervisão acadêmica de assistente social da universidade e de campo pela profissional do centro, o estágio foi pivotal na formação em Serviço Social, transcendendo a prática para um processo dialético-crítico alinhado ao projeto ético-político da profissão.

Inspirado em Prates (2003), que enfatiza a intencionalidade na práxis; Souza et al. (2010) e Buriolla (2001), que destacam a supervisão pedagógica e a unidade teoria-prática; Lewgoy (2007), vinculando o estágio às Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996); e Menezes e Moura (2018), criticando a alienação instrumental; além da Lei nº 11.788/2008 e Instrução Normativa nº 7/2022 da UNILA, o relato integra vivências com fundamentos conceituais. O objetivo é evidenciar como o estágio fomentou mediação coletiva, superação do tecnicismo assistencialista e articulação das dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa, contribuindo para a análise crítica da questão social na saúde mental.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este relato adota uma abordagem qualitativa e reflexiva, caracterizando-se como estudo de caso experiencial no âmbito da formação profissional em Serviço Social. Os "materiais" incluem o contexto institucional do CAPS AD III, um serviço de média complexidade na rede psicossocial, e as fontes teóricas e normativas citadas anteriormente. Os "métodos" envolvem a articulação indissociável entre teoria e prática, formalizada por Termo de Compromisso e Plano Individual de Estágio, assinado entre o estagiário, a universidade, o CAPS AD III e a supervisora acadêmica e de campo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estágio supervisionado no Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD III) de Foz do Iguaçu, Paraná, representou um momento pivotal na formação em Serviço Social, inserido na saúde mental e cuidado psicossocial. Esse espaço sócio-ocupacional atende usuários com sofrimento psíquico e dependência química, promovendo reabilitação, inclusão social e redução de danos. Realizado de 26 de novembro de 2024 até o período atual, sob supervisão acadêmica e de campo por assistentes sociais, o processo foi dialético-crítico, alinhado ao projeto ético-político da profissão. Inspirado em autores como Prates (2003), Souza et al. (2010), Buriolla (2001), Lewgoy (2007) e Menezes e Moura (2018), o relato integra vivências com fundamentos conceituais, enfatizando intencionalidade, unidade teoria-prática, mediação coletiva e superação da alienação.

Desde o início, o estágio configurou-se como ato educativo intencional (Lei do Estágio, Art. 1º), vinculado ao PPC e Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996). Formalizado por Termo de Compromisso e Plano de Estágio, seguiu a tríplice articulação entre universidade, CAPS e estagiário (Instrução Normativa). Iniciou-se com observação de rotinas socioocupacionais — oficinas de artesanato, grupos terapêuticos e visitas domiciliares —, visando reinserção laboral de usuários vulneráveis em contexto fronteiriço marcado por migrações e desigualdades. Essa vinculação, per Lewgoy (2007), rompeu com o tecnicismo assistencialista, mediando formação acadêmica e realidade concreta via teoria social crítica marxiana, iluminando contradições na saúde mental.

A intencionalidade na práxis (Prates, 2003) guiou as intervenções, orientando instrumentos como entrevistas e relatórios por um projeto emancipatório. Por exemplo, em grupo sobre trajetórias laborais (Antunes apud Prates, 2003, p. 3), priorizou-se análise dinâmica e coletiva da questão social — como desemprego agravado pela dependência —, decifrando determinações históricas. Essa abordagem dialético-crítica transformou o estágio em locus de

conhecimento compartilhado, materializando a práxis como unidade entre pensar e agir (Marx apud Prates, 2003, p. 2), convertendo narrativas individuais em ações coletivas de empoderamento com usuários e equipe multidisciplinar.

A supervisão pedagógica (Souza et al., 2010; Buriolla, 2001) articulou teoria e prática em reuniões regulares, promovendo reflexão crítica e evitando a dissociação entre saber universitário e fazer institucional (Siqueira apud Souza et al., 2010, p. 143). Em visitas domiciliares, “aplicou-se escuta ativa e mapeamento de rede social, confrontando teoria com realidade e reconhecendo dimensões emocionais como ansiedade e entusiasmo” (Bordenave apud Souza et al., 2010, p. 151). Inspirada em Freire (apud Prates, 2003), essa mediação dialógica posicionou usuários como sujeitos ativos, fomentando diálogos em oficinas e seminários, fortalecendo a dimensão política do trabalho (Martinelli apud Prates, 2003).

Desafios como alienação e razão instrumental (Menezes e Moura, 2018) emergiram em rotinas burocráticas, que poderiam subordinar a prática ao capital. Superados via projeto de intervenção com oficinas de capacitação laboral, “a instrumentalidade tornou-se mediação dialética, integrando ética, teoria e técnica” (CRESS-MG, 2017, p. 14). “A supervisão crítica” (Lewgoy, 2007, p. 9) questionou contradições, como desigualdades no CAPS apesar de sua democracia (Palma apud Prates, 2003, p. 6), ancorada no trabalho teleológico marxiano (Marx apud Lukács, 2013), promovendo fins conscientes e defesa de direitos.

“A dimensão ético-política alinhou o estágio ao projeto profissional, construindo identidade coletiva para emancipação” (Buriolla, 2001, p. 14). Em reuniões sobre redução de danos, “desenvolveu-se autonomia, questionando mercantilização” (Souza et al., 2010, p. 137) e afirmando valores democráticos. A avaliação contínua, via relatórios semestrais (Instrução Normativa, Art. 10º), foi formativa, permitindo autoavaliação dialética e inserção na totalidade social

(Iamamoto, 1998 apud análise normativa de 2022). Garantias como seguro contra acidentes (Lei do Estágio/2008, Art. 9º) e jornada de 12 horas semanais reforçaram a proteção ética, reconhecendo o estágio como formação cidadã (Art. 1º, §2º).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, o estágio no CAPS AD III de Foz do Iguaçu configurou-se como espaço político-pedagógico de integração teórico-prática, mediado por supervisão e instrumentalidade crítica, transcendendo o treinamento técnico para materializar o compromisso ético-político da profissão, articulando dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa (Diretrizes Curriculares, 1996). Essa vivência aprimorou a consciência crítica, qualificando intervenções emancipatórias na questão social, humanizando o trabalho e defendendo direitos humanos. Como processo contínuo de formação (Lewgoy, 2007), desvelou o Serviço Social como práxis coletiva, capaz de resistir a contradições sociais e fomentar equidade no cuidado sócio-ocupacional do CAPS, como instrumento de inclusão e transformação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes. Ministério da Educação. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm Acesso em: 08 out. 2025.

BURIOLLA, M. A. **Supervisão de estágio: espaço de formação e exercício profissional**. São Paulo: Cortez, 2001. Disponível em: https://konektacommerce.nyc3.cdn.digitaloceanspaces.com/TEXT_SAMPLE_CONTENT/estagio-supervisionado-o-19414-1.pdf Acesso em: 08 out. 2025.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DE MINAS GERAIS – CRESS-MG. **A dimensão técnico-operativa no trabalho de assistentes sociais**. Belo Horizonte: CRESS-MG, 2017. Disponível em: <https://www.cress->

**Serviço Social, trabalho profissional e seus desafios
frente ao avanço neoliberal e fragilidade democrática**

ISSN: 2359-1277

mg.org.br/wp-content/uploads/2023/06/Livro-CRESS-MG-_A-dimensão-técnico-operativa-no-trabalho-de-assistentes-sociais-.pdf Acesso em: 08 out. 2025.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **Supervisão de estágio em Serviço Social: desafios para a formação e exercício profissional**. Porto Alegre: PUCRS, 2007.

MENEZES, Viviane de Araújo; MOURA, Epitácio Macário. A instrumentalidade do processo de trabalho do Serviço Social: por uma práxis ascendente à razão instrumental. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n° 62, mar. 2000b. Disponível em: https://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos_completos/425-17619-15072018-095923.pdf Acesso em: 08 out. 2025.

PRATES, Jane Cruz. **A questão dos instrumentais técnico-operativos numa perspectiva dialético-crítica de inspiração marxiana**. 2003. Textos & Contextos: revista virtual, Florianópolis, n. 2, ano II, dez. 2003. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/article/view/948/728> Acesso em: 08 out. 2025.

SOUZA, Tatiana Machiavelli Carmo; OLIVEIRA, Cirlene Aparecida Hilário da Silva; BUENO, Cléria Maria Lobo Bittar Pucci. Políticas de Estágio e o Contexto do Serviço Social. **Serviço Social & Saúde**, Campinas: UNICAMP, v. IX, n. 9, p.131–156, jul. 2010. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/8634874/2778>. Acesso em: 08 out. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA - UNILA. **Instrução Normativa nº 7/2022/PROGRAD**. Foz do Iguaçu, 03 ago. 2022. Lei nº 11.788, de 25 set. 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes. Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996). Proposta básica para o projeto de formação profissional. Disponível em: https://portal.unila.edu.br/prograd/arquivos/in_07-2022.pdf Acesso em: 08 out. 2025

**ENTRE A RUA E O ACOLHIMENTO: Análise da Rede de Proteção Social
de Média e Alta Complexidade em Foz do Iguaçu – PR**

Márcia Helena Buiar, marciahelenabuiar@hotmail.com;
Profa. Dra. Claudiana Tavares da Silva Sgorlon (Orientadora),
clausgorlon@gmail.com;
Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA)

Eixo Temático 2: Política Social e Serviço Social

RESUMO: Este trabalho analisa os recursos disponíveis na Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade da Política de Assistência Social para atender a população em situação de rua em Foz do Iguaçu – PR. Parte-se do entendimento de que a vivência nas ruas é uma das formas mais graves da questão social, resultado das desigualdades da sociedade capitalista. Os objetivos incluem discutir a população em situação de rua como expressão da questão social no contexto local, examinar as normas da Política de Assistência Social e identificar os serviços oferecidos pelo município. A pesquisa é qualitativa, baseada em revisão bibliográfica, análise documental e levantamento de dados sobre os serviços existentes. Os resultados apontam para a necessidade urgente de políticas públicas, especialmente habitacionais, que garantam condições dignas de vida a essa população.

Palavras-chave: Pessoas em situação de rua, Rede de proteção social de Média e Alta Complexidade, Foz do Iguaçu - PR.

INTRODUÇÃO

Este estudo propõe analisar a Rede de Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade da Política de Assistência Social (PAS) no município de Foz do Iguaçu – PR, com ênfase no atendimento à população em situação de rua. Considerando as especificidades do contexto local, marcado por sua posição estratégica na tríplice fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina, e por uma expressiva diversidade cultural que reúne cerca de 80 nacionalidades (Martins; Ruschmann, 2010, p. 02). A pesquisa busca identificar os serviços disponíveis, avaliar sua efetividade, examinar as barreiras de acesso e compreender o papel das instituições envolvidas. A investigação destaca os

desafios enfrentados por essa população e as lacunas existentes na rede socioassistencial, com o objetivo de contribuir para o aprimoramento das políticas públicas e para a produção de conhecimento sobre a atuação da Proteção Social Especial no âmbito municipal.

A população em situação de rua representa uma das expressões mais agudas da questão social nas sociedades capitalistas contemporâneas, resultante de múltiplos fatores estruturais e conjunturais, como a precarização do trabalho, a ausência de políticas públicas eficazes, a ruptura de vínculos familiares e comunitários e a negação sistemática de direitos (Iamamoto, 2001). Nesse contexto, torna-se essencial analisar as formas de intervenção do Estado por meio da Política de Assistência Social, com destaque para a Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, que atende indivíduos e famílias em situações de violação de direitos e com vínculos fragilizados ou rompidos.

Em Foz do Iguaçu – PR, município localizado em região de tríplice fronteira, a presença da população em situação de rua adquire especificidades relacionadas à intensa mobilidade populacional, às desigualdades socioeconômicas e à complexidade dos fluxos migratórios e turísticos. Diante desse cenário, esta pesquisa teve como objetivo analisar os recursos disponíveis na Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade da Política de Assistência Social voltados ao atendimento desse público, considerando os desafios locais. A investigação buscou identificar os serviços ofertados, avaliar sua efetividade, compreender as barreiras de acesso e refletir sobre o papel das instituições envolvidas.

MATERIAIS E MÉTODOS

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com ênfase na análise documental, a fim de compreender os serviços e recursos oferecidos pela Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade no atendimento à

população em situação de rua em Foz do Iguaçu – PR. Foram realizados contatos formais com órgãos da rede socioassistencial local para a obtenção de documentos técnicos, normativos e administrativos — como relatórios, legislações e planos de ação —, majoritariamente obtidos via correspondência eletrônica. Também foram consultadas bases digitais e sites oficiais com informações atualizadas.

Como fonte complementar, consideraram-se as observações e registros produzidos durante o Estágio Curricular Obrigatório (2023–2024), os quais contribuíram para uma leitura mais aprofundada da realidade local. O referencial teórico apoia-se em autores que discutem os fundamentos e desafios da Proteção Social Especial, como Serafino e Luz (2015), Rosa e Neris (2021) e Teles (2022). Para compreender o acesso aos serviços em contextos municipais, destacam-se as contribuições de Santos e Rodrigues (2014) e Cabanha e Rodrigues (2020). No que se refere à realidade local, o estudo dialoga com a dissertação de Vieira (2022), que analisa a política socioassistencial em Foz do Iguaçu, além de outros documentos e produções relevantes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No município de Foz do Iguaçu – PR, a implementação de políticas públicas direcionadas à população em situação de rua enfrenta desafios estruturais relevantes, entre os quais se destacam a fragmentação dos serviços e a limitada articulação intersetorial entre áreas estratégicas, como assistência social, saúde, habitação e segurança pública. Conforme apontado por Neris e Rosa (2021), embora o município disponha de equipamentos importantes, como o Centro de Atendimento à População em Situação de Rua (POP) e as Casas de Passagem, persistem lacunas significativas na integração entre os serviços ofertados, o que compromete a efetividade das ações e dificulta a superação das múltiplas vulnerabilidades que afetam esse público. O estudo evidenciou a

necessidade de fortalecimento da articulação intersetorial, com vistas à construção de respostas mais integradas e articuladas às demandas complexas da população em situação de rua.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da realidade de Foz do Iguaçu – PR revela a urgência da formulação e implementação de políticas habitacionais específicas para a população em situação de rua, como medida fundamental para enfrentar a exclusão social e a precarização vivida por esse grupo. Também se destaca a importância de valorizar e qualificar as equipes da rede socioassistencial, por meio da melhoria das condições de trabalho e da redução da rotatividade profissional, fatores essenciais para garantir a continuidade e a qualidade dos serviços. Além disso, é necessário investir em sistemas de informação integrados e na produção de diagnósticos territoriais atualizados, que orientem de forma mais precisa o planejamento e a avaliação das políticas públicas. A articulação dessas medidas é essencial para consolidar uma rede de proteção social mais eficiente, sensível às realidades locais e comprometida com a promoção da dignidade e da inclusão social da população em situação de rua.

REFERÊNCIAS

CABANHA, Samuel; RODRIGUES, Zoraide de Lima Soares. **Panorama municipal da população em situação de rua: boletim da vigilância socioassistencial**. Fundação Cultural de Foz do Iguaçu, Foz do Iguaçu. 60p, 2020.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. A questão social no capitalismo. In: **Temporalis**. Ano II, n. 3, janeiro a junho de 2001, ABEPSS, Brasília.

MARTINS, L. R. M.; RUSCHMANN, D. V. M. Desenvolvimento Histórico Turístico Estudo de Caso: Foz do Iguaçu – Pr. **Anais do VI Seminário de**

Pesquisa em Turismo do Mercosul. Saberes e fazeres no turismo: Interfaces. Universidade de Caxias do Sul – RS. 09 e 10 de julho de 2010.

ROSA, Lesley Sabrina; NERIS, Maria Licínia Carneiro. **Políticas Públicas para a população em situação de rua:** Limites e desafios na implementação em Foz do Iguaçu. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Foz do Iguaçu – PR, 2021.

SANTOS, Daniela Lacerda; RODRIGUES, Paulo Henrique de Almeida. Política, atenção primária e acesso a serviços de Média e Alta Complexidade em pequenos municípios. **Saúde Debate** | Rio de Janeiro, v. 38, n. 103, p. 744-755, OUT-DEZ 2014. DOI: 10.5935/0103-1104.20140068. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/sdeb/2014.v38n103/744-755/>. Acesso em: 02 mai. 2025.

SERAFINO, Irene. LUZ, Lila Cristina Xavier. Políticas para a população adulta em situação de rua: questões pra debate. **R. Katálisis**, Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 74-85, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/QnBZpPSkC6Zwv6YD6nnTdcq/abstract/?lang=pt>, Acesso em: 29 abr. 2025.

TELES, Ana Terra. **Todos são iguais perante a lei, mas alguns são invisíveis aos dados oficiais:** a ineficácia das leis e das políticas públicas voltadas para a população em situação de rua Brasil. Editora Dialética, 2022.

VIEIRA, Fernando Bueno. **Análise das Políticas Públicas Socioassistenciais Voltadas ao Atendimento da População em Situação de Rua no Município de Foz do Iguaçu – PR, no Período de 2019 a 2021.** Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos, Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu - PR, 2022. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/handle/123456789/7068>. Acesso em: 07 out. 2025.

**ENTRE DESASTRES E DIREITOS:
a proteção social aos deslocados climáticos no Brasil**

Lorena Alzira de Souza Alexandre, lorena.a.souza@uel.br;
Evelyn Secco Faquin, evelynsecco@uel.br
Universidade Estadual de Londrina (UEL)

Eixo Temático 2: Política Social e Serviço Social

RESUMO: O presente trabalho analisa a proteção social aos deslocados climáticos no Brasil, buscando compreender como as políticas públicas respondem às emergências e desastres socioambientais que resultam em deslocamentos populacionais. A pesquisa, de natureza qualitativa e caráter documental, examinou legislações, decretos, portarias e orientações técnicas disponíveis em fontes oficiais do governo federal, com ênfase nas áreas da assistência social, defesa civil e habitação. Constatou-se que o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) constitui o principal eixo da proteção social em contextos de calamidade, apresentando avanços institucionais, como a criação de serviços específicos e a Força Nacional do SUAS (FORSUAS). Entretanto, as respostas permanecem concentradas na dimensão emergencial, revelando a ausência de um marco regulatório específico e a insuficiência da articulação intersetorial entre as políticas. Conclui-se que a efetivação da proteção social aos deslocados climáticos requer o fortalecimento do SUAS, a integração entre as políticas públicas e o reconhecimento jurídico desses sujeitos como demandatários de direitos.

Palavras-chave: deslocados climáticos, proteção social, políticas públicas.

INTRODUÇÃO

As emergências climáticas e os desastres ambientais vêm se intensificando nas últimas décadas. No Brasil, esse fenômeno global se manifesta de forma especialmente desigual, afetando com maior intensidade as populações que residem em áreas de risco, com infraestrutura precária e em desproteção por parte do poder público (OIM, 2024). As enchentes, secas e deslizamentos de terra, frequentemente associados à precarização habitacional e à ausência de planejamento urbano, têm provocado o deslocamento de

milhares de famílias, configurando um fenômeno social e político: o dos deslocados climáticos. Trata-se de indivíduos e comunidades que, diante de eventos climáticos adversos, são obrigados a abandonar seus lares em busca de sobrevivência e dignidade (OIM, 2019; Matheus, 2024).

O Brasil ainda carece de políticas públicas específicas voltadas à proteção e reintegração dos deslocados climáticos. A resposta institucional, em geral, ainda se limita a medidas emergenciais e fragmentadas, sem articulação entre diferentes esferas de governo e sem uma abordagem sistêmica dos direitos humanos envolvidos nesses processos. A ausência de um marco legal que reconheça e proteja os deslocados ambientais contribui para a invisibilidade dessa população e limita o acesso a serviços essenciais, como saúde, moradia, educação e assistência social (Claro, 2015).

Esse processo evidencia a fragilidade da proteção social diante das novas expressões da questão social, exigindo do Estado respostas que ultrapassem o caráter emergencial. A partir dessa perspectiva, este trabalho tem como objetivo analisar a proteção social aos deslocados climáticos no Brasil, identificando avanços, limites e lacunas nas políticas públicas voltadas à atuação em situações de desastres. A relevância da pesquisa está na necessidade de integrar as questões climáticas à formulação de políticas públicas com foco em medidas preventivas, adaptativas e inclusivas, que considerem o deslocamento forçado como uma questão de justiça social e de direitos humanos, além de reconhecer a questão ambiental como uma expressão da questão social.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa é de natureza qualitativa e exploratória, fundamentada em análise documental. Foram consultados decretos, leis, portarias e orientações técnicas disponíveis em portais oficiais do governo federal, notadamente do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome,

Ministério das Cidades, Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional e Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, Ministério da Educação e Ministério da Saúde.

Diante da amplitude do material, definiu-se um recorte metodológico que priorizou as políticas mais diretamente relacionadas à proteção social em situações de calamidade. Assim, o SUAS foi adotado como eixo central da análise, por ser responsável pela materialização da proteção social em contextos de vulnerabilidade e risco. Foram incluídos, de modo complementar, documentos referentes à Defesa Civil e à Habitação, considerando seus papéis estratégicos na decretação de emergências e na provisão de moradias provisórias. As políticas de saúde e educação foram analisadas apenas de forma periférica, por não constituírem o foco do estudo.

A sistematização dos dados permitiu a elaboração de um quadro analítico com as principais normativas publicadas entre 2007 e 2025, que orientam a atuação do Estado brasileiro diante de emergências climáticas e desastres ambientais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados apontam que o SUAS é a principal política pública voltada à proteção social em desastres, com a criação do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais em 2009 e o fortalecimento de instrumentos normativos como a Portaria MDS nº 90/2013, e as Cartilhas SUAS em Emergências (2023)². A instituição da Força Nacional do SUAS (2024)

² Foram elaboradas cinco Cartilhas entre os anos de 2023, 2024 e 2025: Emergências em Assistência Social: Gestão e Funcionamento dos Abrigos Temporários no SUAS; Emergências em Assistência Social: Trabalho Social com Territórios, Famílias e Indivíduos no SUAS; Emergências em Assistência Social: Gestão Legal, Administrativa, do Trabalho e Orçamentária;

representa um marco recente na tentativa de organizar a resposta institucional às emergências.

Entretanto, a análise das políticas evidencia que as ações permanecem concentradas na resposta imediata, com reduzida capacidade de acompanhamento e reconstrução social dos territórios após os desastres. A Defesa Civil, embora essencial no reconhecimento das situações de emergência e na coordenação intersetorial, atua predominantemente de forma reativa. Já a Habitação, por meio de programas como o Minha Casa, Minha Vida – Reconstrução, tem papel central no reassentamento das famílias, mas enfrenta descontinuidade e morosidade.

A ausência de um marco legal específico para os deslocados climáticos e a insuficiência de articulação entre as políticas públicas revelam a limitação da proteção social frente à crise climática. O Serviço Social, inserido na gestão e na execução das políticas sociais, tem papel estratégico na defesa de direitos, na mobilização social e na construção de respostas que articulem a emergência com o fortalecimento da cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa permitiu concluir que a proteção social aos deslocados climáticos no Brasil permanece situada entre a ausência de um marco regulatório específico e a insuficiência das medidas já implementadas. Embora o SUAS tenha se consolidado como principal eixo de proteção social em desastres, sua atuação ainda é limitada por fragilidades estruturais e pela dependência de recursos extraordinários. Superar esses limites exige reconhecimento jurídico dos deslocados climáticos como sujeitos de direitos, fortalecimento do SUAS, e

integração efetiva entre as políticas públicas de proteção social, habitação e gestão de riscos. O enfrentamento dos desastres e deslocamentos climáticos, portanto, demanda ações que articulem emergência, prevenção e reconstrução social, reafirmando o compromisso do Serviço Social com a garantia de direitos e a justiça socioambiental.

REFERÊNCIAS

CLARO, Carolina de Abreu Batista. **A proteção dos refugiados ambientais no direito internacional**. 2015. 327 f. Tese (Doutorado em Direito Internacional) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2135/tde-08042016-155605/>. Acesso em: 25 jul. 2025.

MATHEUS, Ana Carolina Couto. Os efeitos das mudanças climáticas nos fluxos migratórios: Refugiados ambientais e o reconhecimento de seu status jurídico como garantia à dignidade da pessoa humana. **Virtuajus**, Belo Horizonte, v. 9, n. 16, p.89-105, 2024. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/virtuajus/article/view/32225>. Acesso em: 3 jun. 2025.

OIM – Organização Internacional para as Migrações. **Incluindo a mobilidade humana na adaptação à mudança do clima com uma abordagem transversal de justiça climática**. Brasília: OIM, 2024.

OIM – Organização Internacional para as Migrações. **Glossário de Migração**. Brasília: OIM, 2019. Disponível em: <https://brazil.iom.int/pt-br/resources/glossario-da-migracao-ingles>. Acesso em: 2 jun. 2025.

**ATENDIMENTO Á POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM
PARANAVAÍ/PR: Limites e potencialidades das organizações sociais
frente ao SUAS**

Rafael Novaes Rangel, rafarangel87@gmail.com, (Iniciação Científica/CNPq);
Dra. Marília Gonçalves Dal Bello, marilia.dalbello@unespar.edu.br;
Universidade Estadual do Paraná, Unespar Campus Paranavaí

Eixo Temático 2: Política Social e Serviço Social

RESUMO: O artigo aborda o atendimento à população em situação de rua em Paranavaí/PR, discutindo os limites e potencialidades das Organizações Sociais (OC's) frente ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O objetivo central é refletir sobre a primazia da responsabilidade do Estado na regulamentação dessas organizações, analisando como suas práticas impactam a efetivação do direito socioassistencial. O aporte teórico fundamenta-se em autores como Minayo (2016), articulando a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (Lei 13.019/2014). A metodologia adotou abordagem qualitativa, com análise documental (CadÚnico/Datavis e registros institucionais) e aplicação de questionários a dirigentes de quatro entidades atuantes em Paranavaí. Os resultados revelam que as iniciativas das OSCs, ainda que relevantes no atendimento emergencial por meio de distribuição de alimentos, marmitas e apoio comunitário, apresentam forte marca assistencialista, fragmentada e voluntarista, sem articulação formal ao SUAS e sem atendimento profissional sistematizado. Conclui-se que a atuação dessas organizações, apesar de suprir carências imediatas, não garante a universalidade nem a integralidade da proteção social, reforçando a necessidade de sua regulamentação e inserção efetiva na rede socioassistencial sob a primazia do Estado.

Palavras-chave: População em situação de rua, Organizações Sociais, SUAS.

INTRODUÇÃO

Esse resumo é um recorte de pesquisa PIBIC fomentada pela CNPq. O atendimento à população em situação de rua no âmbito da Política Nacional de

Assistência Social (PNAS/2004) deve ocorrer por meio da proteção social especial, assegurada pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), sob a primazia da responsabilidade estatal.

Contudo, historicamente, esse público tem sido atendido de forma fragmentada por organizações sociais e sociedade civil, muitas vezes pautadas em práticas assistencialistas e de caráter religioso. Apesar dos avanços trazidos pela PNAS e pela regulamentação das parcerias entre Estado e sociedade civil, persistem desafios na vinculação efetiva das OS's ao SUAS, sobretudo no atendimento de média e alta complexidade.

Desse modo, essa realidade evidencia tanto a insuficiência da oferta estatal quanto a necessidade de qualificação da rede socioassistencial, de modo a garantir a integralidade dos direitos e superar práticas de favor e dependência.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa adotou uma abordagem teórico-crítica sobre a população em situação de rua e os desafios do SUAS na relação com Organizações Sociais. Utilizou-se pesquisa qualitativa (Minayo, 2016), com coleta de dados no CadÚnico, redes sociais das entidades e aplicação de questionário via Google Forms, enviado pelo WhatsApp aos dirigentes das organizações atuantes em 2025.

O recorte foi o município de Paranavaí, organizando os dados em eixos como: ações junto à população em situação de rua, articulação com políticas públicas, dimensão ética e política, desafios, limitações e impactos percebidos.

O universo inicial foi de 10 OSCs inscritas no CMAS, sendo selecionado o Instituto Maurício Gehlen, apesar de não atuar formalmente com essa população. Além disso, entre 50 entidades do Fórum de Paranavaí, foram escolhidas 4 com iniciativas relacionadas: Cáritas, Grupo Sentinelas do Bem e o

Coletivo LGBTQIAPN+ do Noroeste do Paraná. Nenhuma possui vínculo formal com o SUAS, mas realizam ações pontuais.

A sistematização seguiu eixos de análise definidos pelo referencial teórico: recorte local, organização e financiamento das ações, e desafios, limites e potencialidades.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa identificou quatro Organizações Sociais (Cáritas, Grupo Sentinelas do Bem, Coletivo LGBTQIAPN+ e Instituto Maurício Gehlen) atuando em Paranaíba-PR no atendimento à população em situação de rua. Todas exercem ações relevantes, como distribuição de alimentos, cestas básicas, marmitas, roupas e projetos solidários, porém de forma pontual, fragmentada e assistencialista, sem vínculo formal com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Observou-se que a maioria das iniciativas é mantida por doações e trabalho voluntário, havendo apenas uma entidade com profissional contratado. Os critérios de acesso aos atendimentos são pouco claros, frequentemente permeados por valores religiosos ou pessoais, o que contrasta com os princípios de universalidade e impessoalidade previstos na Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004).

Entre os principais desafios relatados estão a dificuldade de aproximação com a população em situação de rua, a falta de documentação dos atendidos, o medo e insegurança no contato, além da ausência de regularização junto ao Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), o que limita parcerias e acesso a recursos públicos. Apesar disso, as organizações demonstram potencial de articulação com a rede socioassistencial, especialmente pela colaboração já existente com equipamentos públicos, como o CREAS.

A análise reforça que, embora as práticas tenham impacto imediato na sobrevivência dessa população, sua ausência de integração ao SUAS compromete a continuidade, qualidade e universalidade do atendimento, reiterando ações de caridade em detrimento da efetivação do direito socioassistencial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo refletiu criticamente sobre a responsabilidade primária do Estado na garantia dos direitos socioassistenciais, destacando o município de Paranaíba como recorte empírico. Observou-se que entidades filantrópicas oferecem serviços pontuais, fragmentados e de caráter assistencialista, sem articulação com a rede formal do SUAS. Embora essas ações tenham impacto imediato na sobrevivência da população em situação de rua, não seguem os princípios da PNAS, como a universalidade, a intersetorialidade e a primazia do Estado, nem se baseiam em planejamento participativo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional da Assistência Social – PNAS/2004 e Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB/SUAS**. Brasília, DF: MDS, 2005

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 8 dez. 1993.

BRASIL. **Ministério da Cidadania**. DataVisCadÚnico. Disponível em: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3>. Acesso em: 29 ago. 2025.

BRASIL. **O Acompanhamento de Organizações da Sociedade Civil com atuação no Suas**. Brasília: Ministério da Cidadania, 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2016.

**POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ:
Reflexões sobre o cenário atual**

Daniela Fernanda dos Santos Silvério, danielafernandasilverio@gmail.com;
Raissa dos Santos Lourenço, raissa757123@gmail.com;
Fagner de Carvalho Rodrigues, fagner.eng.social@gmail.com;
Teone M. Rios de S. R. Assunção, teone.assuncao@unespar.edu.br;
Universidade Estadual do Paraná, Unespar Campus Paranavaí

Eixo Temático 2: Política Social e Serviço Social

RESUMO: Essa reflexão teórica dedica-se à aproximação com a temática população em situação de rua, tendo como foco as percepções no âmbito nacional, estadual e no município de Paranavaí. O texto fundamenta-se no olhar sobre o cenário da população de rua, buscando compreender a relação entre as políticas de garantia de direitos fundamentais e a realidade dos serviços de proteção socioassistencial. A pesquisa se baseou na análise de dados secundários, incluindo informações provenientes do censo da população em situação de rua de Paranavaí, bem como de bases de dados do Cadastro Único e dos relatórios de atendimento dos diversos serviços socioassistenciais disponíveis na cidade.

Palavras-chave: População em situação de rua; Território; Proteção socioassistencial.

INTRODUÇÃO

A população em situação de rua constitui uma das expressões mais visíveis da questão social e evidencia as contradições do sistema capitalista, que produz e reproduz desigualdades, pobreza e exclusão. No município de Paranavaí, essa realidade vem se tornando cada vez mais presente e preocupante.

A proposta desse texto traz uma reflexão sobre o cenário geral da população em situação de rua e as formas de enfrentamento adotadas pelas políticas públicas nacionais e locais, especialmente pela política de assistência social.

MATERIAIS E MÉTODOS

A presente reflexão baseia-se em uma investigação bibliográfica, tendo como suporte teórico e empírico, a consulta a repositórios de dados oficiais, primários e secundários, bem como a literatura pertinente ao tema investigado. O recorte territorial de Paranaíba foi escolhido dada sua relevância em relação ao número de pessoas em situação de rua observado no município, bem como pelo potencial de contribuição da universidade na discussão sobre o tema.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo nota técnica do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), entre 2019 e 2022, a população em situação de rua no Brasil cresceu cerca de 38%, e, ao longo de uma década (2012–2022), o aumento foi de 211%, enquanto a população brasileira como um todo cresceu apenas 11% no mesmo período. Esse dado nos mostra que o crescimento das pessoas em situação de rua ocorre em ritmo exponencial em relação ao crescimento populacional, e tem se acelerado nos últimos anos.

Essa realidade de vulnerabilidade social se estende por grande parte do território nacional, abrangendo 2.354 municípios - aproximadamente 42% do total - que contabilizaram ao menos uma pessoa vivendo em situação de rua (Brasil, 2023).

No caso do Paraná, o estado se encontra entre os seis estados brasileiros com maior número de pessoas em situação de rua registradas no Cadastro Único. De acordo com os dados, mais de 10 mil paranaenses vivem nessa condição, colocando o estado ao lado de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia e Rio Grande do Sul no grupo das unidades da federação com os índices mais elevados de população em situação de rua (Brasil, 2023).

Aproximando a lupa sobre o município de Paranavaí, nos deparamos com uma situação que não destoa do cenário nacional. Segundo Garbin, Zeneratti e Dal Bello (2025), o número de atendimentos realizados pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) municipal, no ano de 2024, foi de “463 pessoas, sendo 01 pessoa do sexo feminino na faixa etária de 0 a 12 anos, 01 masculino de 13 a 17 anos, 346 homens entre 18 a 59 anos, 70 mulheres na mesma faixa etária, 32 homens e 13 mulheres acima de 60 anos”.

Em Paranavaí, não há um dado oficial que se refira a um número fixo de pessoas em situação de rua que são atendidas pelo CREAS, no entanto, conforme o portal do cidadão, publicado em 03 de julho de 2025, a instituição tem intensificado as ações de acolhimento e assistência, destacando a abordagem a 91 pessoas diante da previsão de uma frente fria e o atendimento de mais 20 pessoas em outra ação. Essa informação evidencia o número expressivo de pessoas em situação de rua no município e a necessidade de intervenção sobre essa parcela da população.

Ainda que contemos com uma política nacional de enfrentamento aos desafios sobre o tema, representada pela Lei nº 14.821, a operacionalização desta política recai sob a responsabilidade dos municípios e, por conseguinte, seu comprometimento com os princípios estabelecidos em lei. Das 11 diretrizes da Lei nº 14.821, a terceira, onde se lê “fomento de ações de enfrentamento do preconceito, da discriminação e da violência contra pessoas em situação de rua no ambiente de trabalho”, chama especial atenção. Sobrepondo o cenário real da população em situação de rua sobre as diretrizes da lei, percebemos que muitos avanços urgem por serem alcançados.

De acordo com o Censo PopRua 2025, realizado em Paranavaí, 57% das pessoas entrevistadas afirmaram ter sofrido algum tipo de violência, o que reforça a necessidade de atuação intersetorial, inclusive das forças de segurança, na implementação da Política Nacional para a População em

Situação de Rua. Para além das análises quantitativas e qualitativas, o estudo também evidencia o fato das pessoas em situação de rua sofrerem constante discriminação, preconceito e indiferença por parte da população local, muitas vezes associadas ao racismo e à visão estigmatizada, que lhes são atribuídos historicamente (Garbin; Zeneratti; Dal Bello, 2025).

Trazendo um olhar sociológico sobre o tema e o cenário destacado, percebemos que o processo de estigmatização é historicamente construído e reproduzido por dada parcela da sociedade. Resgatando as reflexões de Goffman (1988), o estigma é um atributo que desqualifica socialmente o indivíduo, tornando-o “menos humano” aos olhos da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O olhar sobre a população em situação de rua em Paranavaí, articulado com o contexto nacional, evidencia que o fenômeno é expressão das desigualdades estruturais e das contradições do sistema capitalista, que produz e reproduz exclusão social. Apesar dos avanços institucionais, como a criação da Política Nacional de Trabalho Digno e Cidadania para a População em Situação de Rua (Lei nº 14.821/2024), os desafios permanecem significativos, sobretudo na efetivação das diretrizes em nível municipal e na superação do estigma social que recai sobre esse grupo.

Notamos que o enfrentamento da situação de rua deve ser entendido como uma responsabilidade coletiva, que demanda políticas integradas, financiamento público contínuo e o comprometimento da sociedade civil. Desse modo, a combinação entre políticas estruturantes e transformação das representações sociais poderá indicar avanços na construção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva, que reconheça nas pessoas em situação de rua sujeitos de direitos e de dignidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 14.821, de 16 de janeiro de 2024.** Institui a Política Nacional de Trabalho Digno e Cidadania para a População em Situação de Rua (PNTC PopRua). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 jan. 2024. Seção 1, p. 5-7.

BRASIL. **Plano de Ação e Monitoramento para Efetivação da Política Nacional para a População em Situação de Rua.** Brasília: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/populacao-em-situacao-de-rua/publicacoes/plano-nacional-ruas-visiveis.pdf>. Acesso em: 03 out. 2025.

GARBIN, Estevão Pastori; ZENERATTI, Gabriella Mariano Munhoz; DAL BELLO, Marília Gonçalves (org.). **Relatório final do Censo Pop Rua: Paranaíba 2025** [livro eletrônico]. 1. ed. Paranaíba, PR: COLGEO, 2025.

GOFFMAN, Erving. **Estigma:** notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

NATALINO, Marco Antônio Carvalho. **Estimativa da população em situação de rua no Brasil (2012-2022).** Nota Técnica n. 103. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2023. Disponível em: https://repositorio.ipeea.gov.br/bitstream/11058/11604/1/NT_Estimativa_da_Populacao_Publicacao_Preliminar.pdf. Acesso em: 04 out. 2025.

PREFEITURA DE PARANAÍ. **Prefeitura atende 91 pessoas em situação de rua durante frente fria.** Portal do Cidadão – Município de Paranaíba/PR, 3 jun. 2025. Disponível em: <https://paranavai.pr.gov.br/cidadao/noticia/prefeitura-atende-91-pessoas-em-situacao-de-rua-durante-frente-fria>. Acesso em: 03 out. 2025.

**DESIGUALDADE SOCIAL: uma análise de dados do
Cadastro Único do município Nova Esperança/PR**

Ma. Ana Lúcia Kraiewski, ana.lucia.kraiewski@uel.br;
Dra. Ana Patrícia Pires Nalesso, apatriciapn@uel.br;
Universidade Estadual de Londrina (UEL)

Eixo Temático 2: Política Social e Serviço Social

RESUMO: Este trabalho busca analisar dados e estatísticas sociais à luz da literatura de desigualdade social no município de Nova Esperança/PR, visto a atuação profissional como assistente social neste município dentro da Gestão do Cadastro Único e Bolsa Família. Os dados analisados foram selecionados de acordo com os fatores de desigualdade social, tais como: emprego, renda e também de fatores que chamaram atenção em realidades que estão ao longo do tempo sendo modificadas como a transição de fecundidade e ainda os mitos que ainda permeiam em torno dos benefícios de transferência de renda em especial o programa bolsa família. Entendemos que os dados são de extrema importância para planejar, diagnosticar e avaliar as políticas públicas e para que seja expandida as proteções sociais que podem combater as desigualdades sociais. Neste sentido os indicadores sociais são essenciais e há uma necessidade latente de analisá-los cada vez mais em busca de identificar as lacunas que impedem a expansão da proteção social no Brasil.

Palavras-chave: Desigualdade Social, Cadastro Único, Bolsa Família.

INTRODUÇÃO

O trabalho busca dados sociais de desigualdade social a partir da realidade local presente no município de Nova Esperança/PR. O Brasil, em seus diferentes municípios, possui especificidades que os caracterizam. Vislumbrando como as políticas públicas abordam a questão da desigualdade, e o que isso revela sobre as mesmas e a percepção do Estado, enquanto promotor dessas medidas, em relação a finalidade de tais programas.

A relevância de estar analisando os dados do município se faz, por sua vez, vislumbrando que é neste espaço geográfico que os programas e as

políticas públicas pulsam, é no município que ocorre o atendimento direto a população usuária.

MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo, se configura em uma pesquisa de fonte secundária, na qual primeiramente realizamos uma revisão de referências sobre temas desigualdade e indicadores sociais para então passarmos a selecionar as plataformas e coletar os dados. As plataformas escolhidas foram Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico (CECAD). Em seguida os dados foram trabalhados e analisados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados concentrados no Cadastro Único (CadÚnico) fornecem uma perspectiva sobre o profundo cenário de desigualdade social e econômico ao qual parte da população brasileira é assolada, podendo através dos dados do CadÚnico obtermos essas informações acerca de territórios específicos, vislumbrando com mais precisão as particularidades de cada território. Como se sabe:

A tendência histórica de concentração de renda e de propriedade no Brasil é um dos principais obstáculos a serem enfrentados. Países com renda per capita similar à brasileira têm 10% de pobres em sua população, enquanto nós estamos na casa dos 30%. Segundo dados oficiais, cerca de 55 milhões de brasileiros vivem em situação de pobreza. Destes, cerca de 22 milhões em indigência. No debate sobre os desafios para a superação deste quadro, a relação entre política econômica e políticas sociais ocupa um lugar central. (Weissheimer, 2006, p. 10).

Diante do cenário de desigualdade social, temos a possibilidade de analisar indicadores sociais que podem nos dar a dimensão sobre o avanço ou retrocesso que das políticas públicas adotadas, de acordo com Jannuzzi (2001):

Os indicadores produto (*outcome ou output indicators*) são aqueles mais propriamente vinculados às dimensões empíricas da realidade social, referidos às variáveis resultantes de processos sociais complexos, como a esperança de vida ao nascer, proporção de crianças fora da escola ou nível de pobreza. São medidas representativas das condições de vida, saúde, nível de renda da população, indicativas da presença, ausência, avanços ou retrocessos das políticas sociais formuladas. Enquanto os indicadores-insumo quantificam os recursos disponibilizados das diversas políticas sociais, os indicadores-produto retratam os resultados efetivos dessas políticas. (Jannuzzi, 2001, p. 23)

A análise da desigualdade social requer a compreensão de que o problema transcende a mera insuficiência de renda, englobando dimensões materiais, políticas e subjetivas. A exclusão social é um processo complexo e multifacetado, intrinsecamente relacionado à inclusão, conforme apontado por Sawaia (2008).

Esse cenário é amplificado pelo sistema econômico vigente, que, segundo Lênin (1983), expressa antagonismos de classe inconciliáveis, os quais se refletem na atuação do Estado.

O município de Nova Esperança, localizado na região norte central do Estado do Paraná, apresenta um perfil demográfico predominantemente urbano, concentrando aproximadamente 98% de seus 27.142 habitantes em áreas urbanas, enquanto cerca de 2% residem na zona rural (IBGE, 2025).

De acordo com a ferramenta Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico (CECAD) o município possui com referência de

setembro de 2025, 4.771 famílias no Cadastro Único. Famílias beneficiárias do PBF somam um total de 1.415 famílias.

O que nos chama atenção nestes dados é a proporção entre as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família e pelo número de pessoas que representam tais famílias, obtendo uma média do tamanho das famílias beneficiárias no município de Nova Esperança de 4 pessoas.

Um mito que permeia o PBF é a crença de que as famílias do bolsa família teriam mais filhos para ampliar os recursos do benefício, porém o que se constatou ao longo do tempo e desenvolvimento da literatura sobre esse tema é que: “as mulheres beneficiárias ampliaram o uso de métodos contraceptivos, o declínio da fecundidade continua e tem sido maior entre os mais pobres e nos estados com maior cobertura do PBF”. (Campello, 2013, p. 13)

Outro dado relevante é sobre a maioria (54,85%) da procura pelo CadÚnico ainda se dá em sua maioria pelas mulheres. Há uma orientação desde o início do Cadastro Único para que a responsável familiar do CadÚnico ser a mulher, por conta, que se houver liberação do programa bolsa família esse recurso fique nas mãos das mulheres causando um impacto positivo na autonomia financeira da mulher. Um contraponto se dá na sobrecarga feminina em suas jornadas de trabalho dentro e fora de casa e na busca pelos benefícios, programas e projetos para a sobrevivência dos filhos. Por fim trazemos dados no quesito de Trabalho e Qualificação, há a aferição do grau de inserção no mercado de trabalho. Apesar dos dados mostrarem um número relevante de pessoas com vínculo formal 22,02% empregados com carteira assinada, observa-se também um contingente significativo de trabalhadores por conta própria (15,32%) o que indica fragilidades na formalização, estabilidade e proteção social desses vínculos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos que a análise de indicadores sociais é algo urgente a ser aprimorado em nosso país, pois, os dados estão sendo expandidos e construídos, porém, não podem ficar por eles mesmos, é necessário cada vez mais darmos luz a eles através da literatura para alcançarmos voos maiores em especial a proteção social no Brasil.

Foi possível identificar que ainda são muitos os mitos que envolvem o cadastro único e o programa bolsa família dentro de um discurso burguês e capitalista que se arraigou em meio a sociedade e que os dados nos provam que realmente o quanto preconceituoso e sem fundamento são tais mitos.

Os dados nos elucidaram o reflexo da desigualdade social de maneira local e o quanto é necessário o fortalecimento de políticas públicas pensadas diante dos dados para que seja efetiva e que alcance toda a sociedade e o quanto as políticas públicas são importantes para a proteção social e da cidadania e democracia.

REFERÊNCIAS

CAMPELLO, Tereza. Uma década derrubando mitos e superando expectativas. In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013, p. 15-24.

JANNUZZI, P.M. **Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fonte de dados e aplicações**. Campinas: Alínea, 2001.

LENIN, Vladimir I. **O Estado e a Revolução**. São Paulo: Hucitec. 1983.

SAWAIA, Bader. Introdução: Exclusão ou Inclusão Perversa? In: Sawaia, Bader (Org.). **As Artimanhas da Exclusão – Análise Psicossocial e Ética da Desigualdade Social**. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 7-13.

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. **Bolsa família: avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS E O IMPACTO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO COTIDIANO

Larice Acosta Cassel, laryacosta@hotmail.com;
Professora Orientadora Dr^a Claudiana Tavares da Silva Sgorlon,
clausgorlon@gmail.com,
Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA)

Eixo Temático 2: Política Social e Serviço Social

RESUMO: Este resumo analisa os impactos das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) no cotidiano profissional das(os) assistentes sociais, destacando as transformações nas dimensões técnicas, éticas e políticas do trabalho. O estudo parte da compreensão de que a incorporação das tecnologias digitais, embora amplie as possibilidades de atuação e facilite as práticas institucionais, também reforça processos de precarização, intensificação do trabalho e novos desafios ético-profissionais. A pesquisa aponta que a presença das TICs nas políticas públicas e nas instituições de atendimento social tem produzido mudanças profundas nas formas de organização e execução do trabalho. A pesquisa é qualitativa, baseada em revisão bibliográfica e análise documental. Conclui-se que é necessário adotar uma postura crítica frente ao uso das tecnologias, garantindo assim que sua utilização contribua para a efetivação dos princípios ético-políticos do Serviço Social e para a defesa dos direitos sociais.

Palavras-chave: Trabalho profissional, Assistente Social, Tecnologias de Informação e Comunicação.

INTRODUÇÃO

O avanço das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) tem redefinido as relações sociais e profissionais em escala global. No contexto do Serviço Social, essas transformações impactam diretamente o modo como as e os assistentes sociais organizam, executam e registram suas atividades. A pandemia de COVID-19, em especial, intensificou o uso de plataformas digitais, o teletrabalho e a demanda por à população, revelando tanto as potencialidades quanto os limites das TICs no campo profissional. Diante desse cenário, este texto busca apresentar de que forma as TICs afetam o trabalho das assistentes

sociais, considerando as implicações éticas, políticas e técnicas envolvidas. O estudo fundamenta-se no entendimento de que as TICs são produtos históricos e sociais do capitalismo, e, portanto, não são neutras — elas expressam contradições, ampliam desigualdades e reconfiguram as relações de poder no ambiente de trabalho.

MATERIAIS E MÉTODOS

A análise apoiou-se na perspectiva crítica do Serviço Social que entende o trabalho profissional como uma mediação nas relações entre Estado e sociedade. Autores como Iamamoto (2008), Netto (2011) e Abreu (2019) destacam que o uso das tecnologias deve ser compreendido pela transformação do mundo do trabalho e da lógica de produtividade imposta pelo capital. As TICs introduzem novas formas de controle, monitoramento e intensificação do trabalho, ao mesmo tempo em que oferecem instrumentos de comunicação e registro que podem ampliar o acesso a informações e melhorar a gestão das políticas públicas. No entanto, tais benefícios são contraditórios, pois muitas vezes se deparam com condições precárias de infraestrutura, ausência de capacitação técnica e pressões institucionais por resultados imediatos. Além disso, os dilemas éticos emergem de forma intensa: o sigilo profissional, a privacidade de dados e o uso de plataformas digitais em contextos de vulnerabilidade social tornam-se desafios centrais à prática cotidiana.

A pesquisa foi de natureza qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental. Foram consultadas produções teóricas do campo do Serviço Social, documentos do Conjunto CFESS/CRESS, relatórios técnicos e publicações recentes sobre o uso das TICs nas políticas sociais. A análise buscou articular as categorias de trabalho, tecnologia e ética profissional, considerando o impacto das TICs tanto na organização institucional quanto na dimensão subjetiva do trabalho das (os) assistentes sociais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados evidenciaram que a inserção das TICs no cotidiano do Serviço Social tem provocado mudanças substanciais nas rotinas profissionais. A digitalização e a burocratização do trabalho agilizam processos, mas também aumentam o controle e a vigilância sobre as/os profissionais. O teletrabalho e o uso intensivo das tecnologias expandiram as fronteiras do ambiente laboral, gerando sobrecarga e dificultando a separação entre vida pessoal e trabalho. A falta de infraestrutura tecnológica e de formação continuada agrava desigualdades regionais e institucionais. Além disso, emergem dilemas éticos quanto à confidencialidade das informações e ao sigilo profissional. Apesar dessas contradições, observa-se o desenvolvimento de estratégias de resistência e reafirmação ética da categoria profissional, por meio de debates, formações e mobilizações políticas conduzidas por entidades representativas como o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que as TICs são instrumentos ambíguos: ao mesmo tempo em que podem potencializar o trabalho de assistentes sociais e ampliar o alcance das políticas públicas, também operam como mecanismos de intensificação e precarização laboral. Assim, é fundamental que o uso das TICs seja orientado por uma perspectiva crítica, que reconheça suas contradições e busque sua apropriação de forma emancipatória. Cabe ao Serviço Social, por meio de sua organização coletiva e de seus fundamentos ético-políticos, disputar o sentido e a finalidade social dessas tecnologias, visando assegurar que elas sirvam à promoção da cidadania, da democracia e principalmente dos direitos humanos, ao menos no âmbito do Serviço Social.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marina. **Serviço Social, trabalho e tecnologia: desafios contemporâneos**. São Paulo: Cortez, 2019.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2008.

NETTO, José Paulo. **Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2011.

**SERVIÇO SOCIAL, GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS:
a Inserção Profissional e os Desafios na Contemporaneidade**

Rogério Malagutt da Silva, rgomalagutt@gmail.com;
Tânia Mara da Silva, as.taniamarasilva@gmail.com;
Priscila Semzezem; priscila.semzezem@unespar.edu.br;
Universidade Estadual do Paraná, Unespar Campus Paranavaí

Eixo Temático 2: Política Social e Serviço Social

RESUMO: Este trabalho objetiva descrever o processo de inserção do Serviço Social brasileiro no âmbito da gestão de políticas sociais. Destaca-se que o Serviço Social enquanto profissão é historicamente vinculado às transformações estruturais do modo de produção capitalista e suas expressões. Se insere e se consolida no aparato estatal, em um primeiro momento na execução de políticas sociais, mas o contexto atual revela a inserção significativa de assistentes sociais no âmbito da gestão das políticas sociais. É importante ressaltar que o estudo parte do entendimento da questão social, suas relações e expressões, o objeto ao qual o/a assistente social atua, mediando contradições onde o Estado é, funcional e simultaneamente, um espaço luta da classe trabalhadora e de sua subordinação aos interesses da burguesia. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e bibliográfica fundamentada no materialismo histórico-dialético a partir de autores/as do Serviço Social brasileiro. Conclui-se que o Serviço Social se consolidou como campo essencial na formulação, execução e avaliação das políticas sociais e, mesmo com os desafios atuais da gestão de políticas sociais diante do avanço do gerencialismo e da precarização do trabalho, sua presença no aparato do Estado é uma condição indispensável para a defesa dos direitos e fortalecimento do projeto ético-político.

Palavras-chave: Serviço Social, Trabalho, Gestão de Políticas Sociais.

INTRODUÇÃO

O Serviço Social brasileiro constitui-se como uma profissão histórica e socialmente determinada, cuja suas determinações acompanha as transformações da sociedade capitalista e as disputas entre projetos societários. Sua inserção na divisão sociotécnica do trabalho, a partir da predominância do capitalismo monopolista, que tem como premissa para sua existência a intensificação da exploração da força de trabalho. Isso pressupõe apreender a

prática profissional dentro da diversidade do movimento sócio-histórico de reprodução do capitalismo vinculada a questão social. Compreendemos a questão social como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista, onde a produção social é coletivizada, mas apropriação da riqueza produzida se dá de forma privada. Com isso o Estado é chamado a se posicionar e com a implementação e expansão das políticas sociais, institucionalizando um campo sociocupacional nos aparelhos públicos.

Autores como Netto (2005) e Iamamoto (2012) destacam que o Estado representa um espaço contraditório, no qual coexistem práticas de regulação e de resistência. Assim, compreender o trabalho do/a assistente social nas políticas sociais e particularmente, na gestão pública implica analisar o percurso histórico da profissão, sua relação com o trabalho assalariado e o modo como intervém nas expressões da questão social. Nesse sentido o estudo objetiva descrever o processo de inserção do Serviço Social brasileiro no âmbito da gestão de políticas sociais. É importante ressaltar que o presente estudo é parte de um trabalho de conclusão de curso em andamento e, portanto, apresenta resultados parciais da pesquisa bibliográfica e se propõe a uma reflexão sobre essa trajetória, enfatizando a consolidação da profissão na divisão sociotécnica do trabalho e na gestão das políticas públicas sociais.

MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo é pesquisa qualitativa e bibliográfica com base em autores/as do Serviço Social brasileiro. As obras de Netto (2005) e Iamamoto (2012) constituem o eixo central de análise, sendo complementadas e articuladas com contribuições contemporâneas de produções acadêmicas recentes na Encontro Nacional de Pesquisa e Ensino em Serviço Social (ENPESS) e Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), que discutiram o trabalho de assistentes sociais na gestão de políticas sociais. As categorias centrais de

investigação são Estado, trabalho, gestão de políticas públicas sociais e questão social. A análise dos dados está pautada no método materialista histórico-dialético, que permite compreender a realidade social em sua totalidade e contradições e, busca revelar as aparências dos fenômenos. Essa abordagem possibilitou interpretar as transformações da profissão no contexto das políticas sociais e no espaço sociotécnico do trabalho, sem dissociar teoria, prática e contexto histórico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados demonstram que o Serviço Social brasileiro emerge com o processo de industrialização e de efervescência política que exige um posicionamento do Estado em relação à questão social e o redimensionamento de suas ações por meio de políticas sociais. Com isso, o trabalho de assistentes sociais, vinculadas as instituições assistenciais, de natureza tanto estatal quanto filantrópica, caracteriza-se por meio de funções técnico burocráticas, voltadas à execução de políticas compensatórias, de ajuste e controle social. Entretanto, essa presença institucional ampliou a visibilidade da profissão e criou as condições para sua consolidação na divisão sociotécnica do trabalho.

A partir da década de 1980, com o processo de renovação teórico metodológica, estão dadas as bases para uma nova direção profissional, com a intenção de ruptura com as bases tradicionais e conservadoras que caracterizavam a teorização e operacionalização do trabalho profissional. A profissão se apropria de novos referenciais teóricos-metodológicos, respaldados na teoria marxista, em um primeiro momento através de fontes secundárias e, posterior na fonte primária. Esse processo faz com que a categoria profissional passe a reivindicar uma nova direção ética-política e técnica-operativa comprometida com os interesses da classe trabalhadora. É no contexto do processo de renovação que a profissão também avança a sua inserção para

além da execução de políticas sociais, contribuindo e ocupando os espaços de gestão, planejamento e avaliação das políticas sociais.

O percurso trilhado durante o processo de renovação profissional possibilitou desenvolver ações diferenciadas para o enfrentamento da questão social e suas determinações sendo necessário o compromisso com a qualificação profissional, tanto para a intervenção, quanto formulação e gestão de políticas sociais, pesquisa e produção de conhecimento. Nesse contexto, a atuação profissional encontra respaldo na Lei nº 8.662/1993, que regulamenta a profissão, que reafirma o caráter técnico, político e ético do trabalho profissional. O artigo 4º estabelece como uma das competências do/a assistente social “[...] elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta [...]; planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais; prestar assessoria e consultoria a órgãos públicos e privados [...]” (Brasil, 1993, art. 4º).

A partir dessa regulamentação, compreende-se que a presença do/a assistente social na gestão de políticas públicas sociais não se restringe à execução de ações pontuais, mas se estende à elaboração, coordenação e avaliação de programas e projetos que envolvem diretamente o atendimento às demandas sociais. O/a profissional atua como mediador entre o Estado e a sociedade civil, articulando estratégias que visam garantir a universalização dos direitos e a efetividade das políticas públicas. Iamamoto (2012) identifica que o/a assistente social é um trabalhador assalariado, inserido na divisão social e técnica do trabalho, o que impõe limites e desafios à autonomia profissional. Contudo, essa condição também abre possibilidades de resistência e transformações, na medida em que o profissional atua como mediador entre Estado e sociedade civil, contribuindo para a efetivação dos direitos sociais. No campo da gestão pública, o Serviço Social assume papel estratégico, articulando planejamento, execução e avaliação de políticas sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o percurso histórico do Serviço Social revela uma profissão que se fortalece a partir de sua inserção nas instituições do Estado e da ampliação do espaço sociotécnico do trabalho, mesmo que forma contraditória, com um compromisso ético-político com a justiça social, democracia e a defesa do projeto sociedade mais justa igualitária. Em específico a atuação na gestão pública consolidou o papel do/a assistente social como mediador entre as demandas sociais e as políticas de Estado, reafirmando o compromisso com a classe trabalhadora e com os direitos humanos.

É por assim dizer, a regulamentação expressa na Lei nº 8.662/1993, articulada às reflexões teórico-críticas de autores como Netto (2005) e Iamamoto (2012), evidencia que o/a assistente social ocupa um espaço essencial na gestão pública contemporânea, mesmo enfrentando desafios estruturais da sociabilidade capitalista como a precarização das condições de trabalho, o avanço do gerencialismo e as práticas conservadoras que tentam restringir o alcance das políticas sociais. A compreensão das competências previstas no artigo 4º, portanto, ultrapassa o aspecto normativo e reafirma o compromisso histórico e ético-político do Serviço Social com a defesa dos direitos sociais e com o compromisso de uma sociedade que defende a emancipação humana.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993.** Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 8 jun. 1993. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/lei-8662-1993>. Acesso em: out. 2025.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2012.



**Serviço Social, trabalho profissional e seus desafios
frente ao avanço neoliberal e fragilidade democrática**

ISSN: 2359-1277

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social:** uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.



**Serviço Social, trabalho profissional e seus desafios
frente ao avanço neoliberal e fragilidade democrática**

ISSN: 2359-1277

PARTE I - EIXO TEMÁTICO 3:Temas Transversais

A GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Jessika Naftali de Andrade da Silva, naftalijesska@gmail.com;
Luana Rosa dos Santos Silva, lua.luanna.santtos@hotmail.com;
Rogério Malagutt da Silva, rgomalagutt@gmail.com;
Tânia Mara da Silva, as.taniamarasilva@gmail.com;
Universidade Estadual do Paraná, Unespar Campus Paranaíba

Eixo Temático 3: Temas Transversais

RESUMO: O estudo analisa a garantia dos direitos humanos na política de assistência social, sob a perspectiva de compreender sua efetivação no interior das disputas de classe e os limites que são impostos pelo sistema capitalista. Embora os direitos humanos surjam como conquistas históricas, sua universalidade é questionável frente às desigualdades sociais. A análise evidencia que a política de assistência social desempenha um papel histórico de proteção social e no enfrentamento as desigualdades sociais, ao mesmo tempo em que reflete os desafios estruturais do capitalismo.

Palavras-chave: Direitos Humanos, Assistência Social, Luta de classes.

INTRODUÇÃO

A assistência social no Brasil constitui-se como uma política pública histórica, estruturada para garantir direitos sociais e proteger parcelas da população em situação de vulnerabilidade social. No entanto, sua efetivação não ocorre em um espaço neutro, mas sim no contexto das contradições do sistema capitalista, em que desigualdades econômicas, sociais e políticas moldam o acesso a esses direitos.

Os direitos humanos, enquanto referência normativa e ética, surgem como produto histórico de lutas sociais, mediações estatais e disputas entre classes, sendo moldados por interesses diversos e, frequentemente, tensionados por limites estruturais impostos pelo capitalismo. Ao analisá-los sob a perspectiva dialética, conforme proposta por Ruiz (2014) percebe-se que eles não podem ser compreendidos como universais ou abstratos, mas sim como

construções históricas, atravessadas por conflitos sociais e econômicos, que refletem tanto conquistas quanto restrições impostas pela ordem vigente.

Nesse sentido, a política de assistência social atua como um instrumento de proteção e promoção de direitos, mas também revela as limitações da estrutura social e econômica do país, ao evidenciar que a igualdade formal prevista na legislação não se traduz necessariamente em equidade social na prática.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo parte de uma abordagem qualitativa, de natureza teórico-reflexiva, fundamentado no método materialista histórico-dialético, que possibilitou a análise dos direitos humanos como construções sociais e históricas. A pesquisa bibliográfica, considerou os marcos legais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS – regulamentado pela Lei nº 12.435/2011) e da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS - Lei nº 8.742/1993) que legitimam a política de assistência social em território brasileiro.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O processo de construção histórica dos direitos humanos perpassa por concepções diversas, utilizadas por defensores de diferentes posições políticas e ideológicas. Ao considerar essa temática, é preciso situar tais concepções dentro das contradições próprias do sistema capitalista, no intuito de compreender que os direitos humanos não se apresentam de maneira neutra ou universal, mas como produtos históricos de disputas sociais.

Nesse sentido, Ruiz (2014, p. 132) evidencia que “a possibilidade de buscar uma fundamentação para os direitos humanos no mundo contemporâneo envolveria perspectivas racionais, teleológicas, valorativas e materiais (referência a necessidades) [...]”. Essa formulação abre caminho para

compreender que a efetivação dos direitos humanos depende tanto de construções jurídicas, quanto de condições materiais concretas, atravessadas pela luta de classes.

Em sua origem liberal, o debate sobre os direitos humanos, foi marcado por uma visão abstrata e universalista, apresentados como naturais e válidos para todos. Essa formulação se enraíza no processo do individualismo burguês, que coloca todos os sujeitos iguais perante a lei. Todavia ignora a concretude das condições reais de vida da população, que formaliza a aparência de igualdade enquanto oculta as contradições do capital.

Com isso, Ruiz (2014) defende a necessidade de uma concepção dialética de direitos humanos onde os:

Direitos não são algo dado por uma esfera sobrenatural, nem tampouco são advindos da natureza ou de uma suposta igualdade inata entre todos os seres humanos. São resultado de lutas históricas, de conflitos de interesses, de ações dos movimentos sociais, do Estado, dos poderes públicos, das classes e de segmentos heterogêneos e internos a elas (Ruiz, 2014, p. 244 – 245).

Para o autor, os direitos humanos não devem ser compreendidos como enunciados universais e atemporais, mas como construções sociais e históricas inseridas nas contradições do modo de produção capitalista. Em sua análise, o autor busca articular pilares básicos do método marxiano para a interpretação e a atuação na sociedade: historicidade, totalidade, dialética, ser social, contradição, dentre outros (Ruiz, 2014) que permite a análise da efetivação dos direitos, somente no interior das disputas de classe.

A análise aqui disposta, é fundamental para subsidiar nossa compreensão à política de assistência social no Brasil, que constitui um marco histórico das lutas sociais por proteção e, opera como instrumento estruturado para intervir

nas desigualdades produzidas pelo capital e garantir direitos sociais básicos à populações em situação de vulnerabilidade social. Sua legitimação como política pública se constituiu por meio da Constituição Federal de 1988 e é operacionalizada pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS - Lei nº 8.742/1993) e pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS – regulamentado pela Lei nº 12.435/2011), que definiu responsabilidades ao Estado, aos municípios e a sociedade civil organizada na promoção e efetivação da proteção social.

Ao atender as demandas requisitadas pela classe trabalhadora, a assistência social, enquanto mediação do Estado brasileiro, revela a posição subordinada dessa classe frente às estruturas de poder e às contradições do capitalismo:

[...] acabam por deslocar a assistência social do plano dos direitos conquistados pelas lutas sociais das classes subalternas para alocá-la no âmbito de uma mera concessão das classes dominantes às classes dominadas - tudo isso, por meio da mediação de um Estado entendido ainda como o "comitê central dos interesses da burguesia" e não como um espaço de conflito. Assim, o que se consegue é a descaracterização da assistência social como um direito humano reconhecido formalmente pelo Estado brasileiro por meio da luta de diversos setores da sociedade [...] (Nascimento, 2010, p. 90).

Como a autora destaca, essa perspectiva evidencia como a assistência social pode ser apropriada para fins de manutenção da ordem vigente, a qual desconsidera sua historicidade enquanto conquista de lutas sociais. Ou seja, apesar dos avanços às normativas, a efetivação plena dos direitos e da cidadania permanece condicionada a lógica da ordem vigente.

Nesse sentido, a assistência social reflete a tensão entre conquistas normativas e limitações estruturais, como a disponibilidade de recursos

financeiros, a formação técnica de profissionais e a organização das redes de proteção social. Ao mesmo tempo em que possibilita a proteção à classe trabalhadora, evidencia a fragilidade do Estado em garantir a universalidade e a equidade de direitos frente às desigualdades socioeconômicas caracterizando-se, portanto como um movimento de interesses contraditórios.

Portanto, a efetivação dos direitos humanos no âmbito da assistência social perpassa a concretização e a articulação entre normativas jurídicas, recursos materiais, atuação estatal e mobilização social. Se coloca, assim, não apenas como política pública de mitigação das desigualdades, mas também como espaço de resistência e consolidação das conquistas históricas da classe trabalhadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise evidenciou que a efetivação dos direitos humanos na política de assistência social ocorre no contexto das contradições do capital. Apesar da consolidação de avanços históricos como direito à classe trabalhadora, como a LOAS e o SUAS, sua implementação enfrenta limitações estruturais. Todavia, ainda assim, ela atua como instrumento de proteção, redução de desigualdades e espaço de resistência, que quando articulada a políticas estruturantes, é capaz de promover transformação social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 dez. 1993.

BRASIL. **Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011.** Dispõe sobre a estruturação e o funcionamento do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2011.

RUIZ, Jefferson Lee de Souza. Distintas concepções e dimensões dos direitos humanos. In: **Direitos Humanos e concepções contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2014.

NASCIMENTO, Shirley Gonçalves do. **Direitos humanos e assistência social: a experiência do Brasil pós-1988**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/9595>. Acesso em: 3 out. 2025.

DIREITOS HUMANOS, QUESTÃO SOCIAL E A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NEGRA: a urgência de uma resposta estrutural

Izabela Fernanda Rodrigues Oliveira Belo Evangelista,
izabelafernandamimfall@gmail.com;
Rafael Carmo de Melo, rafac_melo@hotmail.com;
Tânia Mara da Silva, as.taniamarasilva@gmail.com;
Universidade Estadual do Paranaíba, Unespar campus Paranaíba

Eixo Temático 3: Temas Transversais

RESUMO: O presente texto busca compreender a questão social como resultado das desigualdades estruturais presentes na sociedade brasileira, profundamente marcadas pelo racismo, sexismo e desigualdade econômica. Assim, à luz da pesquisa bibliográfica, faremos uma breve aproximação acerca da discussão dos direitos humanos numa perspectiva de interseccionalidade entre gênero e raça.

Palavras-chave: questão social, direitos humanos, mulher negra.

INTRODUÇÃO

Compreende-se que a questão social atua como expressão das desigualdades estruturais historicamente produzidas pelas relações interseccionais, presentes nas múltiplas violações existentes no Brasil desde sua gênese. À luz do pensamento de Ruiz (2014), nesse cenário, destaca-se a mulher negra, situada na base da pirâmide social e sujeita a múltiplas formas de opressão, entre elas, a violência doméstica. Diante disso, torna-se necessário refletir sob a análise de materiais bibliográficos acerca da temática.

MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia utilizada para o desenvolvimento deste estudo foi de caráter essencialmente bibliográfico. Gil (2008) define pesquisa bibliográfica como “[...] a leitura, a análise e a interpretação de material impresso [...]”. Entre

esses materiais, podemos citar livros, periódicos, manuscritos, entre outros, por meio de revisões de bibliográficas sobre o tema.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A concepção dos direitos humanos, tradicionalmente associada à busca por dignidade, igualdade e liberdade, revela suas complexidades e contradições quando confrontada com a lente da questão social. Como salienta Ruiz (2014), longe de serem uma categoria neutra ou puramente jurídica, os direitos humanos constituem uma construção histórica e social, profundamente marcada por disputas de poder, interesses de classe e projetos ideológicos e societários que protagonizam uma batalha no cenário social.

É nesse terreno de conflituoso que a universalidade proclamada dos direitos colide com a dura realidade de sua aplicação seletiva, em que encontra limites como raça, cor, classe dentre outras categorias que são excludentes. Assim temos a disposição das relações capitalistas, que também são relações hierárquicas de sexo/gênero e raça e, juntas atuam para com a manutenção da ordem vigente embasada na alienação articulado pelo sistema de dominação capitalista e consonância com veículos de informação, sejam eles a mídia ou o próprio meio social. No entanto, na prática, essa universalidade é frequentemente negada por fatores que englobam a questão social entendida como um produto histórico do capitalismo que gera e perpetua desigualdades. Por isso mesmo, a afirmação de que todos são iguais perante a lei assume um caráter nitidamente formalista em nossas sociedades.

O racismo latino-americano é suficientemente sofisticado para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças à sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento. Veiculada pelos meios de comunicação de massa e pelos aparelhos ideológicos tradicionais, ela reproduz e perpetua a crença de que

**Serviço Social, trabalho profissional e seus desafios
frente ao avanço neoliberal e fragilidade democrática**

ISSN: 2359-1277

as classificações e os valores do ocidente branco são os únicos verdadeiros e universais. Uma vez estabelecido, o mito da superioridade branca demonstra sua eficácia pelos efeitos de estilhaçamento, de fragmentação da identidade racial que ele produz: o desejo de embranquecer (de “limpar o sangue”, como se diz no Brasil) é internalizado, com a simultânea negação da própria raça, da própria cultura (Gonzalez, 2020, p. 131).

Tal realidade é corroborada na formação sócio-histórica brasileira, naturalizando essas desigualdades e na reprodução de estereótipos marcadas por um processo contraditório. Isso porque, o sistema, que por um lado proclama direitos, declara igualdades é o mesmo que, por outro, os nega a populações inteiras, criando um abismo entre a declaração formal e a efetivação real desse acesso a todos sem distinção.

O que estamos afirmando é que a apreensão de quantas e quais são as concepções existentes sobre um determinado tema o que obviamente, vale também para os direitos humanos tem a profunda relação social, cultural, econômica, política de cada sociedade em cada contexto histórico. Ou seja, concepções distintas de direitos humanos não são mera atividade intelectual ou idealista. Elas dialogam com visões de sociedade, com distintas classes ou mesmo suas frações, com disputas políticas que existem dentro dos próprios blocos políticos e ideológicos que se conformam ao longo da história. (Ruiz, 2014, p. 142)

É nesse bojo, gerado por exclusões que a discussão sobre a violência de gênero adquire contornos ainda mais dramáticos, especialmente quando se volta para a experiência da mulher negra. Pois, tornam-se alvo de uma violência múltipla e interseccional, em que o racismo, o sexismo e a classe social se entrelaçam de maneira intrínseca e inseparável, exibindo em sua base a história marcada pelo racismo e objetificação de seus corpos. Deste modo, a violência por esse grupo sofrida não pode ser compreendida apenas pela ótica do gênero, pois é agravada e moldada pelo racismo estrutural e pela sua frequente

desvantagem causada pela posição socioeconômica advinda de um processo histórico advindo de raízes de um país erguido por meio da objetificação, estupro e escravização dos corpos de mulheres negras.

Sendo assim, o cenário da violência doméstica, um fenômeno devastador por si só, contra a mulher negra expõe a falência de um sistema que deveria protegê-la. Segundo Cardoso (2024) dados apontam que a maioria das mulheres negras no Brasil, o que somam um percentual de 53%, alegam que sofreram algum tipo de violência doméstica e foram vítimas antes dos 25 anos. Nesse viés, sabemos que as mulheres negras no Brasil são desproporcionalmente afetadas pela violência doméstica e, sendo as maiores vítimas de feminicídio. A insuficiência também de renda é um fator de risco significativo, aumentando a dificuldade de sair de relacionamentos abusivos e o tempo de convivência com agressores. Em concordância com os levantamentos realizados pelo ANDES (2025) o perfil das ocorrências traçado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) mostra que 63,6% das vítimas de feminicídio ocorridos em 2024 eram negras.

Outro atenuante para a manutenção deste quadro é a vulnerabilidade econômica, a qual manifesta-se na falta de autonomia financeira e por sua vez agrava o risco de violência. Segundo a pesquisa realizada pelo Senado Federal, (2024) o percentual de 66% das mulheres negras que sofrem violência doméstica não tem renda suficiente ou não têm renda nenhuma. Diante desse cenário, Ruiz (2014) argumenta que o combate a essas violações exige muito mais do que medidas paliativas. É necessária uma transformação profunda, pautada por ações estruturais. Isso significa implementar políticas públicas interseccionais, que sejam explicitamente antirracistas e feministas, articulando as lutas contra as formas de opressão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, compreende-se que a violência doméstica contra a mulher negra não é um fenômeno isolado, mas expressão de um sistema estruturado na desigualdade, em que raça, gênero e classe operam de forma articulada para manter hierarquias históricas de dominação. A negação dos direitos humanos a essas mulheres evidencia a falha na universalidade proclamada, demonstrando que o acesso à justiça, à proteção e à dignidade segue condicionado por marcadores sociais distintos. Para que possamos quebrar esse ciclo, é necessário o rompimento com lógicas estruturais de exclusão e a construção de políticas públicas interseccionais, que reconheçam e combatam as diferenças de classe raça e gênero.

REFERÊNCIAS

- ANDES. **País tem novo recorde de casos de feminicídios e estupros, diz FBSP**. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, 2025. Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/brasil-tem-novo-recorde-de-casos-de-femicidios-e-estupros-diz-fbsp1>. Acesso em: 07 out. 2025 às 08h49m.
- CARDOSO, Rafael. **Violência contra mulher negra: maioria dos casos começa na juventude**. EBC, 2024. Disponível em: [https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-11/violencia-contramulher-negra-maioria-dos-casos-comeca-na-juventude#:~:text=Quando%20se%20analisa%20o%20tipo,%25%20eram%20negras%20\(2.276\)](https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-11/violencia-contramulher-negra-maioria-dos-casos-comeca-na-juventude#:~:text=Quando%20se%20analisa%20o%20tipo,%25%20eram%20negras%20(2.276)). Acesso em: 13 out. 2025.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas da Pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Organizado por Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2020.
- RUIZ, Jefferson Lee de Souza. Distintas concepções e dimensões dos direitos humanos. In: **Direitos Humanos e concepções contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2014.



**Serviço Social, trabalho profissional e seus desafios
frente ao avanço neoliberal e fragilidade democrática**

ISSN: 2359-1277

SENADO FEDERAL. **Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher Negra**, 2022 Disponível em:
https://www.senado.leg.br/institucional/datasenado/relatorio_online/pesquisa_violencia_mulheres_negras/2024/interativo.html. Acesso em: 07 out. 2025 às 8he50m.

ANÁLISE DA TIPIFICAÇÃO CRIMINAL DE JOVENS REINCIDENTES NA CADEIA PÚBLICA DE PARANAÍ

Jessika Naftali de Andrade da Silva, naftalijessika@gmail.com;
Profa. Dra. Teone M. Rios de Souza R. Assunção;
teone.assuncao@unespar.edu.br;
Fundação Araucária/PIBIC;
Universidade Estadual do Paraná, Unespar Campus Paranaíba

Eixo Temático 3: Temas Transversais

RESUMO: O objetivo deste resumo é analisar a tipificação criminal de jovens reincidentes na Cadeia Pública de Paranaíba (CPPVAI), em que foram analisados 88 registros disposto pela instituição. Os resultados apontam a predominância de crimes relacionados a drogas e contra o patrimônio – furto e roubo – seguidos por violência contra a pessoa, a família, administrativos e associações criminosas. A distribuição dos crimes revela que a reincidência desses jovens está embricada a trajetórias marcadas pela criminalização da questão social e exclusão social e econômica, e demonstra a necessidade de maior prevenção através de políticas públicas intersetoriais eficazes.

Palavras-chave: Tipificação Criminal, Juventude, Reincidência.

INTRODUÇÃO

A criminalidade juvenil é uma temática complexa e multifacetada, especialmente no Brasil, e, quando se trata da reincidência criminal entre jovens privados de liberdade constitui um dos principais desafios do Sistema Prisional. Este fenômeno não se limita a atos isolados de “delinquência”, mas reflete contextos estruturais marcados por desigualdades sociais, exclusão econômica e familiar, bem como por processos de seletividade penal que historicamente atingem jovens em situação de pobreza. No contexto da Cadeia Pública de Paranaíba (CPPVAI), compreender os padrões de reincidência como a tipificação de crimes mais recorrentes, é essencial para subsidiar políticas públicas que visem à prevenção, reinserção social e garantia de direitos

humanos, em consonância com o Estatuto da Juventude (Lei Federal nº 12.852/2013) e outras diretrizes.

Este estudo parte do levantamento de dados de jovens reincidentes na CPPVAI, a qual constituiu uma base empírica que subsidiou a construção do Trabalho de Conclusão de Curso da autora. O objetivo é examinar a tipificação de crimes atribuídos a esses jovens e relacioná-los às análises sobre criminalização da questão social, judicialização e responsabilidade estatal.

MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo considerou uma amostra de 88 jovens³ reincidentes na CPPVAI, utilizados a partir de dados institucionais sobre tipificação criminal. As categorias analisadas incluíram: crimes relacionados a drogas (tráfico, posse ou consumo), crimes contra o patrimônio (furto, roubo, receptação), contra a pessoa (homicídio, lesão corporal, injúria, difamação, crimes sexuais), contra crianças, adolescentes e família, crimes contra administração pública e justiça, envolvimento em organizações criminosas, outros e registros não especificados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da tipificação de crimes de jovens reincidentes na Cadeia Pública de Paranavaí (CPPVAI) revela um panorama significativo acerca das trajetórias de criminalização juvenil e seus nexos com a questão social. O levantamento considerou 88 jovens, admitindo-se mais de uma tipificação por indivíduo, conforme Tabela 01 abaixo:

³ Considera-se o que está disposto pelo Estatuto da Juventude (Lei Federal nº 12.852/2013).

Tabela 1: Tipificação dos crimes* de jovens reincidentes privados de liberdade na CPPVAI

CATEGORIA DE CRIMES	FREQUÊNCIA ABSOLUTA (Nº)	FREQUÊNCIA RELATIVA (%)
Drogas (tráfico ou posse)	82	93,2%
Contra patrimônio (furto, roubo ou receptação)	70	79,5%
Contra a pessoa (homicídio, lesão corporal, injúria, difamação, crimes sexuais)	20	22,7%
Contra crianças, adolescentes e família	15	17,0%
Contra Administração Pública / Justiça	15	17,0%
Organização/associação criminosa	10	11,4%
Outros	10	11,4%
Não especificado / Não informado	4	4,5%

Fonte: a autora

* Leva-se em conta que cada jovem pode ter cometido mais de um tipo de crime, assim a soma das frequências ultrapassa o total de jovens.

Os resultados indicam que, quase a totalidade de jovens reincidentes, apresentam crimes relacionados a tráfico de drogas, presente em 93,2% dos casos (82 registros). Em seguida, destacam-se crimes contra o patrimônio, como furto, roubo e receptação, que somam 79,5% (70 registros). Violência contra a pessoa, incluindo homicídio, lesão corporal, injúria, difamação e crimes sexuais, representa 22,7% dos casos (20 registros). Já crimes contra crianças, adolescentes e família e contra a administração pública/justiça aparecem em 17% cada (15 ocorrências). Por fim, 11,4% envolvem organização criminosa ou outras tipificações, enquanto 4,5% permanecem não especificados.

O predomínio dos crimes por drogas e contra o patrimônio reafirma a criminalização e o caráter seletivo do sistema penal. Jovens reincidentes, em situação de pobreza, frequentemente recorrem a práticas ilícitas ligadas à sobrevivência. Nesse sentido, a reincidência não deve ser compreendida apenas como repetição de comportamentos individuais, mas como resultado de fatores estruturais que limitam o acesso a oportunidades legítimas de inclusão social.

A criminalização da questão social, como a pobreza, deriva-se da exclusão social e econômica, enquanto manifestação do papel do Estado como mantenedor das relações de poder e da ordem capitalista. À luz do aporte teórico marxiano, destaca-se “o Estado é produto inconciliável das classes”, ou seja, ele não é formado de forma natural, mas resultado das contradições que se manifestaram em certa fase de desenvolvimento na sociedade (Lenin, 1917). Nesse sentido, sua função fundamental consiste em sustentar a dominação de classes, que opera como mediador das contradições sociais sem, contudo, superá-las, como assinalado por Paulo Netto (2009) “o Estado é o comitê executivo da burguesia”, a qual evidencia seu papel na manutenção da ordem vigente.

Portanto, a criminalização da questão social, quando aplicada sob a ótica da punição e não da garantia de direitos, reforça a lógica do capital. Trata-se de um modelo que, ao invés de responder às demandas sociais com políticas públicas eficazes, opta por “enquadrar” a questão social como casos de polícia.

Como ressalta Paulo Netto (2009), sob a lógica neoliberal, as políticas públicas tornam-se ainda mais um mecanismo de gestão da pobreza. Não é por acaso que tantos jovens empobrecidos, mesmo após o cumprimento da pena, se veem novamente no caminho do crime, como afirmamos anteriormente.

Os crimes, assim, dispostos pela Tabela 1 refletem a média de 2,57 crimes por jovem, a qual coloca-se a sobreposição de tipificações e a complexidade das trajetórias criminais desses jovens. O dado evidencia que os jovens não estão vinculados a um único tipo de crime, o que reflete tanto a seletividade do sistema penal, que tende a ampliar os registros criminais de jovens, quanto a realidade de pobreza em que esses sujeitos estão inseridos.

O dado evidencia que os jovens não se restringem a um único crime, mas transitam por diferentes práticas ligadas à sobrevivência, refletindo tanto a seletividade penal quanto a condição de pobreza em que vivem.

A análise demonstra que respostas exclusivamente punitivas são insuficientes, torna-se imprescindível adotar estratégias intersetoriais que envolva políticas de educação, assistência social, saúde, geração de trabalho e renda. Contudo, a criminalidade juvenil só pode ser compreendida nas contradições do capitalismo, onde a exclusão social e econômica gera expressões da questão social que o sistema penal não é capaz de superar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar a tipificação criminal de jovens reincidentes na cadeia pública de Paranavaí é revelar um cenário complexo, marcado por múltiplos fatores estruturais que influenciam a criminalidade juvenil. Os dados indicam que crimes patrimoniais, como furto e roubo, além do envolvimento com tráfico de drogas, são predominantes entre os jovens infratores, e reflete dinâmicas de pobreza e exclusão social.

A compreensão aprofundada desses fatores é crucial para orientar estratégias que superem a mera punição e avancem na promoção de justiça social e inclusão para jovens em conflito com a lei em Paranavaí e outros contextos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. País das Nações Unidas no Brasil. Brasília, 2020. Disponível em:
<https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/por.pdf>. Acesso em: 02 out. 2025.

BRASIL. **Estatuto da juventude**: atos internacionais e normas correlatas. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2013, p. 103. Disponível em:

**Serviço Social, trabalho profissional e seus desafios
frente ao avanço neoliberal e fragilidade democrática**

ISSN: 2359-1277

<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/509232/001032616.pdf>.
Acesso em: 02 out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984**. Institui a Lei de Execução Penal. Instituiu Lei de Execução Penal. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 13 jul. 1984.

LENIN, Vladimir. **O Estado e a Revolução**: a doutrina marxista do Estado e as tarefas do proletariado na revolução. [S.l.]: Marxists Internet Archiv, 1917. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1917/08/estado-e-a-revolucao.pdf>. Acesso em: 29 set. 2025.

PAULO NETTO, José. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2009.

**A RELIGIÃO E SUAS IMPLICAÇÕES NO ENFRENTAMENTO DA
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER: uma análise a partir dos
dados do NUMAPE UNESPAR Paranavaí**

Izabela Fernanda Rodrigues Oliveira Belo Evangelista,
izabelafernadamimfall@gmail.com;
Profa. Dra. Keila Pinna Valensuela (Orientadora),
keila.pinna@unespar.edu.br;
Universidade Estadual do Paraná, Unespar Campus Paranavaí

Eixo Temático 3: Temas Transversais

RESUMO: O presente trabalho decorre da pesquisa em andamento, isto é, do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), e dispõe de análises qualitativas da interface entre violência doméstica contra a mulher e a religião, por meio de pesquisa documental. Os dados quantitativos apresentados decorrem da realidade de mulheres atendidas pelo NUMAPE UNESPAR Paranavaí, durante o período de 2024.

Palavras-chave: Religião, Violência doméstica contra mulher, NUMAPE.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho objetiva analisar a relação entre a violência doméstica e religião, observando como crenças e práticas religiosas podem dificultar a ruptura do ciclo de violência. Parte-se da premissa de que a religiosidade, enquanto fenômeno sociocultural, exerce influência significativa no enfrentamento da violência doméstica e familiar. A pesquisa documental, embora de natureza qualitativa, não desconsidera dados quantitativos extraídos de 44 fichas de triagem do Núcleo Maria da Penha/Unespar campus Paranavaí, referente a 2024. Conclui-se que discursos religiosos podem reforçar a submissão feminina, contribuir para a revitimização e a culpabilização da mulher, mantendo assim o ciclo de violência, por meio de sua influência, dogmas e princípios alienantes.

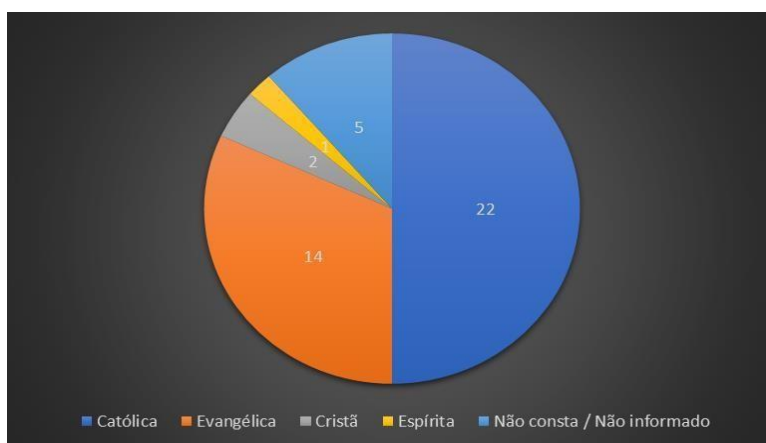
MATERIAIS E MÉTODOS

Para alcançar o objetivo proposto, foi adotado pesquisa de natureza qualitativa, uma vez que esta permite uma análise da realidade e as nuances que permeiam as vivências realçadas por meio do gênero e religiosidade. De acordo com Minayo (2001, p.22) “[...] a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relação humana [...]”. Nesta pesquisa documental, portanto, os dados quantitativos extraídos de 28 fichas de triagem referente às mulheres atendidas pelo NUMAPE UNESPAR Paranaíba, em 2024, subsidiaram a análise qualitativa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise realizada sobre os aspectos religiosos revela que as crenças e práticas de fé podem influenciar tanto na percepção quanto no enfrentamento da violência doméstica contra mulher, seja pelo apoio comunitário que algumas religiões promovem, seja pelas barreiras culturais e discursos conservadores que podem dificultar a denúncia e o rompimento do ciclo de violência e abusos.

Gráfico nº 01 – Religião



Fonte: NUMAPE (2024).

Tal quesito analítico demonstra como a religiosidade contribui na reprodução social por meio da manutenção dos aspectos morais conservadores, somado aos demarcadores sociais. Bidegain (1996, p.28.) evidencia que:

[...] a incorporação da categoria de gênero, cruzada com as de classe social e etnia, não só é útil para a elaboração da história das religiões, é também uma chave essencial para a compreensão da história invisível das mulheres nas religiões e suas relações com todas as formas de estruturação do poder.

Nesse sentido, foi possível observar que nas maiorias das respostas as mulheres se identificam com religiões que decorrem de tradição cristã, o que, por sua vez, reflete traços do panorama religioso predominante na sociedade brasileira. Vieira (2025) evidencia que no país, normalmente as mulheres frequentam grupos religiosos, sendo que 44,19% das mulheres se declararam católicas, enquanto 30,23% se identificaram como evangélicas. Assim podemos pontuar que as estruturas sociais estão fincadas e amparadas na instituição religião, bem como os moldes sociais voltados ao feminino.

Diante do exposto, observamos que o NUMAPE novamente não foge a realidade da prática religiosa apresenta pela pesquisa mencionada acima. 50% das mulheres se declararam católicas, enquanto 31,8% se identificaram como evangélicas. Ao equipararmos as duas religiões mencionadas, temos um montante que representa mais de 81,82% do total, reforçando a forte presença de manifestações religiosas ligados ao cristianismo no cotidiano e formação social e cultural. Além disso, em 11,36% não consta nenhuma informação sobre religião, o que pode indicar omissão ou falha no preenchimento da ficha. Em apenas uma ficha foi identificado outra prática religiosa, como a espírita 2,27%

Podemos pontuar que em “Paranaíba, a religião predominante é o catolicismo”(Marsola, 2023, n.p.). Assim, a população paranaense se declara

majoritariamente católica (91,85%), com 7,57% seguindo outras vertentes, segundo dados do Gov/PR (2025).

Os dados não comprovam, mas a hipótese é que dependendo da prática religiosa, observa-se efeitos sob a forma como as mulheres vivenciam e reagem mediante a um cenário de violência. Isso ocorre pois os discursos religiosos, fundamentado no conservadorismo, é traduzido por esses espaços e reforçam a necessidade da vítima em permanecer no relacionamento mesmo que haja a violência, utilizando-se de narrativas que se justificam por meio da fé em que a submissão feminina é necessária, ou seja, “a mulher edifica a sua casa”, e se a mulher está em determinada situação a culpa é dela, logo o casamento aos olhos da religião é indissolúvel.

Cotidianamente, é reforçado o silêncio, o perdão e a revitimização da mulher que, por sua vez, dificultam as denúncias e contribuem de forma negativa para o desvincular da mulher do autor da violência, seja por medo ou por vergonha. Cobra-se que a mulher sofra em silêncio e tenha resiliência. É visível que a religião possui atuação direta e indireta no cotidiano das pessoas, logo quando essa instituição assume uma postura de omissão e convivência diante da violência, torna-se ferramenta de poder e influência na manutenção da sociedade patriarcal, que minimiza as questões envolvidas na naturalização da violência contra a mulher.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, observa-se que a religiosidade exerce um papel ambíguo e profundo na vivência das mulheres em situação de violência, uma vez que reforçam a submissão, a preservação da família a qualquer custo e a culpabilização da vítima. Elementos que dificultam a ruptura com o ciclo da violência, por medo da exclusão da comunidade religiosa. Observa-se que discursos morais e conservadores com pensamentos patriarcais ainda se

encontram presentes em muitas tradições religiosas, especialmente as de base cristã.

REFERÊNCIAS

BIDEGAIN, Ana Maria. Gênero como Categoria de Análise na História das Religiões. In: BIDEGAIN, A. M. (org.). **Mulheres: Autonomia e Controle Religioso na América Latina**. São Paulo: Vozes, 1996.

GOVERNO DO PARANÁ. **Censo 2022 aponta que católicos e evangélicos são maioria entre as religiões no Paraná**. Agência de Notícias do Estado do Paraná, 6 jun. 2025. Disponível em: <https://www.parana.pr.gov.br/aen/Noticia/Censo-2022-aponta-que-catolicos-e-evangelicos-sao-maioria-entre-religoes-no-Parana>. Acesso em: 16 ago. 2025.

MARSOLA, Guilherme Henrique. **A Igreja Católica em Paranavaí: uma catedral no interior**. Rev. Adâmica Online, 2023. Disponível em: <https://revistaacademicaonline.com/index.php/rao/article/view/1029/1080>. Acesso em: 10 ago. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

VIEIRA, Isabela. Jovens e mulheres puxam aumento de evangélicos no país, revela IBGE. Rio de Janeiro: **Agência Brasil**, 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2025-06/jovens-e-mulheres-puxam-aumento-de-evangelicos-no-pais-revela-ibge>. Acesso em: 17 ago. 2025.

**MULHERES NEGRAS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA:
reflexões a partir dos atendimentos do Numape Unespar Paranavaí**

Izabela Fernanda Rodrigues Oliveira Belo Evangelista,
izabelafernadamimfall@gmail.com;

Soleide da Silva Matiazo (Assistente Social), solmatiazo@gmail.com;

Profa. Dra. Keila Pinna Valensuela (Orientadora), keila.pinna@unespar.edu.br;
Universidade Estadual do Paraná, Unespar Campus Paranavaí

Eixo Temático 3: Temas Transversais

RESUMO: O presente trabalho decorre do levantamento dados quantitativos realizados nas fichas de triagem do Numape Unespar Paranavaí entre os anos de 2018 e 2024. A pesquisa dispõe de análises qualitativas da interface da violência doméstica e mulheres negras.

Palavras-chave: Mulher Negra, Violência Doméstica Contra Mulher, NUMAPE.

INTRODUÇÃO

A representatividade de mulheres negras em diferentes espaços sociais, políticos e institucionais tem sido pauta constante em debates sobre igualdade racial e de gênero. Historicamente, mulheres, sobretudo mulheres negras, constitui-se em um grupo vulnerável a múltiplas violências e violações de direitos. Neste trabalho, apresentamos uma breve análise dos dados referente ao quantitativo de mulheres negras assistidas pelo Núcleo Maria da Penha - Numape, da Universidade Estadual do Paraná, Unespar Campus Paranavaí, entre os anos de 2018 e 2024, contribuiu para a reflexão sobre o acesso dessas mulheres às políticas públicas, em específico aquelas de enfrentamento da violência doméstica e familiar.

MATERIAIS E MÉTODOS

O presente trabalho possui natureza qualitativa que de acordo com Minayo (2001, p.22) “[...] a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos

significados das ações e relação humana [...]”. Os quantitativos extraídos de 137 fichas de triagem referente às mulheres atendidas pelo NUMAPE UNESPAR Paranavaí, no período de 2018 a 2024, subsidiaram a análise qualitativa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A realidade manifesta na formação sócio-histórica brasileira é responsável por naturalizar as desigualdades sexuais, bem como na reprodução de estereótipos, alienações e estruturas hierarquizadas que fazem distinções sociais, a partir do sistema de dominação patriarcal e produção capitalista, que mantém a ordem vigente. Cisne (2015, p. 143) pondera que esse modelo societário é “patriarcal- racista-capitalista”, ou seja, reflete a opressão vivenciada pelas mulheres desde sua gênese.

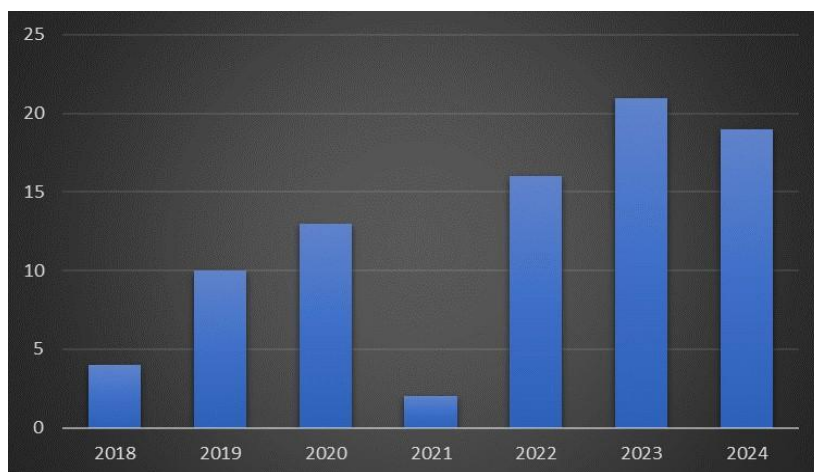
Portanto, “ser negra e mulher no Brasil é objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no nível mais alto de opressão”. Outra importante reflexão realizada pela autora reforça que o racismo se constitui de maneira “assintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira” (Gonzalez, 2020, p. 87-106).

Sua articulação com o sexismo e a violência produzem efeitos ainda mais violentos sobre a mulher negra e sua realidade no meio social, por isso, Gonzalez (2020) afirma que o mito da democracia racial ignora o fato da miscigenação existente no país ser resultado de estupro e violações direitos dos corpos de mulheres negras. Sabemos que na história brasileira, a população negra foi submetida à inúmeras formas de violações, exclusões e desvantagens sociais, em especial a mulher negra. Ao expor suas experiências, observa-se que as mesmas estão na base da pirâmide societária, sofrendo diversos tipos de violências. Essa realidade se reproduz na situação da violência doméstica e familiar.

De acordo com Serpa (2025, n.p) é pertinente pontuar que “o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (Raseam), do Ministério das Mulheres, as negras representaram 60,4% de todas as mulheres vítimas de violência na idade adulta”.

Na Comarca de Paranavaí, o Numape da Unespar tem desempenhado um papel fundamental no enfrentamento à violência de gênero e na promoção, garantia e defesa dos direitos humanos de mulheres, ofertando gratuitamente atendimento jurídico, social e psicológico, especialmente no acesso à justiça. Diante do exposto, a preocupação é como esse trabalho tem reverberado na vida cotidiana das mulheres, principalmente negras?

Gráfico nº 01 - Quantitativo de mulheres negras⁴ assistidas



Fonte: NUMAPE UNESPAR (2018-2024).

Diante dos registros, foi possível observar que no ano de 2018, o número de mulheres negras atendidas foi de apenas 4. Já no ano seguinte, houve um

⁴ De acordo com o Estatuto da Igualdade Racial (2010), o termo “negro” engloba tanto pessoas autodeclaradas pardos quanto pretos por abranger uma categoria mais ampla devido a miscigenação brasileira, ou seja, pretos e pardos são entendidos como negro.

aumento considerável, totalizando 10 mulheres. Esse crescimento se manteve em 2020, quando foram contabilizadas 13 mulheres negras atendidas. Contudo, em 2021, observou-se uma queda acentuada, com apenas 2 registros, possivelmente impactada pelo contexto da pandemia da COVID-19, que dificultou o acesso aos serviços de forma geral.

Torna-se válido ponderar que durante este período houve um aumento considerável de casos de violência doméstica contra a mulher. Os dados nacionais mostram 86% dos registros, de acordo com a pesquisa de opinião Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher elaborado pelo Instituto DataSenado em parceria com o Observatório da Mulher contra a Violência (2021).

Essa contradição do Numape com o cenário nacional pode decorrer de diversos fatores, tais como: emocionais, financeiros etc. O medo de denunciar é uma das principais hipóteses, pois no período pandêmico as pessoas ficaram mais restritas ao ambiente doméstico e familiar, o que dificultava ainda mais o desvincular da mulher do autor da violência e para o acesso aos canais de denúncia e rede de apoio. E se tivessem filhos, o rompimento da relação abusiva e do ciclo da violência se complicava.

A partir de 2022, pós pandemia, os dados voltaram a subir, representando um montante de 16 mulheres negras atendidas. Em 2023, esse número saltou para 21, período com maior índice de registros, o que pode indicar maior visibilidade por parte do Numape e de outras instituições, como as ações desenvolvidas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM) e Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar.

No ano de 2024, embora tenha tido uma leve redução, com 19 mulheres negras atendidas, mantendo-se dentro de um patamar significativamente mais alto que o início da série histórica.

Ao somar o montante, temos 69 mulheres negras atendidas até 2024, em comparação com as outras 68 respostas, que se dividem entre mulheres brancas e amarelas. Dentro das respostas referentes às mulheres negras, estão incluídas também as mulheres pardas, seguindo o quesito de raça e cor previsto no Estatuto da Igualdade Racial, que considera negras as pessoas pretas e pardas. Pondera-se que parte dessas mulheres pode não se identificar como pardas ou negras, em razão de diversos fatores sócio-históricos que influenciam a autodeclaração racial. Porém, mesmo nesse contexto a maioria das assistidas são autodeclaradas negras

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acesso às políticas públicas nem sempre chega a todos os grupos sociais mais vulneráveis da mesma forma. Os dados de atendimento do Numape, desde sua implantação, refletem a invisibilidade da mulher negra que sofre de múltiplas violências resultantes de uma estrutura social marcada por desigualdades históricas, sustentadas pelo racismo, sexismo e pelo sistema capitalista e patriarcal.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 12.288/2010. **Estatuto da Igualdade Racial**. Brasília, DF: Presidência da República, 2010.

CISNE, Mirla. **Direitos humanos e violência contra as mulheres: uma luta contra a sociedade patriarcal-racista-capitalista**. Serviço Social em Revista, v. 18, n. 1. 2015.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira (1983)**. In: Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaaios, Intervenções e Diálogos Rio Janeiro: Zahar, 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.



**Serviço Social, trabalho profissional e seus desafios
frente ao avanço neoliberal e fragilidade democrática**

ISSN: 2359-1277

**SENADO FEDERAL. Violência contra a mulher cresceu na pandemia,
indica pesquisa do DataSenado.** Senado Notícias, 2021.

**SERPA, Verônica. 60,4% das mulheres vítimas de violência de gênero em
2024 eram negras, diz relatório.** Alma Preta Jornalismo. 2025.

**SOLIDÃO DA MULHER NEGRA:
Intersecções entre raça, gênero e classe**

Ana Cláudia Marques de Oliveira (ana.claudia.marques@uel.br)
Evelyn Secco Faquin (evelynsecco@uel.br)
Universidade Estadual de Londrina (UEL)

Eixo Temático 3: Temas Transversais

RESUMO: Este trabalho investiga a solidão da mulher negra a partir das intersecções entre raça, gênero e classe social. O objetivo principal é compreender essa solidão considerando o entrelaçamento desses marcadores sociais. Metodologicamente, o trabalho adota a abordagem qualitativa de caráter exploratório. A pesquisa foi dividida em duas etapas: a primeira fase consistiu em revisão bibliográfica, incluindo a contextualização sócio-histórica das mulheres negras no Brasil e contribuições teóricas de autoras negras que escrevem sobre feminismo negro e vivências da mulher negra. A segunda etapa envolve a realização de entrevistas semiestruturadas com 5 mulheres negras residentes em Londrina e região. A seleção das entrevistadas está sendo realizada por meio da técnica bola de neve. Espera-se que este trabalho contribua para o debate sobre a solidão da mulher negra no contexto brasileiro, considerando a trajetória histórica dessas mulheres desde o período colonial até os dias atuais. O racismo, o cisheteropatriarcado e o capitalismo colocam essas mulheres na base da pirâmide social brasileira, em empregos subalternizados e em experiências marcadas pela solidão que se manifestam em diferentes aspectos de suas vidas, destacando a necessidade de resistir a essas estruturas de opressão.

Palavras-chave: solidão da mulher negra, interseccionalidade, feminismo negro.

INTRODUÇÃO

A solidão afetiva da mulher negra, vai muito além da falta de relacionamentos amorosos. Ela revela uma estrutura social marcada pelo racismo e sexismo. Essa estrutura posiciona historicamente as mulheres negras em uma lógica perversa em relação aos ideais de afeto, cuidado e construção familiar. Enquanto as mulheres brancas foram associadas ao casamento e a proteção, as mulheres negras foram empurradas para os espaços do trabalho

doméstico, da erotização e do chamado “mercado do sexo” (Pacheco, 2013, p. 25).

Este trabalho tem como objetivo compreender a solidão da mulher negra a partir das intersecções entre gênero, raça e classe social, entendidas como aspectos indissociáveis que atravessam a vida dessas mulheres. A investigação está sendo desenvolvida como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa adota a abordagem qualitativa de caráter exploratório e está sendo realizada em duas etapas. A primeira etapa consistiu em uma revisão bibliográfica que incluiu a contextualização sócio-histórica das mulheres negras no Brasil e as contribuições teóricas de autoras negras que escrevem sobre feminismo negro e as vivências da mulher negra.

A segunda etapa está em processo de execução e envolve a realização de entrevistas com mulheres negras residentes em Londrina e região. A seleção das participantes ocorreu por meio da técnica bola de neve. A coleta de dados está sendo realizada por meio de entrevistas semiestruturadas individuais, seguindo roteiro previamente elaborado. As entrevistas são realizadas de forma presencial ou remota via *Google Meet* (a partir da disponibilidade da entrevistada) em horário acordados entre pesquisadora e participantes. Ao término da pesquisa a expectativa é de entrevistar 5 mulheres.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo Saffioti (2015), o patriarcado é um sistema de dominação e exploração dos homens sobre as mulheres que está aliado ao capitalismo e ao racismo, formando um sistema indissociável de opressão. Como destaca Saffioti (2001), a lógica do patriarcado não afeta todas as mulheres da mesma forma. Em uma sociedade marcada por uma divisão de classe e atravessada pela

discriminação de raça, a última posição da hierarquização social brasileira é ocupada por mulheres negras e pobres.

No contexto brasileiro, a opressão de gênero, classe e raça esteve presente desde o período colonial. A história da mulher negra no Brasil foi construída em meio a múltiplas violências, desde o trabalho escravo até a violação sexual de seus corpos. Nascimento (2021) explica que, enquanto a mulher branca era vista como esposa e mãe, as mulheres negras eram exploradas, reduzidas a corpos disponíveis para o prazer e o trabalho, não sendo consideradas como parte das estruturas familiares.

Portando, é preciso compreender a realidade dessas mulheres para além do gênero, considerando outros fatores como raça e classe. Mulheres negras, integrantes de movimentos sociais, como Lélia Gonzalez, se apropriaram das ideias centrais da interseccionalidade, porém sem se utilizar da nomenclatura, ainda assim, tinham a compreensão de raça, classe e gênero como dimensões indissociáveis. O conceito foi criado por Crenshaw em 1989, que definiu interseccionalidade como:

A conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, as opressões de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (Crenshaw *apud* Akotirene, 2019, p. 42).

Diante do contexto histórico da mulher negra no Brasil, é possível compreender que a experiência de vida dessas mulheres está marcada por um conjunto de opressões, desde o período colonial até os dias atuais. É possível

que essa estrutura de dominação racista, patriarcal e capitalista tenha influenciado a forma como elas vivem suas relações afetivas e sociais.

As experiências afetivas das mulheres negras podem estar relacionadas ao racismo estrutural, que define hierarquias sociais, regula preferências e legitima a inclusão subordinada. De acordo com Almeida (2019), o racismo estrutural não é apenas resultado de ações individuais, mas sim um elemento constitutivo da sociedade, presente nas instituições, nas práticas cotidianas e nos discursos sociais. Pacheco (2013, p. 51), aborda que expressões populares como “branca para casar, mulata para f e negra para trabalhar” são reafirmadas, legitimadas na obra freyreana⁵ e funcionam como fatores que estruturam práticas sociais e afetivas dos indivíduos. Ela destaca que a prática cultural tida como miscigenação brasileira, representada como uma harmonia racial, ocorre predominantemente por uma preferência afetiva e conjugal de homens negros por mulheres brancas, do que o inverso, o que contraria a abordagem freyreana que defende a ideia de uma democratização das relações sexuais e raciais no Brasil.

Contrariando Freyre, a autora questiona: se as relações interracializadas fossem de fato democráticas, como explicar, dentro dessa lógica, a solidão da mulher negra no Brasil? Ela defende que os marcadores de raça e gênero combinados, afetam mais as mulheres negras do ponto de vista de uma inclusão perversa no campo afetivo e sociocultural, em comparação a outros grupos.

Contudo, Pacheco (2013), também indica que essa solidão também pode ser vista como uma resistência. Mesmo sendo colocadas à margem das relações afetivas, muitas mulheres negras constroem outras formas de existir, viver o afeto e criar redes. A solidão, nesse sentido, não é apenas um sentimento individual, mas o reflexo de um processo estrutural e coletivo, que atravessa o

⁵ Gilberto Freyre, autor de Casa-Grande & Senzala (1933).

racismo, o sexismo e a desigualdade de classe. Entender essa realidade exige olhar para as intersecções entre esses marcadores sociais, que produzem uma inclusão social perversa que não é nova, mas que se reinventa até os dias atuais.

Durante a coleta de dados das quatro entrevistas realizadas até o momento, foi possível perceber um padrão nas experiências de solidão relatadas por essas mulheres. Em todas as entrevistas realizadas, as participantes relataram ter vivenciado situações de solidão em algum momento de suas vidas, em diferentes ambientes e fases, o que evidencia que essa solidão é vivenciada para além do campo afetivo-amoroso. Segundo as entrevistadas, trata-se de uma solidão experienciada no meio acadêmico, nas amizades, em ambientes religiosos, enfim, nos diversos espaços que permeiam a existência dessas mulheres. Nas falas das participantes, fica evidente a presença do racismo, manifestado por meio de bullying e experiências nas quais se sentiram invisibilizadas por serem mulheres, negras e de determinada classe social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados parciais desta pesquisa evidenciam que a solidão da mulher negra é resultado de um processo histórico e estrutural que entrelaça racismo, patriarcado e capitalismo. As entrevistas revelaram que essa solidão vai além do campo da afetividade, manifestando-se em múltiplos espaços da vida dessas mulheres, como ambientes acadêmicos, religiosos, de trabalho, de lazer e nas relações de amizade. Nos discursos das entrevistadas, fica claro que suas vivências são referentes às intersecções de gênero, raça e classe social, marcadores que estruturam as experiências de solidão e invisibilização vivenciadas por essas mulheres desde o período colonial até os dias atuais.

Este trabalho, desenvolvido como Trabalho de Conclusão de Curso em andamento, busca contribuir para o debate sobre a solidão da mulher negra no contexto brasileiro. As falas das entrevistadas evidenciam como o racismo está

presente em suas vivências cotidianas e como, para alcançar espaços que historicamente não foram planejados para elas, precisam se esforçar muito mais em comparação a mulheres brancas. Dar visibilidade a essas narrativas permite compreender a solidão como processo estrutural e reconhecer as barreiras enfrentadas por essas mulheres em suas trajetórias de vida.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos**. Organização: Alex Ratts. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. **Mulher negra: afetividade e solidão**. Salvador: EDUFBA, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 2001.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado e violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular/Fundação Perseu Abramo, 2015.

REPRESENTATIVIDADE DA POPULAÇÃO NEGRA NO PODER LEGISLATIVO DA REGIÃO SUL

Dalila Clara Araújo dos Santos, dalila.clara.araujo@uel.br;
Evelyn Secco Faquin, evelynsecco@uel.br;
Universidade Estadual de Londrina (UEL)

Eixo Temático 3: Temas Transversais

RESUMO: O presente resumo trás o exposto em um artigo de conclusão de curso da Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Evidencia como o racismo se estrutura no Brasil, diante da sua origem, expondo as desigualdades sociais existentes. Além da falta de representatividade política, revelando a necessidade de pessoas negras na política, tal qual a importância da participação política de tais pessoas. Para esta exposição propusemos identificar o percentual da presença de pessoas negras no Legislativo Estadual na Região Sul. O estudo parte de uma abordagem qualitativa, utilizando a revisão bibliográfica e pesquisa nos sites das Assembleias Legislativas dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: racismo, representatividade política, região sul.

INTRODUÇÃO

Pensar nos avanços econômicos, sociais, culturais e políticos no Brasil nos dias de hoje traz a imediata necessidade de saber e entender a proveniência das bases que alicerçam tais questões, o racismo estrutural. Afinal não expor essas raízes faz com que não valorizemos e reconheçamos toda a barbárie sofrida pelos negros advindos de África. Todavia temos de convir que, “[...] o negro teve uma importância crucial, tanto por sua presença como a massa trabalhadora que produziu quase tudo que aqui se fez [...] remarcou o amálgama racial e cultural brasileiro com suas cores mais fortes” (Ribeiro, 1995, p. 87).

O racismo é capaz de infringir todo o modo de ser e existir de um ser, está presente nas relações sociais como um todo, afetando subjetivamente os sujeitos, as relações mercadológicas, o processo de ensino, o modo como se

estrutura as instituições no Estado, a cultura, relações políticas e jurídicas, todas essas marcadas pela mancha colonialista.

Oliveira (2021) nos diz que compreender o racismo enquanto estrutura, é conceber o racismo como produto de uma estrutura sócio-histórica de produção e reprodução de riquezas. Sendo na base material das sociedades que devemos buscar os fundamentos do racismo estrutural, sendo ela a “raiz do problema”. Portanto, entender o racismo estrutural, implica em entendê-lo numa perspectiva histórica.

MATERIAIS E MÉTODOS

O presente trabalho partiu da abordagem qualitativa para sua construção, utilizou revisão bibliográfica e pesquisa nos sites das Assembleias Legislativas dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Almeida (2019) nos evidencia que quando tratamos da questão de representatividade política não estamos falando somente da presença de “minorias” em espaços políticos partidários. A representatividade também se relaciona à inserção e participação de pessoas negras em locais de prestígio social, tendo como exemplo, a academia, os meios de comunicação, o judiciário.

No entanto, ter representatividade não necessariamente implica que um representante irá expressar e entonar as demandas do grupo do qual pertence, inclusive isso é uma contradição referente aos efeitos do racismo, como indicado por Cornel West: “[...] cultiva-se a falsa ideia de que membros de minorias pensam em bloco e que não podem divergir entre si” (West apud Almeida, 2019, p. 69).

Ribeiro (1995) nos especifica que o Brasil sulino como denomina a região Sul tem em si uma particularidade diante da sua heterogeneidade cultural.

Abrangendo os povos matutos que são de origem principalmente açoriana (pessoas naturais da ilha portuguesa de Açores), que foram trazidos ainda no século XVIII; os gaúchos que atuavam nas zonas de campo que ia da fronteira do Rio da Prata e dos "bolsões pastoris" do Paraná e Santa Catarina; além dos chamados gringos que eram compostos por descendentes de imigrantes europeu, advindos da Alemanha, Polônia, Itália, Japão entre outros, vindos principalmente após a Independência.

A colonização europeia fez com que esses imigrantes em terras latinas, que agora era a pátria de seus netos e filhos brasileiros, se alienassem culturalmente de modo que vissem com olhos europeus a sua própria gente, engrandecendo essa população imigrante e seus descendentes e inferiorizando negros, indígenas e mestiços, nomeando o país de atrasado e inferior por conta das cores dos povos.

Junto da vinda imigrante veio o "empreendedorismo colonizador". O Império Brasileiro tinha como objetivo, a partir do investimento de recursos, possibilitar aos colonos o transporte, instalações, modo de manutenção de vida e concessão de terras, o que fez com que esses pudessem reger "autonomamente seu destino".

A Região Sul detém uma quantidade menor de pessoas negras, decorrente de historicamente desenvolver atividades que necessitavam de menor quantidade de mão de obra escrava se comparado a outros estados com latifúndios agrícolas, como Nordeste e Sudeste. Logo averiguamos que o índice de eleitos seria menor, entretanto não tão reduzido como apresentou a pesquisa.

Os deputados estaduais eleitos nas eleições de 2022 para exercerem seu mandato a partir de 2023 somam-se 56 do Paraná, em que somente 5 se declaram pretos e pardos, Santa Catarina com 40 deputados, sem nenhum autodeclarado preto/pardo e no Rio Grande do Sul com o quantitativo de 55,

onde somente 5 se declaram preto ou pardo. Do universo de 151 eleitos, somente 10 de autodeclaram preto ou pardo.

Abaixo demonstramos um quadro que nos mostra como são distribuídos os deputados por estado e um recorte quanto ao índice de pessoas pretas ou pardas.

Quadro 1 – Distribuição dos deputados eleitos por estado da Região Sul

Estados	Deputados Eleitos	Deputados Pretos/Pardos
Paraná	56	5
Santa Catarina	40	0
Rio Grande do Sul	55	5
Total geral	151	10

Fonte: Sistematização dos dados coletados pelas autoras (2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo diante da pesquisa ainda estar em andamento, é notável que os espaços políticos devem ser ocupados por pessoas que pensam as políticas para a população pobre, preta e periférica. Somente a existência de políticos negros não garante a construção e efetivação de políticas públicas voltadas para a população negra.

Diante do posto a educação antirracista será crucial para o levante da equidade, a fim de minimizar os efeitos da discriminação e do racismo. O racismo só será efetivamente enfrentado a partir do ponto em que se tornar uma pauta coletiva.

Segundo dados apontados pelo Censo do IBGE de 2022, a população negra é constituída por pessoas que se autodeclaram pardas, que são pessoas

de ascendência mista e pretos que são de ascendência africana, que totalizam o percentual de 55,5% da população.

O que nos leva a pensar outra séria questão, é que o Brasil tem em si o maior contingente de pessoas negras fora de África, todavia no âmbito político é representado majoritariamente por pessoas brancas. Desconstruir esse cenário é necessário.

Torna-se essencial pensar que não se trata apenas de pessoas negras serem eleitas, mas também, das condições que as pessoas negras têm para atuarem na política, a fim de tornarem efetivas suas pautas. Somos parte fundamental da história e da cultura, logo, desconstruir essa invisibilização é de suma importância para conquistar esse e outros espaços.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. L. **Racismo estrutural**. Pólen Livros: São Paulo, 2019.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ. **Conheça os Deputados**. Disponível em: <https://www.assembleia.pr.leg.br/deputados/conheca>. Acesso em: 9 out. 2025.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Todos os deputados**. Disponível em: <https://www.alesc.sc.gov.br/todos-deputados>. Acesso em: 09 out. 2025.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Deputados**. Disponível em: <https://ww4.al.rs.gov.br/deputados>. Acesso em: 9 out. 2025.

OLIVEIRA, Dennis. **Racismo estrutural: uma perspectiva histórico-crítica**. São Paulo: Dandara, 2021.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER: Breves Reflexões

Daniela Lopes Casiano de Oliveira; salemadaniela4@gmail.com;
Profa. Dra. Keila Pinna Valensuela (Orientadora);
keila.pinna@unespar.edu.br;
Universidade Estadual do Paraná, Unespar Campus Paranavaí

Eixo Temático 3: Temas Transversais

RESUMO: A violência doméstica contra a mulher configura-se como um fenômeno social complexo, atravessado por dimensões históricas, culturais, jurídicas e psicológicas. Mais do que uma questão individual, trata-se de um problema estrutural, sustentado pelas desigualdades de gênero e pela lógica patriarcal. Este resumo expandido apresenta uma breve reflexão fundamentada em contribuições teóricas de autoras como Heleieth Saffioti, Eva Blay e Maria Berenice Dias, destacando avanços legais e institucionais, como a Lei Maria da Penha, bem como os desafios persistentes no enfrentamento à violência doméstica.

Palavras-chave: Gênero; Violência Doméstica Contra Mulher; Lei Maria da Penha.

INTRODUÇÃO

A violência doméstica contra a mulher é uma das expressões mais duras das desigualdades de gênero, presente em diferentes épocas e contextos sociais. Durante séculos, a sociedade legitimou a submissão feminina ao poder masculino, naturalizando práticas violentas no espaço privado. Entretanto, a partir da mobilização dos movimentos feministas, especialmente após os anos 1980, essa realidade deixou de ser invisibilizada passando integrar à agenda pública brasileira, resultando em conquistas jurídicas e institucionais.

Neste trabalho, busca-se, por meio da revisão bibliográfica, compreender a violência doméstica não apenas como uma violação de direitos individuais, mas como um fenômeno coletivo que demanda políticas públicas, articulação entre serviços, produção de conhecimento crítico e transformação cultural.

MATERIAIS E MÉTODOS

A construção deste resumo expandido baseia-se em revisão bibliográfica de caráter qualitativo, a partir de referenciais teóricos clássicos e contemporâneos sobre violência de gênero. Foram considerados os aportes de Heleieth Saffioti, Eva Blay e Maria Berenice Dias, bem como marcos legais relevantes no Brasil, como a Constituição Federal de 1988 e a Lei Maria da Penha de 2006. A metodologia, adota ainda, uma abordagem crítica, voltada à análise das contradições entre avanços normativos e os desafios persistentes no cotidiano das mulheres.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A violência doméstica deve ser compreendida como um reflexo da estrutura patriarcal que historicamente atribuiu ao homem uma posição de poder sobre a mulher. Heleieth Saffioti foi uma das primeiras intelectuais brasileiras a estudar a condição feminina sob uma perspectiva estrutural, relacionando o patriarcado ao capitalismo como sistemas complementares de opressão. Em sua obra clássica “A mulher na sociedade de classes: mito e realidade” (Saffioti, 2013), a autora demonstrou que a desigualdade de gênero é sustentada por fatores econômicos, sociais e culturais que se reproduzem dentro da família, do trabalho e das instituições.

Em “Gênero, patriarcado e violência”, Saffioti (2015) aprofunda a compreensão da violência contra a mulher como uma expressão da dominação patriarcal, que ultrapassa o campo privado e se manifesta como um problema social. Sua contribuição teórica foi essencial para fundamentar políticas públicas e ações profissionais voltadas ao enfrentamento da violência de gênero.

Blay (2003) contribuiu para a institucionalização da temática, por meio da criação do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo, além de fomentar políticas públicas e produção acadêmica.

Eva Blay, também socióloga e professora da Universidade de São Paulo (USP), foi pioneira na articulação entre pesquisa acadêmica e formulação de políticas públicas para a defesa dos direitos das mulheres. Fundadora do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo, teve papel decisivo na institucionalização das políticas de gênero no Brasil.

Em obra como “Assassinato de mulheres e direitos humanos” (Blay, 2008), Eva Blay denuncia a naturalização da violência e o feminicídio como expressão extrema da desigualdade de gênero. Sua trajetória combina o ativismo político e o pensamento acadêmico, reforçando que a luta contra a violência precisa estar integrada às políticas públicas e à mobilização social.

Maria Berenice Dias, jurista e desembargadora aposentada, contribuiu de maneira decisiva para o campo jurídico no enfrentamento à violência doméstica. É uma das principais intérpretes e defensoras da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), que transformou o modo como o sistema de justiça trata os casos de violência contra a mulher.

Em obras como “A Lei Maria da Penha na Justiça” (Dias, 2024) e “Manual de Direito das Famílias” (Dias, 2016), a autora propõe uma leitura humanizada e inclusiva do Direito, defendendo a proteção integral das mulheres e o reconhecimento da violência doméstica como violação de direitos humanos. Além disso, como fundadora do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM), Berenice atua pela ampliação dos direitos das mulheres, das famílias e da diversidade.

Já Dias (2024), no campo jurídico, defendeu a perspectiva de gênero no Direito e foi voz pioneira ao tratar a violência doméstica como violação de direitos humanos, atuando pela efetividade da Lei Maria da Penha e na luta contra preconceitos jurídicos que descredibilizavam as vítimas.

Esse conjunto de contribuições, possibilitou, deslocar a violência do espaço privado para o público, transformando-a em pauta de políticas públicas e de direitos humanos.

A Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340 de 07 de agosto de 2006 (Brasil, 2006), marcou uma virada no enfrentamento da violência doméstica, trazendo proteção e voz para milhares de mulheres. Mais do que um conjunto de normas, ela simboliza o reconhecimento de que a violência de gênero não é um problema privado, mas uma violação de direitos humanos.

A lei criou medidas protetivas, delegacias e juizados especializados, fortalecendo a rede de apoio. No entanto, ainda persistem desafios, como a falta de recursos, o preconceito institucional e a revitimização das mulheres. Seu maior valor está em abrir caminhos para que as mulheres possam viver com dignidade, respeito e segurança.

A análise da violência doméstica no Brasil revela limites, conquistas e desafios, dentre eles:

- Avanços legais e institucionais;
- Constituição Federal de 1988, que reforçou a igualdade de gênero;
- Lei Maria da Penha, marco jurídico de criminalização da violência doméstica;
- Criação de Centros de Referência, delegacias especializadas e juizados específicos;
- Falta de recursos e de articulação entre serviços;
- Baixa capacitação de equipes e persistência de preconceitos institucionais;
- Revitimização das mulheres no sistema de justiça;
- Manutenção da lógica patriarcal, que insiste em responsabilizar a vítima.

O objetivo de discutirmos sobre a violência de gênero deve ser a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde mulheres possam viver livres de violência e com garantia plena de seus direitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência doméstica contra a mulher é um fenômeno estrutural que se perpetua pela desigualdade de gênero e pela naturalização das relações de poder no âmbito familiar e social. Embora o Brasil tenha avançado em marcos legais e institucionais, como a Lei Maria da Penha, ainda persistem desafios que dificultam a efetivação dos direitos das mulheres.

REFERÊNCIAS

BLAY, E. A. **Assassinato de mulheres e direitos humanos**. São Paulo: Editora 34, 2008.

BLAY, Eva. **Violência contra a mulher e políticas públicas**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 87-98, 2003.

BRASIL. **Constituição Federal**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13 out. 2025.

BRASIL. **Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Lei Maria da Penha. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 2 set. 2025.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. 4 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

DIAS, Maria Berenice. **A Lei Maria da Penha na Justiça**. São Paulo: Editora Juspodvm 2024.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.



**Serviço Social, trabalho profissional e seus desafios
frente ao avanço neoliberal e fragilidade democrática**

ISSN: 2359-1277

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade** 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

A INFLUÊNCIA DO PATRIARCADO NA VIDA DAS MULHERES

Isadora da Silva Lacerda, isadoraslacerda07@gmail.com;
Luana Lucena Santos, luanalucena2006@gmail.com;
Mariana Cubas dos Santos, marianacubas661@gmail.com;
Fagner de Carvalho Rodrigues, fagner.eng.social@gmail.com;
Teone M. Rios de S. R. Assunção, teone.assuncao@unespar.edu.br;
Universidade Estadual do Paraná, Unespar Campus Paranavaí

Eixo Temático 3: Temas Transversais

RESUMO: Vivemos em uma sociedade caracterizada por desigualdades construídas historicamente, isto inclui a desigualdade de gênero, originária de estruturas patriarcais pré-estabelecidas. A institucionalização do patriarcado afastou as mulheres da produção do conhecimento, restringindo suas oportunidades de envolvimento nas esferas política, econômica e cultural. Desde a antiguidade, a figura do patriarca foi associada à autoridade, enquanto as mulheres foram relegadas ao espaço privado e à obediência, o que consolidou práticas de subordinação e violência. Sob a perspectiva de Gerda Lerner, este resumo aborda como a construção histórica do patriarcado fundamenta as desigualdades de gênero que ainda moldam a vida das mulheres na atualidade.

Palavras-chave: Desigualdade de Gênero, Patriarcado, Subordinação e Violência.

INTRODUÇÃO

O patriarcado estrutura uma cultura em que a autoridade e a legitimidade estão associadas ao masculino. Segundo Gomes (2019, p.6), “Com o patriarcado, as mulheres são destituídas das suas atividades e de todo o status e poder, passando a função de simples reprodutora, geradora de filhos legítimos para o homem perpetuar sua linhagem”. Essa lógica hierárquica sustenta práticas e valores que perpetuam a desigualdade, naturaliza e reforça a ideia de superioridade masculina.

A permanência dessas bases patriarcais influencia até hoje a forma como as mulheres ocupam os espaços sociais e enfrentam desigualdades em múltiplas dimensões: trabalho, política, educação, vida familiar e representação

cultural. Como afirma Lerner (1986, p.296), “A família não apenas espelha a ordem do Estado e educa os filhos para que a sigam, mas também cria e sempre reforça essa ordem”, ou seja, essa construção cultural influencia até as regras familiares, que vai sendo reforçada de geração para geração, frente ao avanço neoliberal e fragilidade democrática.

Assim, compreender o patriarcado é essencial para analisar as desigualdades de gênero que persistem na contemporaneidade. Essa estrutura histórica e social naturalizou papéis e comportamentos que colocam a mulher em posição de subordinação, além de limitar suas oportunidades e autonomia. O resumo pretende apontar, por meio da revisão bibliográfica, como a influência do patriarcado contribui para uma sociedade desigual, e evidencia a necessidade de reflexão sobre práticas culturais que legitimam essa dominação.

MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica de caráter qualitativo e a análise empírica de dados, tendo como ponto de partida a análise da influência do patriarcado na vida das mulheres. Em seguida, foram selecionadas obras que abordam tanto os fundamentos conceituais do patriarcado quanto suas consequências na vivência feminina, buscando compreender como ele molda as relações sociais, considerando aspectos como desigualdade de gênero, violência e limitação de direitos. As contribuições desses referenciais possibilitaram uma reflexão crítica e fundamentada sobre como as estruturas patriarcais que ainda sustentam práticas discriminatórias e perpetuam a subordinação feminina na sociedade contemporânea.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Segundo Lerner (1986, p. 296), “O sistema do patriarcado só pode funcionar com a cooperação das mulheres”. As mulheres ainda enfrentam maiores desafios para conquistar posições de poder e reconhecimento social, devido à persistência de práticas machistas e a subordinação, que ainda é uma realidade estrutural.

Grande parte das mulheres, por conta da cultura patriarcal, acaba aceitando a posição de inferioridade, acreditando que o papel de “boa mãe” e “boa esposa” exige sacrifícios. Conforme Lerner (1986, p. 299), “As mulheres não tinham história – assim disseram a elas, e assim elas acreditaram”. Ou seja, essa aceitação não decorre de falta de vontade de mudança, mas sim de séculos de normalização social, que dificultam o rompimento dessas normas.

O patriarcado não apenas controla o comportamento das mulheres por meio de papéis sociais, mas também na forma de pensar e sentir. “Cada mulher emergente foi educada no pensamento patriarcal. Cada uma de nós guarda pelo menos um grande homem no pensamento”. Lerner (1986, p. 309). Desde cedo, as mulheres são educadas a admirar e a colocar um homem como referência de poder, internalizando a ideia de que o masculino é superior, fazendo com que as mulheres duvidem da sua capacidade e sintam necessidade de aprovação masculina. Reconhecer essa influência é um passo essencial para romper com a lógica patriarcal e reconstruir uma consciência baseada na igualdade.

Embora o patriarcado ainda exerça influência nas estruturas sociais e culturais, sua força vem diminuindo gradualmente nas últimas décadas. De acordo com o IBGE Censo Demográfico 2022: Pessoa responsável pela unidade doméstica do total de indivíduos investigados pelo Censo Demográfico 2022 nas unidades domésticas, 35,9% estavam na categoria de pessoa responsável. Desses, 50,9% eram homens (37 milhões) e 49,1%, mulheres (36 milhões). Essa análise por sexo mostra uma mudança importante em relação a 2010, pois,

nesse Censo, o percentual de homens responsáveis (61,3%) era substancialmente maior do que o percentual de mulheres (38,7%).

Esse enfraquecimento está relacionado ao avanço dos movimentos feministas, à ampliação do acesso das mulheres à educação e ao mercado de trabalho, e à desconstrução da discriminação de gênero. As conquistas femininas, tanto no campo político quanto social, têm possibilitado uma maior representatividade e o questionamento das normas impostas historicamente. Apesar disso, o patriarcado ainda se manifesta de forma sutil, por meio de comportamentos, expressões e práticas cotidianas que reforçam estereótipos e desigualdades. Portanto, a luta das mulheres pela igualdade de direitos continua sendo um processo necessário e contínuo, que depende da conscientização coletiva e da transformação das estruturas sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na análise realizada, percebe-se que o patriarcado ainda tem forte presença na vida das mulheres, influenciando seus comportamentos, limitando oportunidades e mantendo a desigualdade entre homens e mulheres. Mesmo com os avanços alcançados, como o maior acesso à educação, ao trabalho e à participação social, ainda existem barreiras culturais e estruturais que dificultam a igualdade de gênero.

A desconstrução do patriarcado exige esforços conjuntos da sociedade, do Estado e das instituições de ensino, por meio de ações que promovam o respeito, a valorização feminina e a equidade em todos os espaços. Investir em educação, debates sobre gênero e políticas públicas que garantam os direitos das mulheres é essencial para reduzir as desigualdades e combater as práticas discriminatórias.

Portanto, compreender e enfrentar o patriarcado é um passo importante para construir uma sociedade mais justa, igualitária e livre de opressões.

REFERÊNCIAS

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022**: Composição domiciliar e óbitos informados – Resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=2102127>. Acesso em: 13 out. 2025.

GOMES, Livia Daiane. A origem do patriarcado: da veneração à opressão da mulher. In: **Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, 2019.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens. Tradução de Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2019.

A CONSTRUÇÃO SOCIAL DE GÊNERO E SUAS IMPLICAÇÕES NA VIOÊNCIA CONTRA MULHER

Isadora da Silva Lacerda, isadoraslacerda07@gmail.com;
Profa. Dra. Keila Pinna Valensuela (Orientadora), keila.pinna@unespar.edu.br;
Soleide da Silva Matiazo (Assistente Social), solmatiazo@gmail.com;
Universidade Estadual do Paraná, Unespar Campus Paranaíba

Eixo Temático 3: Temas Transversais

RESUMO: Vivemos em uma sociedade marcada por desigualdades construídas, entre elas a desigualdade de gênero, que alimenta e sustenta práticas de violência contra a mulher. Desde a infância, meninas e meninos são socializados de maneira diferente, reforçando papéis socioculturais que legitimam a dominação masculina. Essa forma como a sociedade ensina homens e mulheres a se comportarem, sustenta o machismo e contribui para que a violência contra mulher seja vista como algo natural. Em casos de crimes passionais e feminicídios, fica evidente uma ideia de posse, em que o autor da violência acredita ter controle sobre a mulher e se sente no direito de agredi-la ou até matá-la quando perde esse controle. Sob a perspectiva de autoras como Heleieth Saffioti e Luiza Nagib Eluf, este resumo aborda como o patriarcado e a construção social de gênero perpetuam a violência contra a mulher.

Palavras-chave: Gênero; Patriarcado; Violência Contra Mulher.

INTRODUÇÃO

A desigualdade de gênero é uma construção histórica e social que se manifesta em diversas esferas da vida cotidiana, sendo a violência contra a mulher uma de suas expressões mais graves e persistentes. Sustentada por uma cultura patriarcal, essa violência é legitimada por normas sociais que naturalizam papéis desiguais entre homens e mulheres, reforçando relações de poder assimétricas.

A construção social de gênero, ao atribuir características, comportamentos e funções específicas a cada sexo, consolida um sistema que favorece a dominação masculina e a subordinação feminina.

Este resumo tem como objetivo, a partir de revisão bibliográfica, analisar como essas construções sociais de gênero e a naturalização de papéis desiguais contribuem para a manutenção do patriarcado e para a violência de gênero, ressaltando a importância de uma reflexão crítica sobre práticas culturais enraizadas.

MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica, com abordagem qualitativa, tendo como ponto de partida a investigação da relação entre patriarcado e a violência de gênero. Em um segundo momento, foram selecionadas duas obras que discutem tanto os aspectos teóricos da dominação patriarcal quanto as implicações jurídicas da violência praticada em contextos passionais. As contribuições dessas obras possibilitam a construção de uma reflexão mais crítica e fundamentada, permitindo o aprofundamento da discussão sobre a violência de gênero e sua sustentação em estruturas patriarcais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Desde cedo, meninas e meninos são educados de forma distinta, internalizando papéis de gênero que moldam comportamentos e expectativas. Enquanto meninos são incentivados à coragem, força e independência, meninas são direcionadas à sensibilidade, ao cuidado e à obediência. A mídia reforça esse padrão: nos contos, filmes e desenhos, o herói ou príncipe sempre é masculino e o papel feminino, passivamente, aguarda ser salva. Os brinquedos também cumprem esse papel simbólico: bonecas, utensílios domésticos e “brincar de casinha” para elas, e carrinhos, ferramentas e jogos de ação para eles.

Além disso, essa construção cultural influencia até as regras familiares: quando meninos iniciam a vida amorosa cedo, são celebrados como “vitoriosos”, já meninas são frequentemente criticadas e vigiadas pelos pais e familiares. Essa diferenciação naturaliza uma relação de posse por parte dos homens, como se a mulher fosse um bem sob seu domínio. Como afirma Saffioti (2015, p.145), “o patriarcado refere-se a milênios da história mais próxima, nos quais se implantou uma hierarquia entre homens e mulheres, com primazia masculina” e se mantém ao legitimar a subordinação feminina.

Nesse contexto, nos crimes passionais, Eluf (2007, p.165) aponta:

Os motivos que levam o criminoso passional a praticar o ato delituoso têm mais a ver com sentimento de vingança, ódio, rancor, frustração sexual, vaidade ferida, narcisismo maligno, prepotência, egoísmo do que com o verdadeiro sentimento de honra.

É essa lógica de propriedade que, associada ao machismo estrutural, torna possível a perpetuação da violência contra a mulher.

Compreender que o gênero é uma construção social e cultural ajuda a evidenciar como, ao longo da história, foram definidos papéis distintos para homens e mulheres. Essa divisão reforça desigualdades desde a infância, ao associar o masculino ao espaço público e ao poder, enquanto o feminino é colocado em segundo plano no ambiente doméstico. Esse processo de socialização faz com que muitas mulheres internalizem sentimento de culpa e aceitem situações de opressão como algo natural.

Por outro lado, o machismo não se resume a atitudes individuais, mas atravessa instituições, leis e práticas sociais. Essa estrutura consolidada dificulta transformações e perpetua a ideia de que o homem detém autoridade sobre a mulher, o que se expressa de forma extrema na violência de gênero.

Por fim, a violência contra a mulher é a expressão mais extrema da desigualdade de gênero. Ela inclui agressões físicas, psicológicas, sexuais, patrimoniais e morais, refletindo uma lógica de posse ainda presente na sociedade brasileira. A naturalização dessas práticas contribui para sua perpetuação, adiando avanços significativos e evidenciando a necessidade de enfrentar a desigualdade de gênero como um problema estrutural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção social de gênero apresenta consequências profundas e influenciam os mais diversos campos, sejam eles sociais, culturais, políticos e psicológicos. Essa construção, marcada pela naturalização de papéis desiguais entre homens e mulheres, tem como uma das consequências mais graves a violência contra mulher, incluindo formas extremas como o feminicídio.

O resultado desse processo é a manutenção de padrões que legitimam relações de poder desiguais, dificultando avanços em direção à igualdade. Ou seja, a perpetuação de estereótipos de gênero torna-se uma ameaça à construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

- ELUF, Luiza Nagib. **A paixão no banco dos réus**. São Paulo: Saraiva, 2007.
- SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

**INCLUSÃO EM FOCO: adaptações didáticas para inclusão de
estudante com deficiência visual, no ensino superior**

Fagner de Carvalho Rodrigues, fagner.eng.social@gmail.com;
Universidade Estadual do Paraná, Unespar Campus Paranavaí

Eixo Temático 3: Temas transversais

RESUMO: O presente relato ilustra a experiência de adaptação das disciplinas de sociologia e ciência política, com o objetivo de incluir, de forma plena, o aluno com cegueira total, dentro das estratégias pedagógicas e didáticas. Os resultados evidenciaram avanços significativos tanto no desempenho acadêmico do estudante quanto na sensibilidade da turma, que passou a compreender a inclusão como uma prática coletiva e transformadora. A experiência demonstrou que a verdadeira inclusão no ensino superior não se limita à acessibilidade física ou tecnológica, mas requer acolhimento, afeto, diálogo e compromisso ético com a diversidade humana, princípios que também inspiram o trabalho do assistente social.

Palavras-chave: Inclusão, Acessibilidade, Pedagogia Afetiva.

INTRODUÇÃO

A inclusão educacional de pessoas com deficiência no ensino superior constitui um desafio que envolve múltiplas dimensões: pedagógica, institucional, relacional e afetiva. Ainda que amparada por legislações específicas e políticas públicas de acessibilidade, a efetivação desse direito demanda iniciativas concretas que promovam, a superação de barreiras físicas, comunicacionais e atitudinais.

Na Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), campus Paranavaí, o Projeto Conduz V, desenvolvido no curso de graduação em Serviço Social, constitui uma dessas iniciativas. Em continuidade às práticas estabelecidas nas edições anteriores (2021, 2022 e 2023), o projeto tem como objetivo dar suporte contínuo e interdisciplinar aos estudantes com necessidades educativas especiais, sob supervisão docente e com apoio da coordenação do curso e de

professores de áreas específicas e afins. A proposta envolve o acompanhamento individualizado, realizado por uma estudante veterana, que atua no planejamento de estudos, na organização das atividades acadêmicas e na inserção dos estudantes em ações de ensino, pesquisa e extensão. Ela surge em resposta direta às demandas de monitoria apontadas por estudantes e docentes, e se baseia nas orientações do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Inclusão (NESPI), Centro de Direitos Humanos (CEDH) e do Atendimento Educacional Especializado (AEE), contando com acompanhamento institucional permanente.

Esse relato descreve a experiência vivenciada ao longo de 2024, no âmbito do Projeto Conduz V, relacionada à adaptação das aulas de sociologia e ciência política, objetivando a inclusão plena de um estudante com cegueira total. O foco está na construção de estratégias didáticas acessíveis, no fortalecimento da integração entre os discentes e na valorização da pedagogia afetiva como eixo central do processo de ensino-aprendizagem. Ao compartilhar essa vivência, busca-se contribuir para o debate sobre práticas inclusivas no ensino superior e para a consolidação de uma universidade verdadeiramente democrática e acessível a todas e todos.

MATERIAIS E MÉTODOS

O presente relato é produto do acompanhamento das dinâmicas acadêmicas observadas nas disciplinas de sociologia e ciência política, com foco no processo de inclusão de um aluno com deficiência visual. Foram consideradas as interações entre os alunos, bem como a análise dos relatórios de monitoria e desempenho acadêmico dos alunos. A observação participante, nesse contexto, foi fundamental para a construção dessa estrutura narrativa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A prática docente não pode prescindir de uma perspectiva que compreenda a inclusão como um processo que se restringe à transformação da estrutura pedagógica. Mantoan (2003) destaca que a verdadeira inclusão exige repensar as formas de ensinar, de avaliar e de se relacionar com os estudantes. A inclusão, portanto, não se limita à adaptação de materiais ou recursos técnicos, mas implica uma reconstrução das relações em sala de aula.

É nesse sentido que a pedagogia afetiva se torna uma aliada fundamental. Inspirada em autores como Paulo Freire (1996), essa abordagem entende o afeto como parte constitutiva do processo educativo. O vínculo entre professor e aluno, baseado no respeito, na escuta e na valorização das subjetividades, é condição para a aprendizagem significativa. A afetividade, nesse contexto, não é uma dimensão secundária, mas central.

Refletindo sobre esse contexto e nos voltando para a experiência relatada, temos no primeiro conjunto de ações o foco no desenvolvimento da autonomia do estudante com cegueira, por meio de atividades de reconhecimento tátil e auditivo do campus, que incluíram a identificação de espaços, rotas e pontos de referência. Em sequência, foram organizadas atividades em grupo com toda a turma, nas quais os estudantes percorreram o campus para conhecer e reconhecer os monumentos, placas, murais e símbolos espalhados pelos espaços institucionais. Durante esse percurso, estabeleceram uma interlocução entre os elementos físicos observados e os conceitos debatidos nas disciplinas, tais como memória, espaço público, identidade, cidadania e democracia — temas centrais tanto em sociologia quanto em ciência política, e que estabelecem diálogo com o serviço social.

Destaca-se especialmente a atividade de registro fotográfico coletivo, que mobilizou toda a turma para uma saída externa. Diferentemente de excluir o aluno com cegueira da produção de imagens por sua limitação visual, os colegas

atuaram como coparticipantes do olhar, descrevendo detalhadamente as paisagens e os elementos visuais. Com o celular em mãos, o próprio estudante recebeu orientação dos colegas sobre o enquadramento da imagem: a posição da câmera, o foco, os elementos centrais e o contexto da cena foram narrados em tempo real, possibilitando que ele realizasse o registro fotográfico com autonomia e segurança.

Após a captura das imagens, o estudante participou da análise coletiva, demonstrando plena compreensão dos conteúdos e dos conceitos relacionados. Essa dinâmica revelou não apenas a eficácia da proposta pedagógica, mas sobretudo seu alcance humano e social. A inclusão não se concretizou na adaptação do estudante à atividade, mas na adaptação da atividade à presença do estudante com deficiência, um movimento que ampliou a sensibilidade dos demais alunos, estimulando empatia, escuta ativa e responsabilidade compartilhada.

Além disso, as aulas incluíram a prática da audiodescrição dos conteúdos visuais, reorganização da dinâmica de sala com foco na oralidade e no diálogo ampliado, e desenvolvimento de atividades integrativas que envolviam toda a turma em discussões baseadas em experiências concretas e compartilhadas.

Ao final do semestre, observou-se não apenas um avanço significativo no desempenho acadêmico do estudante com deficiência visual, mas também uma transformação no ambiente coletivo, com fortalecimento da solidariedade, cooperação e senso de pertencimento.

A formação integral do estudante de serviço social exige essa consciência ética e política. O contato direto com práticas inclusivas, desde o início da graduação, possibilita que esses futuros profissionais levem para os seus contextos de atuação um olhar mais sensível, crítico e transformador, alinhado às expectativas do assistente social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As adaptações pedagógicas descritas nesse relato, se inserem no horizonte do serviço social, profissão historicamente comprometida com a promoção dos direitos humanos, da cidadania e da inclusão social. A presença de um estudante com deficiência visual no curso de serviço social não é apenas uma demanda individual, mas expressão concreta da luta coletiva por uma universidade mais democrática, acessível e sensível à diversidade.

Na experiência relatada, a pedagogia afetiva se manifestou tanto no cuidado com a audiodescrição dos conteúdos, quanto nas atividades integrativas, que buscaram envolver toda a turma no processo de acolhimento e reconhecimento do colega com deficiência visual. Esse movimento produziu efeitos não apenas no rendimento acadêmico do estudante com cegueira, mas também no fortalecimento dos laços de solidariedade e empatia entre os demais alunos.

Essa experiência reafirma o compromisso com uma educação pública, laica, inclusiva e de qualidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar**: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

LIMITES E DESAFIOS DO ACESSO A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

Elaine Correia da Silva, elainecorreiasilva2@gmail.com;
Renato Fernandes de Moraes, renatofernandes3928@gmail.com;
Valquíria da Silva, valfael3@gmail.com;
Profa. Dra. Priscila Semzezem (Orientador/a),
priscila.semzeze@unespar.edu.br,
Universidade Estadual do Paraná, Unespar Campus Paranavaí

Eixo Temático 3: Temas Transversais

RESUMO: Este trabalho é fruto da síntese de uma proposta interdisciplinar para o segundo ano do curso de Serviço Social UNESPAR - Universidade Estadual do Paraná/Campus Paranavaí por meio da articulação dos componentes curriculares: Fundamentos do Serviço Social II, Oficina Profissional do Serviço Social e Política Social. Foi realizado um laboratório, simulando um atendimento. Para esse processo foi necessária uma pesquisa sobre a educação inclusiva no Brasil e será apresentada a sua síntese. Nesse sentido, este trabalho através de uma pesquisa documental e pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa, objetiva problematizar o acesso à educação inclusiva no Brasil. Espera-se que esse estudo possibilite contribuir com a problematização sobre o acesso a inclusão na educação das pessoas com deficiência no Brasil.

Palavras-chave: Direitos, Inclusão, educação.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto da síntese de uma proposta interdisciplinar para o segundo ano do curso de Serviço Social UNESPAR - Universidade Estadual do Paraná/Campus Paranavaí no ano de 2025, e propiciou um laboratório de vivência referente a um atendimento do Serviço Social e a temática exigiu dos discentes uma pesquisa sobre a inclusão educacional.

A educação inclusiva atualmente se constitui um direito regulamentado, entretanto a sua efetivação é um processo em andamento, que apresentam conquistas e limites. Ferreira (2013, p.41) adverte que “[...] a ampliação do acesso à escola não assegura, por si só, a inclusão efetiva, sendo indispensável condições objetivas para a sua realização”. A partir disso, este estudo objetiva

problematizar o acesso à educação inclusiva no Brasil, espera-se que este estudo possa promover o debate e o aprofundamento da temática.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa “[...]abordagem qualitativa se aprofunda no mundo dos significados” (Minayo, 2009, p.22). Também foram utilizados documentos e fontes bibliográficas, conforme Severino (2007, 122) “A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos”. A pesquisa documental consiste na análise de documentos escritos ou não escritos para obter informações sobre um tema ou problema (Severino, 2007).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A trajetória de regulamentação da construção do direito a educação inclusiva no Brasil tem o seu início na Constituição Federal de 1988, em que regulamenta o direito de todos ao acesso a educação. Em 1996 foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB (Brasil,1996) normatizando a inclusão da pessoa com deficiência no âmbito escolar, mas só em 2015 foi aprovada a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - LBI (Brasil, 2015) que assegura o direito a inclusão da pessoa com deficiência no âmbito escolar.

Freitas (2023) destaca que a base legal da educação inclusiva no Brasil também foi pautada pela a convenção da ONU-(Organização das Nações Unidas), realizada em 2006, em que tratou sobre os direitos das pessoas com deficiências, resultando na publicação de um documento que promove a defesa dos direitos PCD – pessoa com deficiência, tais como a educação e a participação plena na sociedade. Em 2008, a Convenção da ONU foi ratificada

no Brasil passando a atuar como um referencial a ser respeitado por todas as leis e políticas brasileiras.

Em 2014 foi elaborado o Plano Nacional de Educação (Brasil, 2014) que estabeleceu metas a serem cumpridas para a universalização do acesso a educação básica e ao AEE- Atendimento Educacional Especializado até 2024. Em 2015 a LBI concretizou e reforçou direitos, entre eles o direito a acessibilidade (Freitas, 2023).

Apesar das garantias legais a implementação da educação inclusiva enfrenta diversos desafios, ainda persiste a falta de capacitação docente, infraestrutura inadequada, recursos pedagógicos insuficientes e preconceito ou resistência cultural dentro das escolas. Heleno (2022) observa que, embora o acesso tenha aumentado, ainda existe uma grande disparidade entre o que a lei prevê e a realidade vivenciada. Ferreira (2013, p.41) também ressalta que “[...]a ampliação do acesso à escola não assegura, por si só, a inclusão efetiva”, evidenciando a lacuna entre direitos formais e práticas concretas.

É necessário desvelar a aparência do direito a inclusão no Brasil, em específico no âmbito das legislações, representar um processo de conquistas, mas insuficiente para assegurar o direito a inclusão. A vivência dos estudantes com deficiências demonstra limites cotidianos como falta de estrutura física, ausência de equipamentos e equipes preparadas para o atendimento.

A democratização não é sinônimo de inclusão, pois essa exige intervenções integradas, articulação entre políticas públicas e práticas pedagógicas contínuas (Ferreira, 2013). Defendemos que é preciso avançar na promoção do desenvolvimento pleno, superando o conceito legal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo apontou que o direito a educação inclusiva no Brasil representa uma conquista social importante, mas ainda requer comprometimento do Estado

e da sociedade para se tornar uma igualitária plena para todos. Em suma, embora a educação inclusiva tenha avançado consideravelmente no Brasil no campo das legislações, ainda há um caminho de conquistas para garantir uma inclusão plena e efetiva. A superação dos desafios depende não apenas da ampliação do acesso, mas também da criação de condições adequadas, como formação de professores, infraestrutura e apoio contínuo. Dessa forma, defendemos que o debate sobre a educação inclusiva deve ser contínuo e pautado por ações concretas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

FERREIRA, Marta Lucia Azevedo. Educação especial e inclusão social na trajetória escolar e laboral para pessoas com deficiência no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 41, p. 23-47, jul./dez. 2013.

FREITAS, M. C. DE. Educação inclusiva: diferenças entre acesso, acessibilidade e inclusão. **Cadernos de Pesquisa**, v. 53, p.10084, 2023.

HELENO, Francielle Cordeiro. Educação inclusiva: legislação, escola e sociedade. **Revista de Educação Inclusiva – REIN**, v. 2, n. 1, p. 59-73, 2022.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 2009.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

ACESSIBILIDADE NA UNESPAR CAMPUS DE PARANAVAÍ: Intervenções e Adequações

Dorvália Lima Benevides, dorvalialb@gmail.com;
Carolina Pereira dos Santos, carolinapereira30@icloud.com;
Fagner de Carvalho Rodrigues, fagner.eng.social@gmail.com;
Teone M. Rios de S. R. Assunção, teone.assuncao@unespar.edu.br;
Universidade Estadual do Paraná, Unespar Campus Paranavaí

Eixo Temático 3: Temas Transversais

RESUMO: Tratar de inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência nas universidades é necessário para fomentar e tornar o ambiente acadêmico cada vez mais inclusivo. Com o objetivo de discutir e analisar ações desenvolvidas com esta finalidade na Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR, campus Paranavaí, é que o presente trabalho foi elaborado utilizando dados e documentos fornecidos pela mesma sobre o assunto. E chegando a percepção de que ações educacionais e intervenções físicas tem se desenvolvido no campus, proporcionando maior acessibilidade bem como melhorado o acesso e permanência de estudantes.

Palavras-chave: Acessibilidade, Adequações, Campus Paranavaí.

INTRODUÇÃO

As discussões sobre acessibilidade em espaços públicos para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida têm ganhado visibilidade à medida que foi se evidenciando a importância e necessidade de incluir e possibilitar o acesso à essas pessoas. A universidade é um exemplo de local público em que a inclusão não ocorre de forma efetiva. Neste contexto, insere-se a Unespar, campus Paranavaí.

O presente resumo expandido tem como objetivo analisar as ações ocorridas no campus de Paranavaí, com a finalidade de implementar intervenções e obras no espaço físico do campus para que o mesmo pudesse oferecer melhores condições de acessibilidade e garantir não apenas o

cumprimento da legislação, mas também o conforto, a autonomia e a segurança de todos que frequentam o espaço.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa se baseou em repositórios de dados oficiais e disponibilizados pela universidade, bem como suporte teórico em diálogo com o tema da acessibilidade. O norte dessa pesquisa foi o conceito de acessibilidade conforme o Decreto nº 5.296/2004, definindo-a como a condição que permite às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida utilizarem, com segurança e autonomia, os espaços, edificações, transportes e meios de comunicação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No ano de 2024 foi implementado o projeto de intervenção, conforme edital, no campus, com o objetivo de promover a reforma para ações de manutenção, que seriam executadas com o intuito de adequar o campus de Paranavaí às normas de acessibilidade vigentes, garantindo condições adequadas de circulação, segurança e inclusão a todos os usuários.

A obra contempla a demolição das rampas existentes em cimento, que apresentavam desníveis de aproximadamente 5 a 8 centímetros entre os corredores e portas de acesso aos ambientes. Esses desníveis dificultavam a locomoção, especialmente de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Após a demolição foi realizada a regularização das superfícies e a construção de novas rampas, devidamente niveladas e com inclinação compatível com as normas técnicas.

Além disso, foi executada a troca completa do revestimento das rampas que ligam os blocos A e B aos blocos C e D. O novo acabamento conta com piso tátil direcional e de alerta, que auxilia na orientação de pessoas com deficiência visual, e com piso emborrachado antiderrapante, proporcionando maior

segurança e conforto aos usuários. A instalação desses elementos visa atender às exigências da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e da ABNT NBR 9050, que trata da acessibilidade em edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos.

O acesso ao bloco A deveria ser regularizado de acordo com as normas técnicas e de acesso em vigência, para eliminar barreiras físicas e melhorar a circulação. Também estava prevista a recuperação e manutenção dos bancos existentes, de modo a preservar o mobiliário urbano e adequá-lo ao novo padrão de acessibilidade do local.

No que diz respeito à porta de acesso ao pátio, foi promovida uma readequação. A antiga porta, localizada no meio da rampa, foi fechada, uma vez que sua posição comprometia a acessibilidade e a segurança. Uma nova porta foi instalada em um ponto mais apropriado, na parte superior da rampa, em que o piso já se encontra nivelado. Nesse novo acesso, foram instalados corrimãos duplos, atendendo às especificações técnicas e proporcionando maior apoio aos usuários, especialmente àqueles com dificuldade de locomoção.

Com essas intervenções, o campus de Paranavaí passaria a oferecer melhores condições de acessibilidade, garantindo não apenas o cumprimento da legislação, mas também o conforto, a autonomia e a segurança de todos que frequentam o espaço.

Para além das intervenções físicas feitas conforme já citado, a universidade como um todo oferece em seu processo de vestibular, atendimento especial para pessoas com deficiência e necessidades especiais, incluindo lactantes, com o objetivo de possibilitar o acesso e realização do processo seletivo e incentivar o ingresso de alunos nessas condições. Tratando especificamente do campus Paranavaí, as ações também se estendem para além do espaço físico e alcançam o ambiente acadêmico e educacional, ele conta com o Núcleo de Educação Especial Inclusiva (NESP), que compõe o

Centro de Educação em Direitos Humanos (CEDH) que, conforme material informativo disponibilizado pelo próprio CEDH, objetiva promover ações para o acesso, inclusão e permanência de grupos socialmente vulneráveis na universidade. O NESPI promove no ambiente acadêmico ações inclusivas e de acesso direcionadas a alunos com deficiência (física, neuromotora, intelectual, sensorial visual, auditiva e surdocegueira), transtornos globais do desenvolvimento/ transtorno do espectro autista, altas habilidades/superdotação e acometimentos psicológicos e físicos que dificultem temporária ou permanentemente o desenvolvimento educacional destes em igualdade com os demais.

Nele os alunos que se encontram nas condições citadas podem encontrar atendimento especializado com ações que levam em consideração suas necessidades específicas e possibilitam o seu aprendizado e desenvolvimento no ambiente acadêmico, encontra suporte pedagógico e inclusivo atendendo às suas demandas com programas e métodos que o ajudam a se integrar, incluir e se desenvolver, além de promover ações educativas para melhor preparar o corpo docente para receber e acolher esses alunos, sendo uma importante ferramenta da universidade, de promoção da inclusão e acessibilidade.

A importância dessas ações no ambiente universitário se mostram evidentes quando observamos os dados do censo da educação superior feito pelo INEP entre os anos de 2010 e 2024 que informa que o número de estudantes com deficiência/ TGD, passou de 7000 para 42177, seja em instituições públicas ou privadas, em todo o país, mostrando que incluir e proporcionar acesso no ensino superior abre portas e caminhos para que pessoas com deficiência tenham a oportunidade de estar no ambiente acadêmico e, sobretudo, permanecerem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dado o exposto, percebemos que os desafios em fazer ou tornar o ambiente acadêmico um lugar de inclusão e acessibilidade, para as pessoas portadoras de deficiência e necessidades especiais são muitos, e que muito ainda há a se fazer para que o mesmo seja plenamente acessível e inclusivo. No entanto, cada ação educacional, programa pedagógico, intervenção ou melhoria, já são capazes de tornar o ambiente mais atrativo e acolhedor, proporcionando às pessoas com deficiência uma relação de equidade e respeito, fazendo com que ocupem mais espaços na sociedade em que estão inseridos.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050:2020 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.

BRASIL. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 3 dez. 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 04 out. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Painel Estatístico do Censo da Educação Superior**. Brasília, DF: INEP, 2025. Disponível em: <https://inepdata.inep.gov.br/painel-es>. Acesso em: 10 out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 10 out. 2025.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ. **Estão abertas as inscrições para o Vestibular 2026**. Disponível em: <https://paranavai.unespar.edu.br/noticias/lista-noticias-gerais/2022-estao-abertas-as-inscricoes-para-o-vestibular-2026>. Acesso em: 13 out. 2025.



**Serviço Social, trabalho profissional e seus desafios
frente ao avanço neoliberal e fragilidade democrática**

ISSN: 2359-1277

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ. Relatório técnico de
acessibilidade para o campus da Universidade Estadual do Paraná
(UNESPAR) de Paranavaí. Paranavaí: UNESPAR, 2024.**

INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: Relato de Experiência

Tháísla Rafaela Aparecida De Lima, thaislarafaela17@gmail.com;
Profa. Dra. Keila Pinna Valensuela, keila.pinna@unespar.edu.br;
Universidade Estadual do Paraná, Unespar Campus Paranaíba

Eixo Temático 3: Temas Transversais

RESUMO: A inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior envolve desafios que ultrapassam a presença física desses estudantes no espaço acadêmico. Em 2025, a experiência de estudantes acompanhados pela monitoria especial na Universidade Estadual do Paraná, Unespar campus Paranaíba evidencia barreiras estruturais, pedagógicas e sociais que impactam o acesso, a permanência e o êxito. A pesquisa participante, de caráter qualitativo, fundamenta-se dialeticamente e articula revisão bibliográfica, análise documental e observação. Os resultados preliminares apontam escassez e sobrecarga de monitores, ausência de formação continuada para docentes, adaptações curriculares e dificuldades no transporte público como fatores críticos. Conclui-se que a inclusão no ensino superior requer mudanças estruturais, pedagógicas e institucionais, além do fortalecimento de políticas que assegurem a permanência estudantil e valorizem a diversidade como parte essencial da experiência universitária.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Direitos da Pessoa com Deficiência; Ensino Superior.

INTRODUÇÃO

A inclusão no ensino superior vai além do cumprimento de exigências legais, trata-se de um processo de construção coletiva, envolvendo estudantes, professores, monitores e equipe pedagógica. Este estudo se fundamenta em dois eixos teóricos principais: a pedagogia crítica de Paulo Freire (Freire, 2019), que entende a educação como prática de liberdade; e o modelo social da deficiência de Mike Oliver (apud Cunha, 2021), que desloca o foco da limitação individual para as barreiras sociais. O objetivo é compreender como tais

referenciais dialogam com a realidade institucional e os desafios enfrentados pelos estudantes com deficiência.

Além disso, reportaremos-nos em legislações nacionais e institucionais da Universidade Estadual do Paraná, Unespar campus Paranavaí, onde sou aluna do terceiro ano do curso de graduação em Serviço Social, acompanhada pelo Atendimento Educacional Especializado/Núcleo de Educação e Política Inclusiva (AEE/NESPI), do Centro de Educação em Direitos Humanos (CEDH), com monitoria especial.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa em questão tem abordagem qualitativa e dialética. Parte da observação participante, bem como foram realizadas análises bibliográficas e documentais, com ênfase em legislações nacionais, como: a Lei Brasileira de Inclusão, Lei nº 13.146/2015 e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), que orientam o direito à educação e à acessibilidade em todos os níveis de ensino.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A realidade vivenciada no programa de monitoria especial demonstra avanços institucionais, mas também limitações significativas. A escassez de monitores e a sobrecarga daqueles que conciliam atividades acadêmicas com o apoio a colegas com deficiência evidenciam que, apesar das intenções inclusivas, a prática ainda se apoia em esforços individuais.

No decorrer da história, observa-se que as ações destinadas às pessoas com deficiência assumiram um caráter assistencialista, direcionando-se predominantemente à institucionalização. Esse processo se constituiu como forma de controle sobre aqueles considerados não produtivamente ativos, contribuindo para a segregação e para a vivência da deficiência como expressão

de opressão social. A sociedade, como aponta Oliver (2008 apud Cunha, 2021), não mede esforços em controlar os desvios dos padrões de normalidade.

Freire (2019) acrescenta que a educação inclusiva requer uma prática transformadora, que ultrapasse o cumprimento formal das leis, como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), e promova uma pedagogia emancipadora. A ausência de formação continuada dos docentes, as barreiras arquitetônicas e as dificuldades de transporte público configuram violações indiretas do direito à educação assegurado por essa legislação e pela Política Nacional de Educação Especial (2008).

Dessa forma, o diálogo entre Oliver e Paulo Freire evidencia que a inclusão é um processo complexo, que demanda articulação entre transformações estruturais, pedagógicas e institucionais. Embora iniciativas como a monitoria especial representem avanços importantes, os desafios observados demonstram que a inclusão ainda é parcial, reforçando a necessidade de ações contínuas e integradas para garantir a plena participação estudantil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão de pessoas com deficiência no Ensino Superior demanda compromisso coletivo e políticas efetivas. Os desafios centrais envolvem: valorização e ampliação da monitoria especial, formação continuada dos docentes, melhorias na acessibilidade física e digital, além de políticas de permanência estudantil. A construção de uma universidade verdadeiramente inclusiva depende do reconhecimento da diversidade como elemento constitutivo da vida acadêmica. Mais do que cumprir normas legais, trata-se de garantir que todos os estudantes tenham condições de desenvolver seu potencial, em uma educação comprometida com a igualdade e a Justiça social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 julho 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 11 ago. 2025.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: Ministério da Educação, 2008. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2025.

CUNHA, Ana Carolina Castro. **Deficiência como expressão da questão social.** Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília (UnB), Brasília/DF, Brasil, n. maio/ago. 2021, p. n. 141, p. 11/19, Aprovado: 22/2/2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/pykStjJty9FMZZTDCdgGCcy/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 13 out. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

A IMPORTÂNCIA DOS CENTROS DE CONVIVÊNCIA PARA O ENVELHECIMENTO ATIVO DA PESSOA IDOSA

Luana Rosa dos Santos Silva; lua.luanna.santtos@hotmail.com;
Profa. Dra. Karima Omar Hamdan; karimahamdan2017@yahoo.com
Universidade Estadual do Paraná, Unespar Campus Paranavaí

Eixo Temático 3: Temas Transversais

RESUMO: Este resumo tem como objetivo geral entender a importância dos centros de convivência para o envelhecimento ativo da pessoa idosa (CCI), e analisar as políticas públicas voltadas à população idosa no Brasil, com ênfase na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e nos Centros de Convivência para Idosos (CCI). A pesquisa, de caráter bibliográfico, buscou compreender os marcos legais e institucionais que sustentam a proteção social da pessoa idosa, como a Lei nº 8.842/1994, que institui a Política Nacional do Idoso, e a Lei nº 10.741/2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso. Identificou-se que as políticas de assistência social, especialmente a Proteção Social Básica (PSB) por meio do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), desempenham papel fundamental na promoção do envelhecimento ativo, saudável e participativo. Os resultados apontam que os CCIS constituem espaços estratégicos para a promoção de vínculos sociais e familiares, favorecendo a autonomia e prevenindo situações de isolamento e exclusão social. Conclui-se que, apesar dos avanços normativos e institucionais, ainda é necessário ampliar o número e a qualidade dos serviços oferecidos, de modo a assegurar à pessoa idosa um processo de envelhecimento digno, autônomo e integrado à sociedade.

Palavras-chave: Pessoa Idosa, Centro de Convivência, Envelhecimento Ativo.

INTRODUÇÃO

O processo de envelhecimento populacional no Brasil demanda atenção especial do poder público e da sociedade civil. A Constituição Federal de 1988, a Política Nacional do Idoso (Lei nº 8.842/1994) e o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) representam importantes marcos na consolidação dos direitos da pessoa idosa. No entanto, a efetividade desses direitos está diretamente ligada à implementação de políticas sociais que buscam garantir autonomia, proteção

e participação social. Nesse contexto, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) se consolidam como instrumentos fundamentais para a proteção social, especialmente por meio dos Centros de Convivência para Idosos (CCI), que desempenham papel essencial na prevenção da exclusão e no fortalecimento dos vínculos comunitários.

MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa foi de caráter bibliográfico e também documental, é uma pesquisa bibliográfica realizada em livros e artigos consultados em meio eletrônico. De acordo com o autor Gil (2008) a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Grande parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisa bibliográfica. E ainda de acordo com o referido autor (2008) a pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes: enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. Os documentos utilizados na pesquisa foram a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), Sistema Único de Assistência Social (SUAS) Política Nacional do Idoso, Estatuto do Idoso, Proteção Social Básica (PSB) .

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo Silva (2018), houve duas conquistas que demarcaram o avanço dos direitos dos idosos no Brasil. A primeira foi a publicação da Lei nº 8.842 de 04 de janeiro de 1994, que é sobre a Política Nacional do Idoso, e a segunda diz respeito à Lei nº 10.741 de 1º de outubro de 2003, o Estatuto do Idoso. Ademais

destas políticas, se destaca a Política Nacional de Assistência Social (PNAS). A PNAS de 1998 traz como objetivo principal a construção de estratégias que possam ajudar a enfrentar a exclusão social. Diante disso, se percebe o esforço em construir uma relação entre Estado e sociedade.

Salienta Silva que a Política de Assistência Social passou por um processo de reorganização, passando por transformações e, em 2004, foi aprovada a nova PNAS e a Norma Operacional Básica (NOB/2005), e assim é instituído o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), demonstrando avanços expressivos. O SUAS é um sistema público que se organiza através de um modo descentralizado os serviços socioassistenciais no País, e tendo como base um modelo de gestão participativo que se tem como destino a articulação de um apoio técnico e recursos financeiros, dos três níveis de governo, e se complementa as competências dos entes federados na gestão, execução e financiamento da PNAS. A Política de Assistência assegura a qualquer cidadão brasileiro direito aos benefícios, serviços, programas e projetos socioassistenciais sem caráter contributivo, isso possibilitaria eliminar ou reduzir situações de vulnerabilidade e/ou fragilidade social dos cidadãos, inclusive o idoso/a.

A PNAS tem ações específicas a serem realizadas com idosos/as em situação de vulnerabilidade social, ou fragilizações de vínculos de vivências, neste caso as ações estão dispostas na PSB. Um desses serviços ofertados por esta proteção para o usuário idoso é o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), que tem por finalidade fortalecer os vínculos tanto no ambiente familiar quanto no comunitário.

Como forma de contribuir no processo de superação das vulnerabilidades decorrentes do processo de envelhecimento, a Política de Assistência através da PSB oferece ao/a usuário/a idoso/a o SCFV, que tem por foco desenvolver atividades que venham a contribuir no processo de envelhecimento saudável, no

desenvolvimento da autonomia e de sociabilidades, assim como busca fortalecer os vínculos familiares e comunitários atuando na prevenção de situações de risco social. Assim, a Política de Assistência oferta ações e serviços que venham a contribuir no processo de autonomia, de realização pessoal e desenvolvimento de potencialidades dos sujeitos, com a finalidade de fortalecer os vínculos tanto familiares quanto sociais dos/das usuários/as atendidos.

Segundo Oliveira, Clemente e Sant'ana (2019), o envelhecimento é um processo natural da vida, no qual deve-se visar uma velhice digna e mantendo ao máximo a capacidade funcional, autonomia e independência. Os Centros de Convivência para Idosos (CCI) têm como contribuição o envelhecimento ativo através das atividades oferecidas para esse público-alvo, visando o envelhecimento saudável e ativo, o convívio comunitário, emancipação do indivíduo, além de prevenir o isolamento e a exclusão social.

Pontuam as autoras Francisco e Pinheiro (2018) que os CCI são colocados como espaços acolhedores e também de comunicação, na forma de ajudar a recuperar os vínculos perdidos, a partir da realização de grupos reflexivos e rodas de conversa, para que a pessoa idosa possa se sentir acolhida em compartilhar sua vida.

De acordo com os autores Oliveira et al. (2025), aqui no Brasil ainda há uma grande necessidade de se construir os Centros de Convivência que atendam às demandas específicas da pessoa idosa. Na promoção de um envelhecimento ativo e saudável, é importante salientar que é essencial que o poder público se empenhe na criação desses espaços, de acordo com os direitos dos idosos previstos na Constituição de 1988, visando assim para a garantia de sua integração social.

As políticas de assistência social avançaram significativamente com a implementação da PNAS e do SUAS, estruturando um modelo descentralizado e participativo de gestão. Entre os serviços ofertados pela Proteção Social

Básica, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) se destaca por atender de forma específica às necessidades da população idosa, promovendo atividades que estimulam a autonomia, a sociabilidade e a integração comunitária. Observou-se que os Centros de Convivência para Idosos (CCI) são espaços estratégicos para o enfrentamento das vulnerabilidades, pois contribuem para a promoção do envelhecimento ativo, para a prevenção do isolamento social e para o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Apesar dos avanços, ainda persiste a necessidade de expansão desses serviços e de maior comprometimento do poder público para atender à crescente demanda dessa população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a proteção social à pessoa idosa no Brasil tem avançado significativamente por meio das políticas públicas de assistência social, especialmente com a consolidação do SUAS e a criação dos CCIs. Tais serviços são fundamentais para a promoção da autonomia, da dignidade e da participação social, colaborando para o envelhecimento saudável e ativo. No entanto, os desafios permanecem quanto à ampliação da cobertura e à efetiva garantia de direitos, sendo imprescindível o fortalecimento das políticas sociais e a criação de mais espaços de convivência que assegurem a integração social e a qualidade de vida da pessoa idosa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Estatuto do Idoso: **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003**. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.741.htm. Acesso em: 7 abr. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Perguntas frequentes**: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV.

Edição revista e atualizada em junho de 2022. Brasília: MDS, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-programas/suas/publicacoes/perguntas_frequentes_SCFV_2022.pdf. Acesso em: 7 abr. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Reimpressão 2014. Brasília: MDS, 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/suas/publicacoes>. Acesso em: 14 jun. 2025.

ENVELHECIMENTO, Portal do. **Os desafios de envelhecer no Brasil**. Disponível em: <https://portaldoenvelhecimento.com.br/os-desafios-de-envelhecer-no-brasil/>. Acesso em: 7 abr. 2025.

FRANCISCO, C. M.; ABRANTES PINHEIRO, M. Espaços de convivência para idosos: benefícios e estratégias. **Revista Recien** - Revista Científica de Enfermagem, [S. l.], v. 8, n. 24, p. 65–72, 2018. DOI: 10.24276/rrecien2358-3088.2018.8.24.65-72.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597011133>. Acesso em: 7 out. 2025.

OLIVEIRA, K. S. de; CLEMENTE, M. P.; SANT'ANA, M. L. A. J. **A importância do Centro de Convivência de Idosos na promoção da qualidade de vida da pessoa idosa**. Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social), v. 0, n. 0, 16 fev. 2019. Acesso em: 1 maio 2025.

O PROCESSO DO ENVELHECIMENTO DA PESSOA IDOSA: Breves Aproximações

Noemia Rosa da Silva Tosta, noemiasilvatosta@gmail.com;
Profa. Dra. Keila Pinna Valensuela, keila.pinna@unespar.edu.br;
Universidade Estadual do Paraná, Unespar Campus Paranavaí

Eixo Temático 3: Temas Transversais

RESUMO: O envelhecimento populacional é um fenômeno demográfico relevante na sociedade brasileira, decorrente do aumento da expectativa de vida e da rápida transição etária. Este processo demanda análise para além de fatores biológicos, abrangendo dimensões sociais, econômicas e emocionais que afetam a qualidade de vida. A partir da revisão bibliográfica, evidencia a necessidade de viabilizar a população idosa, garantindo a participação social e a efetivação de direito da cidadania e na promoção de uma velhice digna.

Palavras-chave: Envelhecimento, Pessoa Idosa, Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

O envelhecimento da população é um tema que tem ganhado cada vez mais importância na sociedade brasileira. Nas últimas décadas, a expectativa de vida aumentou bastante, fazendo com que a quantidade de pessoas idosas crescesse rapidamente. Esse processo não é apenas uma questão de idade ou de saúde física, mas envolve também fatores sociais, culturais, econômicos e emocionais. Assim, compreender o envelhecimento significa olhar para as condições de vida, para as relações sociais e para o modo como cada pessoa entende e vive essa fase da vida. Este resumo se deu por meio de revisão bibliográfica, como recorte da pesquisa a ser desenvolvida como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). O tema é relevante porque, durante muito tempo, as pessoas idosas foram invisíveis para as políticas públicas e para a sociedade. Hoje, com a transição demográfica, torna-se fundamental dar voz a essas pessoas, entender suas vivências e lutar por uma velhice digna. Além disso, o

Serviço Social tem papel essencial nesse processo, pois atua na defesa dos direitos das pessoas idosas e na promoção da cidadania.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este trabalho foi realizado a partir de uma revisão bibliográfica, com abordagem qualitativa e dialética, que considera a pessoa idosa como sujeito histórico e social, inserido em um contexto cheio de contradições. Essa escolha metodológica permite compreender que o envelhecimento não acontece de maneira isolada, mas sim dentro de uma sociedade marcada por desigualdades.

A revisão bibliográfica foi conduzida por meio de seleção livros, artigos científicos e legislações pertinentes ao tema, priorizando fontes atualizadas e de relevância acadêmica. As leituras foram analisadas criticamente e organizadas de forma a subsidiar a reflexão teórica sobre os desafios e as potencialidades do envelhecimento, relacionando com a defesa dos direitos e com o papel do serviço social.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para embasar a pesquisa, foram utilizados autores que tratam o envelhecimento de forma crítica e sensível. Teixeira (2014) destaca que a velhice deve ser entendida dentro da totalidade social, ou seja, levando em conta fatores políticos, econômicos e culturais. Para a autora, não se pode pensar a velhice apenas pelo lado biológico, pois ela é vivida de diferentes maneiras, dependendo do acesso a direitos e oportunidades.

Já Zimerman (2000) defende a importância de ouvir as pessoas idosas, rompendo com estigmas que associam velhice à incapacidade. Sua perspectiva mostra que cada pessoa dá um sentido próprio ao envelhecer, e que essa subjetividade precisa ser valorizada.

Marques (2004), por sua vez, mostra que o envelhecimento é uma construção social que precisa ser ressignificada. Ela destaca a importância das políticas públicas e das instituições no reconhecimento do/a idoso/a como sujeito de direitos, reforçando que envelhecer com dignidade não deve ser privilégio, mas sim um direito de todos. Além das autoras, a pesquisa também se apoia em marcos legais importantes, como o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) e a Política Nacional do Idoso (Lei nº 8.842/1994). Esses instrumentos reconhecem direitos fundamentais, como acesso à saúde, educação, cultura, lazer e transporte, além de proteger contra negligência, discriminação e violência. No entanto, ainda existem dificuldades na prática, já que muitas vezes os direitos garantidos em lei não se concretizam no dia a dia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, mostrou-se que o envelhecimento vai muito além do avanço da idade cronológica. É um processo complexo que envolve transformações físicas, sociais, emocionais e culturais.

Ficou evidente que o envelhecimento é vivenciado de maneiras muito diferentes, conforme o contexto de vida de cada um e as experiências relatadas demonstram tanto os desafios quanto conquista.

Constatou-se que a velhice deve ser compreendida como uma etapa de vida marcada por desafios e potencialidade, em que se torna essencial o reconhecimento dos direitos da pessoa idosa e a implantação de políticas públicas que assegurem qualidade de vida, participação social e autonomia.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Estatuto do Idoso. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.**
Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/10.741.htm
Acesso em: 20 set. 2025.

BRASIL. **Política Nacional do Idoso. Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994.**
Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/10.741.htm.
Acesso em: 23 set. 2025.

MARQUES, Ana Maria. **Construindo a Terceira Idade.** São Paulo: Cortez, 2004.

SIMERMAN, Guite. **Velhice:** aspectos biopsicossociais. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

TEIXEIRA, Solange Maria. Direitos da Pessoa Idosa: desafios à sua efetivação na sociedade brasileira. **Argumentum**, Vitória (ES), v. 6, n. 1, p. 160-173, jan./jun. 2014.

**A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO:
Avanços e Desafios na Transparência Pública**

Márcia do Amaral Inácio, marciaamaral972@gmail.com;
Profa. Dra. Teone Maria Rios de Souza Rodrigues Assunção,
teone.assuncao@unespar.edu.br;
Universidade Estadual do Paraná, Unespar Campus Paranavaí

Eixo Temático 3: Temas Transversais

RESUMO: A Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) regulamenta o direito constitucional de todos os cidadãos ao acesso às informações públicas. Este resumo expandido tem como objetivo analisar os avanços e desafios trazidos pela implementação da Lei de Acesso à Informação (LAI), com destaque para sua relevância no fortalecimento da transparência e da participação social. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica em artigos científicos, documentos oficiais e relatórios de órgãos públicos, possibilitando a sociedade civil acompanhar e fiscalizar as ações estatais. No entanto, ainda existem obstáculos como a falta de padronização nos portais de transparência, a resistência institucional e as limitações no acesso em municípios de pequeno porte. Conclui-se que a efetividade da LAI depende de investimentos em capacitação, cultura de transparência e controle social.

Palavras-chave: Lei de Acesso à Informação, Transparência Pública, Controle Social.

INTRODUÇÃO

O direito de acesso à informação pública é um pilar da democracia, consolidado historicamente a partir de experiências pioneiras, como a lei sueca de 1766, e reforçado após a Segunda Guerra Mundial como um direito humano fundamental. No Brasil, a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) regulamenta o artigo 5º, inciso XXXIII, da Constituição Federal de 1988, inserindo o país no movimento global de governo aberto. A lei fundamenta-se nos princípios de transparência, controle social, combate à corrupção e eficiência administrativa, fortalecendo a participação cidadã e a *accountability*.

Teoricamente, Bobbio (1986) aponta que a visibilidade das ações do poder público é essencial para o controle social; Habermas (1997) ressalta que o acesso à informação permite a formação da opinião e da vontade política na esfera pública; e Rosanvallon (2006) destaca a “contra democracia” como mecanismo de fiscalização contínua do poder. A efetividade da LAI, contudo, depende da capacidade institucional de disponibilizar informações de forma clara e acessível, garantindo que a lei cumpra seu papel de instrumento de participação social e fortalecimento democrático.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa desenvolveu-se por meio de revisão bibliográfica, utilizou -se de artigos acadêmicos, legislações e relatórios oficiais sobre a Lei de Acesso à Informação e a transparência pública. O levantamento teórico permitiu analisar os avanços e desafios relacionados à implementação da LAI, com destaque para experiências nacionais e estaduais, como o caso do Paraná.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Além das dificuldades estruturais e culturais, a efetividade da LAI também está relacionada à capacidade da sociedade civil de se apropriar desse instrumento. Embora a lei represente uma conquista democrática, seu uso ainda é restrito, em grande parte, a jornalistas, pesquisadores e organizações da sociedade civil. Muitos cidadãos desconhecem seus direitos quanto ao acesso à informação, o que limita o alcance da lei e reduz seu potencial de fortalecimento da participação social. Nesse sentido, investir em políticas de educação cidadã é essencial para que o acesso à informação se torne uma prática cotidiana, ampliando o engajamento popular na fiscalização das ações governamentais.

Outro aspecto relevante é a dimensão tecnológica. A digitalização dos serviços públicos e a criação de plataformas de dados abertos ampliaram o acesso às informações de forma mais ágil e acessível. Contudo, persistem problemas como a baixa padronização dos formatos, a falta de atualização constante e a dificuldade de navegação nos portais da transparência, fatores que comprometem a clareza e a utilidade das informações publicadas. Assim, a transparência não deve ser entendida apenas como disponibilização de dados, mas como disponibilização qualificada, compreensível e socialmente útil.

Por fim, destaca-se que a implementação plena da LAI depende de uma mudança estrutural mais profunda no funcionamento da administração pública, de modo a fortalecer os princípios da legalidade, moralidade, publicidade e eficiência previstos na Constituição Federal de 1988. A superação dos desafios identificados requer não apenas o cumprimento formal da lei, mas também o compromisso político e institucional com a democratização da informação, aliado a investimentos em tecnologia, capacitação de servidores e promoção de uma cultura de transparência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Lei de Acesso à Informação consolidou-se como um marco democrático no Brasil, ao ampliar a transparência e possibilitar maior participação da sociedade no controle das ações governamentais. Os resultados analisados, especialmente no caso do Portal da Transparência do Paraná, demonstram avanços significativos na implementação da lei, como a padronização na divulgação de dados e o fortalecimento da cultura de acesso à informação.

Entretanto, os desafios identificados no decorrer da pesquisa — como as limitações tecnológicas, a escassez de pessoal capacitado e a persistência de práticas de sigilo em alguns órgãos — evidenciam que ainda há obstáculos para a consolidação de uma cultura administrativa orientada pela transparência.

Nesse sentido, a efetividade da LAI requer esforços contínuos de investimento em tecnologia, capacitação de servidores e promoção da cidadania ativa, de modo que o acesso à informação se torne um direito efetivamente universal. Assim, somente pela articulação entre Estado e sociedade civil será possível transformar a transparência pública em um instrumento concreto de fortalecimento da democracia e de consolidação da *accountability* no Brasil.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia:** uma defesa das regras do jogo. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. (Pensamento Crítico, v. 63).

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 set. 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.** Regula o acesso a informações previsto na Constituição Federal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 30 set. 2025.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia:** entre facticidade e validade. v. 1. Tradução de Flávio Beno Siebeneicher. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

ROSANVALLON, Pierre. E as metamorfoses da legitimidade democrática. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA**, 14., 2009, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: Universidade Federal de Santa Catarina, 2009. Grupo de trabalho: Estado e Sociedade na Modernidade Atual.

A MOBILIZAÇÃO ESCOLAR ANTIRRACISTA: o surgimento e as ações do Coletivo Negro no Colégio Humberto de Campos

Poliana da Silva Berto, poliana.berto@escola.pr.gov.br;
Guilherme da Cruz Ferreira, guilherme.cruz.ferreira@escola.pr.gov.br;
Julia de Oliveira Nunes, oliveira.nunes.julia@escola.pr.gov.br;
Betânia Rios de Souza (Professora Orientadora),
betania.souza@escola.pr.gov.br;
Colégio Estadual Humberto de Campos

Eixo Temático 3: Temas Transversais

RESUMO: O presente trabalho apresenta a experiência de criação e desenvolvimento do Coletivo Negro do Colégio Estadual Humberto de Campos, em Querência do Norte – PR, como ação extensionista e formativa oriunda da boa prática da professora Betânia Rios de Souza, no âmbito do Grupo de Estudos Formadores em Ação da SEED/PR. O coletivo emergiu a partir de uma pesquisa quantitativa sobre autodeclaração racial entre os estudantes, realizada com o objetivo de compreender como os discentes se reconhecem racialmente e identificar situações de racismo no contexto escolar. A iniciativa resultou na criação de um espaço seguro e de diálogo aberto, promovendo a valorização da identidade negra, o protagonismo estudantil e a reflexão crítica sobre a representatividade étnico-racial. As ações envolveram produção audiovisual, debates, participação em conferências e eventos culturais e científicos. Os resultados apontam para o fortalecimento das práticas de educação antirracista e o empoderamento dos estudantes enquanto sujeitos de transformação social.

Palavras-chave: Protagonismo estudantil, Coletivo Negro, Escola pública.

INTRODUÇÃO

A consolidação de práticas pedagógicas comprometidas com os direitos humanos e com a diversidade étnico-racial constitui um dos pilares de uma educação pública democrática e de qualidade social. Nesse sentido, a criação do Coletivo Negro no Colégio Estadual Humberto de Campos surgiu como prática inovadora, resultante da boa prática da professora Betânia Rios de Souza, integrante do Grupo de Estudos Formadores em Ação da Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED/PR).

A proposta teve como ponto de partida a necessidade de promover ações que efetivassem a Lei nº 10.639/2003, que inclui o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira no currículo escolar, e de responder às recorrentes situações de racismo observadas no ambiente escolar. A partir de uma pesquisa sobre autodeclaração racial entre os estudantes, emergiu o propósito de criar um espaço de escuta, reflexão e valorização da identidade negra, culminando na fundação, em abril de 2025, do Coletivo Negro em Ação.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa inicial que fundamentou a criação do coletivo foi de natureza quantitativa e descritiva, aplicada a estudantes do ensino fundamental, médio e profissionalizante. O instrumento de coleta consistiu em um questionário sobre autodeclaração racial, percepção de identidade e experiências de discriminação. Os dados obtidos possibilitaram traçar o perfil étnico-racial da escola e subsidiaram o planejamento das ações do coletivo.

O processo de institucionalização do grupo ocorreu em abril de 2025, em um encontro formativo entre professores e estudantes. A metodologia do coletivo baseou-se em princípios de escuta ativa, diálogo e construção coletiva do conhecimento, articulando práticas de pesquisa, expressão artística e ação política.

Dentre as atividades desenvolvidas, destacam-se: rodas de conversa e partilha de experiências de discriminação racial; produção do vídeo-documentário “Como me vejo e como me veem”; elaboração de propostas para conferências; e participação em congressos e seminários.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A experiência do Coletivo Negro revelou-se um espaço potente de formação cidadã e emancipatória. O primeiro resultado concreto foi a produção do vídeo-documentário com entrevistas e relatos dos estudantes, no qual emergem reflexões sobre identidade, representatividade e pertencimento racial. Essa produção audiovisual não apenas deu visibilidade às vozes dos jovens negros, mas também promoveu um diálogo intergeracional dentro da escola, estimulando o reconhecimento e o respeito à diversidade.

Em junho de 2025, o coletivo promoveu o evento “Tributo à Abolição dos Povos Escravizados”, com palestra temática e performance artística dos estudantes, valorizando a ancestralidade e a resistência do povo negro. O grupo também teve presença significativa em eventos externos, como o Encontro do Grêmio Estudantil do NRE de Loanda, o I Seminário da Diversidade e Consciência Étnico-Racial no Colégio Constantino Marochi (Santa Cruz do Monte Castelo) e o Formadores em Ação.

Um marco importante foi a participação dos estudantes no IV Congresso de Formadores em Ação, realizado em Foz do Iguaçu, onde apresentaram o trabalho sobre a criação e as ações do Coletivo Negro. Essa participação proporcionou aos alunos a oportunidade de divulgar, em âmbito estadual, a relevância do coletivo como estratégia pedagógica e política de enfrentamento ao racismo nas escolas, representando o reconhecimento institucional do protagonismo estudantil e o fortalecimento das práticas de educação antirracista.

Outro resultado expressivo foi a participação do coletivo na IV Conferência de Promoção da Igualdade Racial, em maio de 2025. As propostas elaboradas pelos estudantes — cinco das quais avançaram à etapa estadual e duas à nacional — abordaram temas como a criação de políticas de educação ambiental antirracista e a ampliação da adesão de municípios ao Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial, fortalecendo ações afirmativas em todo o país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência do Coletivo Negro em Ação reafirma o papel da escola pública como espaço de diálogo, resistência e construção coletiva de saberes. A iniciativa, originada no contexto do Formadores em Ação, mostra como práticas pedagógicas fundamentadas na escuta, na pesquisa e na valorização da identidade podem fomentar a educação antirracista e o protagonismo juvenil.

Os resultados alcançados — produção de material audiovisual, participação em eventos científicos e proposição de políticas públicas — comprovam que o protagonismo estudantil, aliado à mediação pedagógica comprometida, é capaz de impulsionar mudanças reais nas relações raciais e nas práticas escolares. Assim, o Coletivo Negro consolida-se como exemplo de política educativa emancipatória e de promoção da igualdade racial.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Midian Domingos Alves de; TEIXEIRA, Vanessa Ribeiro. **A problemática do ensino da cultura africana**: principais debates e reflexões acerca das religiões afro-brasileiras. Disponível em: <https://xjournals.com/collections/articles/Article?qt=pNGly7BUHXUapgsdP1tZP4/mbxZxERB6OelK2CTqKV0iQRv7KXReUIYho6VI2qUCwe1K89Mc0nDD952OcCOg+A==>. Acesso em: 9 out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n. 65, p. 67–84, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/vWCWgfkQDBqTLWVVJLgzjCN/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 9 out. 2025.



**Serviço Social, trabalho profissional e seus desafios
frente ao avanço neoliberal e fragilidade democrática**

ISSN: 2359-1277

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Formadores em
Ação: Cadernos de Formação Continuada. Curitiba: SEED/PR, 2024.

**COLETIVO NEGRO EM AÇÃO: Protagonismo Estudantil e Educação
Antirracista no Colégio Estadual Humberto de Campos**

Julia de Oliveira Nunes, oliveira.nunes.julia@escola.pr.gov.br;
Guilherme da Cruz Ferreira, guilherme.cruz.ferreira@escola.pr.gov.br;
Poliana da Silva Berto, poliana.berto@escola.pr.gov.br;
Betânia Rios de Souza (Professora Orientadora)⁶,
betania.souza@escola.pr.gov.br;
Colégio Estadual Humberto de Campos

Eixo Temático 3: Temas Transversais

RESUMO: A promoção da equidade racial e a valorização da cultura afro-brasileira nas escolas vão além do cumprimento da Lei nº 10.639/03, sendo essenciais para fortalecer identidades, combater o racismo e reconstruir aprendizagens historicamente negligenciadas. Este trabalho apresenta a experiência de criação do Coletivo Negro no Colégio Estadual Humberto de Campos, em Querência do Norte – PR, desenvolvida no âmbito do grupo “Formadores em Ação: História e Cultura Afro-Brasileira”, em parceria com o Grêmio Estudantil Florestan Fernandes. A iniciativa teve como objetivo valorizar a cultura afro-brasileira, fortalecer a identidade dos estudantes negros e promover um ambiente escolar mais inclusivo e antirracista. A metodologia envolveu uma pesquisa diagnóstica, por meio de questionário aplicado a todos os estudantes, e encontros de escuta ativa com alunos autodeclarados negros, organizados em rodas de conversa. Os resultados apontam avanços significativos na conscientização racial, na autoestima dos estudantes e na incorporação de práticas pedagógicas antirracistas. O coletivo se consolidou como um espaço de pertencimento e protagonismo estudantil. A experiência demonstra o potencial da escola como espaço de resistência, valorização da diversidade e formação cidadã, reforçando a importância do professor como mediador de práticas transformadoras e do estudante como sujeito ativo na construção de uma educação inclusiva e antirracista.

Palavras-chave: Protagonismo estudantil, Educação antirracista, Cultura afro-brasileira.

⁶ BETANIA RIOS DE SOUZA é graduada em Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá - UEM pós-graduada pelo Programa de Desenvolvimento Educacional PDE em Geografia UEM. É professora concursada pela Secretaria do Estado da Educação (SEED/PR) e atualmente atua no Colégio Estadual Humberto de Campos vinculado à SEED, como professora de Geografia readaptada.

INTRODUÇÃO

A promoção da equidade racial e a valorização da cultura afro-brasileira configuram-se como desafios urgentes no campo educacional, e vai além do cumprimento formal da Lei nº 10.639/2003 e demanda práticas pedagógicas que reconheçam identidades, enfrentem o racismo e valorizem saberes historicamente silenciados. Nesse contexto, as políticas públicas de formação continuada da Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED), por meio do Grupo de Estudos Formadores em Ação, regulamentadas pela Resolução nº 4.817/2021Seed, constituem um importante instrumento de apoio à implementação de ações transformadoras no ambiente escolar.

A partir dessa perspectiva, o presente trabalho tem como proposta a criação e consolidação do Coletivo Negro no Colégio Estadual Humberto de Campos, em Querência do Norte – PR, como espaço formativo e de protagonismo estudantil voltado à reflexão crítica sobre as relações étnico-raciais. A iniciativa objetiva diagnosticar a percepção dos estudantes quanto à representatividade negra e às manifestações de racismo no contexto escolar, desenvolver rodas de conversa e momentos de escuta com estudantes autodeclarados negros, bem como elaborar coletivamente um plano de ações pedagógicas, artísticas e culturais voltadas à valorização da cultura afro-brasileira. Busca-se, com isso, estimular o protagonismo juvenil, fortalecer o sentimento de pertencimento e promover a construção de uma escola mais inclusiva, democrática e antirracista.

MATERIAIS E MÉTODOS

O projeto “Coletivo Negro em Ação: Protagonismo Estudantil e Educação Antirracista” foi desenvolvido no Colégio Estadual Humberto de Campos, em Querência do Norte – PR, envolvendo turmas do Ensino Fundamental II, Ensino

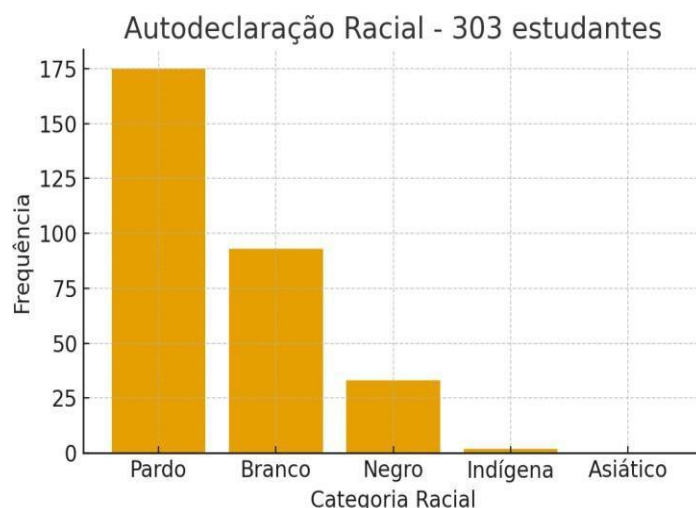
Médio e Educação Profissional. Com abordagem mista, combinando métodos quantitativos e qualitativos, o projeto buscou diagnosticar a realidade escolar e propor ações pedagógicas de valorização da cultura afro-brasileira. Foram utilizados questionários sobre autodeclaração racial, percepção de racismo e representatividade, além de recursos audiovisuais e espaços da escola para rodas de conversa e encontros do coletivo, contando com apoio da equipe pedagógica e do Grêmio Estudantil.

A metodologia compreendeu três fases: diagnóstico institucional, formação e escuta dos estudantes autodeclarados negros, e planejamento e implementação de ações coletivas, como debates, exposições artísticas, produções culturais e campanhas educativas. Essas etapas fortaleceram a autoestima, o protagonismo juvenil e a identidade negra, consolidando o Coletivo Negro como espaço contínuo de educação antirracista, cidadania e promoção da equidade racial.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa, aplicada a 303 estudantes do Colégio Estadual Humberto de Campos, evidenciou a diversidade étnico-racial da comunidade escolar e os desafios relacionados à valorização identitária. Os dados de autodeclaração racial revelaram que 57,8% dos estudantes se identificam como pardos, 30,7% como brancos, 10,9% como negros, 0,7% como indígenas e nenhum como asiático, indicando baixa representatividade negra e indígena.

Figura 1 – Distribuição dos estudantes por autodeclaração racial



Esses resultados apontam para a necessidade de ações que promovam o reconhecimento e a valorização das identidades raciais no contexto escolar. A implementação do projeto Coletivo Negro em Ação configurou-se como uma estratégia de enfrentamento ao racismo estrutural, ao criar um espaço de acolhimento, escuta e empoderamento dos estudantes autodeclarados negros.

As rodas de conversa, oficinas culturais e ações colaborativas com o Grêmio Estudantil favoreceram o protagonismo juvenil, a autoestima e o sentimento de pertencimento, além disso, promoveu reflexões críticas sobre identidade e igualdade racial. Assim, o Coletivo consolidou-se como um espaço permanente de formação cidadã e educação antirracista, contribuindo para a construção de um ambiente escolar mais justo, plural e comprometido com os direitos humanos e a equidade racial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência do projeto “Coletivo Negro em Ação: Protagonismo Estudantil e Educação Antirracista” evidencia o potencial transformador da escola como espaço de diálogo, acolhimento e valorização da diversidade. A

partir da escuta e do protagonismo dos estudantes, foi possível fortalecer a identidade negra, promover a consciência racial e consolidar práticas pedagógicas voltadas à equidade. A criação do Coletivo Negro no Colégio Estadual Humberto de Campos contribuiu para o enfrentamento do racismo e a reconstrução de narrativas positivas sobre a população negra, reafirmando o compromisso ético e pedagógico da Lei nº 10.639/2003. Assim, o projeto consolida-se como um espaço permanente de resistência e transformação social, fortalecendo o papel da escola na formação de sujeitos críticos, conscientes e comprometidos com uma educação antirracista e inclusiva.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 29 abr. 2025

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GUIMARÃES, A. S. A.; RIOS, F.; SOTERO, E. Coletivos negros e novas identidades raciais. **Novos Estudos** – CEBRAP, São Paulo, v. 39, n. 2, p. 445–462, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/vWCWgfkQDBqTLWVVJLgzjCN/>. Acesso em: 28 abr. 2025.



**Serviço Social, trabalho profissional e seus desafios
frente ao avanço neoliberal e fragilidade democrática**

ISSN: 2359-1277

**PARTE II – PROJETOS DE INTERVENÇÃO EM ESTÁGIO
SUPERVISIONADO DE SERVIÇO SOCIAL**



**Serviço Social, trabalho profissional e seus desafios
frente ao avanço neoliberal e fragilidade democrática**

ISSN: 2359-1277

**PROPOSTAS E RESULTADOS DE PROJETOS DE INTERVENÇÃO DE
ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL REALIZADOS NO
ANO DE 2025**

**CUIDANDO DE QUEM CUIDA: fortalecimento das cuidadoras de pessoas
com deficiência com o apoio do Serviço Social no CAPD**



**CUIDANDO DE QUEM CUIDA: FORTALECIMENTO DAS CUIDADORAS DE
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA COM O APOIO DO SERVIÇO SOCIAL NO CAPD**

Acadêmica: Daniela Lopes Casiano
Supervisora Acadêmica: Tânia Mara da Silva
Supervisora de Campo: Tainá de Lima Costa

APRESENTAÇÃO

O Centro de Atendimento às Pessoas com Deficiência (CAPD) "Rosimeire Barbosa Navarro" integra a Política de Assistência Social, garantindo direitos previstos na Constituição Federal, na Lei Brasileira de Inclusão (LBI - Lei nº 13.146/2015) e no Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Atua frente a desafios como exclusão, preconceito, barreiras de acessibilidade e desigualdade de oportunidades. Este Projeto de Intervenção visa acolher e fortalecer mães cuidadoras de pessoas com deficiência, reconhecendo os impactos da rotina de cuidados em sua saúde física, emocional e social.

OBJETIVO GERAL

Promover o fortalecimento das cuidadoras de pessoas com deficiência atendidas pelo CAPD, por meio de ações socioassistenciais que favoreçam acolhimento, autocuidado e redes de apoio.

JUSTIFICATIVA

Segundo Barros et al. (2025) o cuidado contínuo recai majoritariamente sobre mulheres, em sua maioria mães, que enfrentam sobrecarga, isolamento e negligência institucional. Este Projeto responde a essas demandas, criando espaços de acolhimento, escuta, apoio psicossocial e convivência às mulheres cuidadoras diretas de pessoas com deficiência atendidas pelo CAPD, majoritariamente mães em situação de vulnerabilidade social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS**. Brasília, 2004. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm. Acesso em 16/10/2025.
BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão – Lei nº 13.146/2015**. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em 16/10/2025.
BARROS; CORTELLAZZI, REZENDE E POSSOBOM. **Psicologia Argumento** 2025file:///C:/Users/USER/Downloads/32017-Texto%20do%20Artigo-48586-79263-10-20250225%20(1).pdf. 02 Set.2025.

Centro de Atendimento à Pessoa com Deficiência
"Rosimeire Barbosa Navarro"
Rua Serafim Afonso Costa, 3170 – Jardim Ouro Branco,
Paranavaí – PR
Contato: (44) 99800-7747 |
E-mail: assistencia01.paranavaí@apaeprr.org.br

**Centro de Atendimento à Pessoa
com Deficiência
"Rosimeire Barbosa Navarro"**



CUIDANDO DE QUEM CUIDA: o papel do serviço social junto às famílias atípicas



Cuidando de Quem Cuida: o papel do Serviço Social junto às famílias atípicas

Nome do/a estudante: Heloisa Mewes Arruda

Nome do Sup. acadêmica: Tânia Mara da Silva

Nome do Sup. de campo: Priscila dos Santos Pardini

1. Apresentação

O Projeto de Intervenção será desenvolvido no Centro de Apoio ao Autista de Paranavaí (CAAP), instituição voltada à defesa dos direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e suas famílias. Tendo como foco o atendimento às famílias atípicas – que assumem o cuidado integral de filhos com TEA –, promovendo informação, escuta e fortalecimento de vínculos e direitos. O/a assistente social atua como mediador/a entre as famílias atípicas e os serviços públicos, promovendo acesso aos direitos, orientação qualificada e fortalecimento de redes de apoio, baseado no Código de Ética Profissional. Este Projeto reafirma o compromisso do Serviço Social com a justiça social e a defesa dos direitos humanos.

2. Objetivos geral

Promover o acesso à informação e o fortalecimento de redes de apoio às mães atípicas e responsáveis legais, por meio de oficinas e conteúdos digitais.

3. Justificativa

Famílias atípicas enfrentam sobrecarga física e emocional, exclusão do mercado de trabalho e dificuldade no acesso a direitos e benefícios sociais. A falta de informação e apoio institucional agrava sua vulnerabilidade. O Projeto surge como resposta a essa invisibilidade, buscando garantir cidadania e dignidade por meio de ações socioeducativas desenvolvidas por profissionais do Serviço Social. Tem como público-alvo mães e responsáveis legais de crianças e adolescentes com TEA atendidas pelo CAAP, residentes em Paranavaí, que enfrentam dificuldades no acesso às políticas públicas e aos seus direitos.

Referências Bibliográficas

AUTISMO LEGAL. **Direitos do autista**. Disponível em:
<https://autismolegal.com.br/direitos-do-autista/>

CAAP - CENTRO DE APOIO AO AUTISTA. **Quem Somos**.
Disponível em: <https://www.caap.org.br/quem-somos>.

CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Parâmetros para atuação de assistentes sociais na Política de Assistência Social**. Brasília: CFESS, 2011.
Disponível em: <https://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/988>.

Local de Estágio: Centro de Apoio ao Autista de Paranavaí (CAAP)

Endereço: Rua Ettore Giovini, 2793, Paranavaí - PR

Contato: (44) 99180-3202 e-mail: caap.pvai@gmail.com

O SERVIÇO SOCIAL E O ASSESSORAMENTO NA EFETIVAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE POR MEIO DAS CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE DA 14ª REGIÃO DE SAÚDE



O Serviço Social e o assessoramento na efetivação do direito à saúde por meio das Conferências Municipais de Saúde da 14ª Regional de Saúde.

1. Apresentação

As Conferências Municipais de Saúde, previstas na Lei nº 8.142/1990, são instâncias democráticas e participativas essenciais para o fortalecimento do SUS, realizadas a cada quatro anos nos âmbitos municipal, estadual e nacional. No entanto, em diversos municípios da 14ª Regional de Saúde, persistem dificuldades de mobilização social, articulação intersetorial e sistematização das propostas, o que fragiliza o controle social e limita o acesso ao direito à saúde.

2. Objetivo geral

Contribuir no assessoramento através de apoio técnico aos municípios que não inseriram as propostas das Conferências ou plenárias municipais de saúde nos Planos Municipais de Saúde, visando a inserção e efetivação do planejamento da política com vistas a garantia do direito à saúde.

Discente: Márcia do amaral Inácio
Sup.Acadêmico: Profª. Drª. Tânia Mara da Silva
Sup. de campo: Me. Valeria Cristina Dadalto Pimentas de souza

3. Justificativa

As Conferências Municipais de Saúde configuram-se como espaços estratégicos de participação e deliberação social no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). No entanto, no contexto dos municípios pertencentes à 14ª Regional de Saúde, observam-se fragilidades significativas na mobilização social, na articulação intersetorial e na sistematização das propostas construídas coletivamente. Essas limitações resultam no enfraquecimento do controle social e da democracia participativa. Diante desse cenário, torna-se necessário analisar os principais entraves existentes e propor estratégias que contribuam para o fortalecimento da participação popular e para o aprimoramento da formulação de políticas públicas em saúde.

Referências Bibliográficas

BRASIL, Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.

BRASIL, Lei nº 8.142, de 28 dez. 1990. Diário Oficial da União, 31 dez. 1990.

Regimento Interno das Regionais de Saúde da SESA/PR

14ª Regional de Saúde de Paranavaí
Rua Bahia, nº17, Centro
scaera14rs@sesa.pr.gov.br
(44) 3421-3524



**REDES QUE INFORMAM: Serviço Social e o acesso à informação sobre
direitos sociais, benefícios e serviços do CRAS-Vicente Simino**



**Redes que informam: Serviço Social e o acesso à
informação sobre direitos sociais, benefícios e
serviços do CRAS -Vicente Simino.**

Aluna: Maria Eduarda Moraes Pais

Supervisora acadêmica: Tânia Mara da Silva

Supervisora de Campo: Gabriela Santana Andrade

1. Apresentação

Este projeto de intervenção, em elaboração no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Vicente Simino, justifica-se em decorrência da observação da necessidade de ampliação da socialização de informações sobre os direitos sociais, benefícios e serviços da instituição. Propõem-se a disseminar informações utilizando as redes sociais como uma ferramenta de comunicação e informação da temática.

2. Objetivo Geral

Criar conteúdo para as redes sociais objetivando informar sobre: direito, benefícios e serviços oferecidos pelo CRAS.

4. Justificativa

A partir das entrevistas sociais e visitas realizadas, evidencia-se a necessidade de ampliação da socialização de informações sobre os direitos sociais, benefícios e serviços que compete ao CRAS. Cabe ressaltar que as normativas que regulamentam a Política de Assistência Social assim como o Serviço Social, preconizam em seus princípios o acesso à informação como um direito humano. Neste sentido, busca-se com este Projeto democratizar a informação e assegurar a universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais.

5. Referências

CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Código de Ética Profissional do/a Assistente Social*. Brasília, DF: CFESS, 2011. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 2 ago. 2025.
BRASIL. *Política Nacional de Assistência Social*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. 2004.

Rua Platão, nº1894 -Centro - Alto Paraná - Pr - CEP: 87750-000
Fone: (44) 3447-2222/ (44) 99721-0241

A ARTE DE ENVELHECER: Histórias e Reflexões



**A ARTE DE ENVELHECER:
HISTÓRIAS E REFLEXÕES**

Estudante: Noemia Rosa da Silva Tosta
Supervisora Acadêmica: Tânia Mara da Silva
Supervisora de campo: Ranielli Coito

1- Apresentação

O Instituto Mauricio Gehlen é uma associação sem fins lucrativos voltada à cidadania inclusão de pessoas idosas. O Centro de Convivência do Idoso (CCI), oferece gratuitamente oficinas e atendimentos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

2- Justificativa

O CCI desenvolve grupos socioeducativos voltados a idosos que convivem com familiares usuários de substâncias psicoativas, com o objetivo de fortalecer os vínculos familiares e comunitários, além de promover acolhimento e apoio emocional. A proposta de intervenção surgiu a partir de uma pesquisa realizada em parceria com a UNESPAR, que identificou 17 idosos convivendo diretamente com familiares em situação de uso de substâncias psicoativas.

3- Objetivo Geral

Fortalecer os vínculos familiares e comunitários de idosos atendidos pelo Centro de Convivência do Idoso Instituto Mauricio Gehlen, por meio da realização de grupos socioeducativos mensais que promovam escuta qualificada, troca de experiências, orientação sobre direitos sociais e políticas públicas, e atividades lúdicas, contribuindo para o protagonismo, a autonomia e a melhoria da qualidade de vida dos participantes.

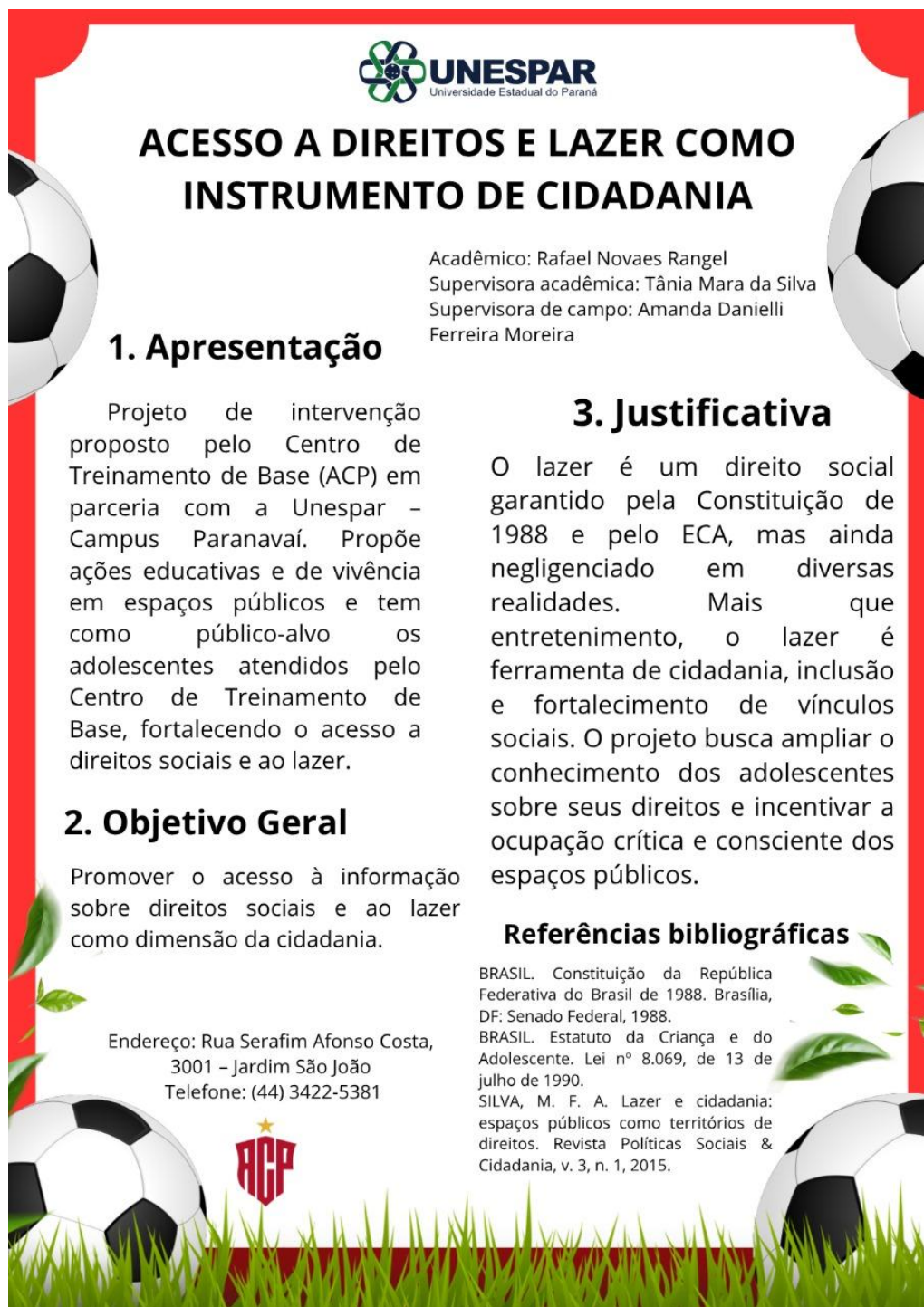
REFEÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARMO Michelly, Eustaquia; GUIZARDI, Francini Lube. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. Cad .Saude Pública 2018; p.34.

R. Flauzino Dias Viégas, 1001,
Jardim Campo Bello,
contato@institutomauriciogehlen.com.br
(44) 3422-9815



ACESSO A DIREITOS E LAZER COMO INSTRUMENTO DE CIDADANIA



 **UNESPAR**
Universidade Estadual do Paraná

ACESSO A DIREITOS E LAZER COMO INSTRUMENTO DE CIDADANIA

Acadêmico: Rafael Novaes Rangel
Supervisora acadêmica: Tânia Mara da Silva
Supervisora de campo: Amanda Danielli
Ferreira Moreira

1. Apresentação

Projeto de intervenção proposto pelo Centro de Treinamento de Base (ACP) em parceria com a Unespar – Campus Paranavaí. Propõe ações educativas e de vivência em espaços públicos e tem como público-alvo os adolescentes atendidos pelo Centro de Treinamento de Base, fortalecendo o acesso a direitos sociais e ao lazer.

2. Objetivo Geral

Promover o acesso à informação sobre direitos sociais e ao lazer como dimensão da cidadania.

Endereço: Rua Serafim Afonso Costa,
3001 – Jardim São João
Telefone: (44) 3422-5381



3. Justificativa

O lazer é um direito social garantido pela Constituição de 1988 e pelo ECA, mas ainda negligenciado em diversas realidades. Mais que entretenimento, o lazer é ferramenta de cidadania, inclusão e fortalecimento de vínculos sociais. O projeto busca ampliar o conhecimento dos adolescentes sobre seus direitos e incentivar a ocupação crítica e consciente dos espaços públicos.

Referências bibliográficas

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.
SILVA, M. F. A. Lazer e cidadania: espaços públicos como territórios de direitos. Revista Políticas Sociais & Cidadania, v. 3, n. 1, 2015.

**O PAPEL DO SERVIÇO SOCIAL NO ACESSO AO AUXÍLIO-INCLUSÃO:
garantia e fortalecimento de direitos de famílias
de pessoas com deficiência**



**O PAPEL DO SERVIÇO SOCIAL NO ACESSO
AO AUXÍLIO-INCLUSÃO: GARANTIA E
FORTALECIMENTO DE DIREITOS DE
FAMÍLIAS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

Acadêmica: Tháísia Rafaela Aparecida De Lima
Sup. Acadêmica: Profª: Tania Mara da Silva
Sup. de Campo: Angela Kotsubo

APRESENTAÇÃO:

O Centro de Atendimento à Pessoa com Deficiência "Rosimeire Barbosa Navarro", da APAE de Paranavaí, atua como Centro-Dia da Proteção Social Especial, oferecendo atendimento a pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade. O Projeto de Intervenção visa orientar sobre o Auxílio-Inclusão, benefício de meio salário-mínimo destinado às pessoas com deficiência que ingressam no mercado de trabalho e que recebem ou receberam o Benefício de Prestação Continuada (BPC). As ações incluem rodas de conversa, oficinas e materiais informativos, promovendo acesso a direitos, inclusão socioproductiva e cidadania. A solicitação do benefício pode ser feita pelo Meu INSS, telefone 135 ou presencialmente.

OBJETIVO GERAL:

Promover o acesso à informação e orientação sobre o Auxílio-Inclusão às famílias beneficiárias do BPC, fortalecendo os direitos socioassistenciais e a participação social.

JUSTIFICATIVA:

Identificou-se uma lacuna informativa sobre o Auxílio-Inclusão (Lei nº 14.176/2021). Muitas famílias temem a perda do BPC ao ingressar no mercado de trabalho, o que limita a inclusão socioproductiva. Neste sentido esse Projeto de Intervenção se propõe a fortalecer direitos e autonomia das famílias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.
BRASIL. Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993 - Dispõe sobre a Lei Orgânica da Assistência Social. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm. Acesso em 16/10/2025.
BRASIL. Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em 16/10/2025.
BRASIL. Lei nº 14.176 de 22 de junho de 2021. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para estabelecer o critério de renda familiar per capita para acesso ao benefício de prestação continuada, estipular parâmetros adicionais de caracterização da situação de miserabilidade e de vulnerabilidade social e dispor sobre o auxílio-inclusão de que trata a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência); autoriza, em caráter excepcional, a realização de avaliação social mediada por meio de videoconferência; e dá outras providências. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14176.htm. Acesso em 16/10/2025.

Centro de Atendimento à Pessoa com Deficiência "Rosimeire Barbosa Navarro"
Rua Serafim Afonso Costa, 3170 – Jardim Ouro Branco, Paranavaí – PR
Contato: (44) 99800-7747]



**Serviço Social, trabalho profissional e seus desafios
frente ao avanço neoliberal e fragilidade democrática**

ISSN: 2359-1277

**RESULTADOS DOS PROJETOS DE INTERVENÇÃO EXECUTADOS NO
ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL**

“RODA DE CONVERSA INFORMATIVA COM AS MULHERES DOS CRAS DE PARANAVAÍ, SOBRE A LEI MARIA DA PENHA”



“RODA DE CONVERSA INFORMATIVA COM AS MULHERES DOS CRAS DE PARANAVAÍ, SOBRE A LEI MARIA DA PENHA”

Estagiária: Izabela Fernanda Rodrigues Oliveira Belo Evangelista

Supervisora Acadêmica: Isabela Marassi

Supervisora de Campo: Soleide da Silva Matlazo

APRESENTAÇÃO

O **Núcleo Maria da Penha (NUMAPE)** Programa financiado com recursos da Secretaria Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI – Fundo Paraná, vinculado a Unidade Executiva do Fundo Paraná (UEF) – Programa Estratégico, o Núcleo Maria da Penha/NUMAPE encontra-se implantando na Universidade Estadual do Paraná/UNESPAR/Campus Paranavaí.

O NUMAPE objetiva desenvolver ações que promovam acolhimento, atendimento jurídico gratuito acesso à justiça às mulheres em situação de violência doméstica e familiar. O Serviço Social compõe a equipe técnica da instituição, realizando atendimentos às mulheres, bem como fomentar, articular e mobilizar instituições – públicas ou privadas – principalmente no que tange a condição socioeconômica, para possibilitar o rompimento do ciclo da violência doméstica e intrafamiliar, e se reconhecerem como sujeitas de direitos.

OBJETIVO GERAL

Tratar sobre a lei 11.340/2006- Maria da Penha, com as mulheres que frequentam os CRAS do município de Paranavaí.

METODOLOGIA

A metodologia central do projeto é a roda de conversa, que é um instrumento clássico do trabalho social para promover diálogo horizontal, troca de experiências e construção coletiva do conhecimento. Ela é complementada por técnicas dinâmicas e participativas para garantir o engajamento.

JUSTIFICATIVA

Tais práticas estão articuladas com o Art. 4º em que constituem competências do Assistente Social da lei n. 8662/1993 que regulamenta a profissão disposto nos incisos I e V (Brasil, 1993)

Assim, o TC - 087/2022 afirma que o NUMAPE deve promover ações de prevenção por meio de práticas socioeducativas, articulação e mobilização social, visando o combate à violência contra as mulheres, bem como, fortalecer a rede de proteção e a sensibilização da população acerca dos direitos deste público, objetivando o efetivo cumprimento da Lei Maria da Penha, principalmente do artigo 27 da lei.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL: Ministério das mulheres. Agosto Lilás: Ministério das Mulheres lança campanha de enfrentamento à misoginia. Brasília: 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/mulheres/pt/br/central-de-conteudos/noticias/2023/agosto/agosto-lilas-ministerio-das-mulheres-lanca-campanha-de-enfrentamento-a-misoginia>>. Acesso em: 25 de agosto, 2024
BRASIL: Secretaria de Políticas para as Mulheres. Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha). Conheça a lei que protege as mulheres da violência doméstica e familiar. Brasília: 2012. Acesso em: 27 de agosto, de 2024.
BRASIL, Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, (Lei Maria da Penha). CAMPOS, Amiri Haddad; CORRÊA, Lindinalva Rodrigues.
BRASIL, Lei 8662, de 7 de junho de 1993. (Lei que regulamenta a profissão) Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1993/leis/8662.htm Acessado em 29 de agosto de 2024
CHACON, C. Paranavaí registra 135 casos de violência doméstica nos primeiros meses do ano. Disponível em: <<https://diariodonordeste.com.br/paranavai-registra-135-casos-de-violencia-domestica-nos-primeiros-meses-do-ano/>>. Acesso em: 27 de agosto 2024.
UNESPAR CAMPUS PARANAVAÍ. Projeto de criação do Núcleo Maria da Penha. Termo de Cooperação – TC 087/2022.

RESULTADOS ALCANÇADOS

A execução do projeto superou expectativas, com a realização de **4 rodas de conversa** atendendo **64 pessoas (60 mulheres e 4 homens)** nos CRAS Jardim Maringá, São Jorge, Vila Operária e Zona Leste.

Participação e Adaptação:

- O alto engajamento das participantes substituiu a dinâmica planejada por **discussões intensas e tirou dúvidas**;
- A presença de crianças e autistas nos CRAS exigiu adaptação da metodologia;
- A participação masculina enriqueceu o debate;

Impacto Imediato:

- Mulheres relataram **reconhecer situações de violência** em suas próprias vidas ou de conhecidas, compreenderam o porque é necessário denunciar e a importância de auxiliar outras que estejam passando por esse processo sem julgamentos;
- **Abordagens individuais pós-palestra** permitiram orientações específicas e encaminhamentos;
- O conhecimento sobre **medidas protetivas e tipos de violência** foi ampliado significativamente;

Evidências de Sucesso:

Os depoimentos espontâneos demonstraram o alcance dos objetivos:

- “Agora entendi que o que passei era violência”
- “Vim acompanhar minha esposa e entendi que determinadas práticas são violência”
- “Posso entrar em contato com vocês, tenho muitas dúvidas”

A flexibilidade da metodologia mostrou-se crucial, transformando as rodas em **espaços seguros de conscientização prática** que cumpriram seu papel de prevenção e enfrentamento à violência doméstica.



**FOTOS DA REALIZAÇÃO DO PROJETO DE
INTERVENÇÃO – NUMAPE**

**SERVIÇO SOCIAL E CONVERSAS QUE TRANSFORMAM:
Fortalecimento dos vínculos afetivos dos Idosos**



Serviço Social e Conversas que Transformam: Fortalecimento Dos Vínculos Afetivos Dos Idosos.

Centro de Convivência do Idoso (CCI) – Instituto Mauricio Gehlen.

Luana Rosa Dos Santos Silva
Supervisora Acadêmica: **Isabela Maria Marrasi Rubira**
Supervisora De Campo: **Ranielli Coito**

1. APRESENTAÇÃO

O Instituto Mauricio Gehlen – Centro de Convivência de Idosos (CCI) é uma Instituição jurídica de direito privado constituída sob a forma de associação civil, sem fins lucrativos, de caráter socioassistencial, cultural e desportivo. Tem compromisso com o desenvolvimento da cidadania, do progresso socioeconômico do município, bem como, viabilizar o acesso às políticas públicas e privadas locais e fomentar a participação política e social dos idosos em todas as esferas da vida pública, visando assim à redução de vulnerabilidades sociais (Scarabelli, 2022).

O CCI atua no âmbito da política de assistência social na proteção social básica e desenvolve o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos à pessoas Idosas. Tem como objetivo viabilizar de forma contínua um ambiente inclusivo e acolhedor para pessoas Idosas com 60 anos ou mais, conforme estabelecido no Estatuto da Pessoa Idosa (Brasil, 2003).

Entre os profissionais que compõem a equipe, o CCI conta com o Serviço Social que atua na viabilização de direitos da pessoa idosa, por meio de atendimento individual e grupal, desenvolvendo a acolhida dos usuários e encaminhamentos para a rede de proteção quando são identificados casos de violação de direitos (Plano de ação, 2023).

3. JUSTIFICATIVA

O projeto surgiu a partir de uma necessidade do CCI em fomentar o desenvolvimento do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários na referida entidade. A realização do projeto inicia através de um levantamento que está sendo realizado por meio de uma parceria entre o Instituto e o curso de Serviço Social da Unespar de Paranaíba, no qual estudantes do primeiro e segundo ano estão aplicando um questionário semiestruturado. Para Manzini (1990/1991), a entrevista semiestruturada tem como foco um determinado assunto e partir dele é elaborado um roteiro com perguntas principais, que podem ser complementadas no momento da entrevista, tornando o processo mais livre e sem padronizações. A partir da identificação das demandas de vulnerabilidades apresentadas pelos idosos/as atendidos/as nas entrevistas, serão sistematizados os temas das rodas de conversas.

2. OBJETIVO GERAL

Promover um grupo em formato de roda de conversa com interações sociais, mediada por diálogos contribuindo para a informação sobre os direitos, qualidade de vida e bem-estar dos/as idosos/as, visando a contribuição para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários dos usuários do Instituto Mauricio Gehlen.

4. RESULTADOS

O presente projeto de intervenção teve respectivos resultados positivos, houve interação dos idosos participantes, na rodas de conversa com o tema Quem somos e o que queremos construir juntos. Foi proposto para os idosos a dinâmica a tela dos vínculos, foi utilizado um novelo de lã passando para cada idoso, falando uma qualidade e algo que valoriza em grupos, passando o novelo para outra pessoa mantendo o fio esticado, formando assim uma tela, simbolizando que todos estão conectados. Os objetivos da atividade foram promover acolhimento, escuta ativa, fortalecimento de sentimento e pertencimento na construção coletiva do grupo. Assim podendo promover acolhimento e socialização, valorização das experiências vividas, identificar interesses, expectativas e desejos para o grupo, iniciar o fortalecimento dos vínculos afetivos e comunitários.

5. REFERÊNCIAS

Estatuto do Idoso: lei federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004. Acesso em: 15 out 2024.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. PERGUNTAS FREQUENTES. SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (SCPV). 2022. Disponível em: https://www.gov.br/ministeriociadania/programas/assuntos/publicacoes/perguntas_frequentes_SCPV_2022.pdf. Acesso em: 15 out 2024.

MANZINI, E. J. A entrevista na pesquisa social. Diálogos, São Paulo, v. 20(27), p. 146-155, 1990/1991.

PLANO DE AÇÃO DO INSTITUTO MAURICIO GEHLEN. Paranaíba: Conselho Municipal de Assistência Social (COMAS), 2023.

SCARABELLI, Kaski. Instituto Mauricio Gehlen. 2023 Disponível em: <https://www.institutomauriciogehlen.com.br/>. Acesso em: 11 set. 2024.

Instituto Mauricio Gehlen
R. Raulino Dias Vilgas, 1001 - Jardim São Jorge,
Paranaíba - PR, 87711-480
contato@institutomauriciogehlen.com.br
www.institutomauriciogehlen.com.br



A MEDIAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NOS VÍNCULOS AFETIVOS ENTRE FAMILIARES E AS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE NA CADEIA PÚBLICA DE PARANAVAÍ



A MEDIAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NOS VÍNCULOS AFETIVOS ENTRE FAMILIARES E AS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE NA CADEIA PÚBLICA DE PARANAVAÍ

Estagiária: *Jessika Naftali de Andrade da Silva*
Supervisora de Estágio: *Isabela Maria Marassi Rubira*
Supervisora de Campo: *Hellen Patricia Zaine Matsumoto*

APRESENTAÇÃO

A Cadeia Pública de Paranavaí (CPPVAI) é uma unidade masculina e destinada a presos provisórios, que permanecem na unidade por um período de tragem de aproximadamente 30 dias até a transferência a outro estabelecimento ou soltura. A unidade prisional faz parte do Departamento de Polícia Penal do Estado do Paraná (DEPPENPR) e, atualmente, conta com o funcionamento do Ambulatório de Saúde Prisional, habilitado por meio da Equipe de Atenção Primária Prisional (EAPP), pela Secretaria Municipal de Saúde e o Ministério da Saúde. Nesse contexto, o Serviço Social, reconhecido como profissão da saúde pela Resolução CFESS nº 218/1997, exerce papel fundamental na coordenação e efetivação desse serviço, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade (PNAISP).

OBJETIVO GERAL

Promover e fortalecer vínculos afetivos entre familiares junto as pessoas privadas de liberdade na Cadeia Pública de Paranavaí.

JUSTIFICATIVA

A partir das tragens realizadas na CPPVAI em maio de 2024, durante a implementação do Ambulatório de Saúde Prisional, identificou-se um número expressivo de pessoas privadas de liberdade sem vínculos familiares. Diante da importância desses laços para a reintegração social e a saúde integral, conforme a PNAISP, o projeto promoveu **mediação** com familiares, orientações sobre visitas e escutas humanizadoras, que resultou em alta adesão das famílias. O Serviço Social atuou de forma estratégica na garantia de direitos e promoção da convivência familiar, em conformidade com a Lei de Execução Penal (1984) e os direitos humanos.



Ambulatório de Saúde Prisional - Cadeia Pública de Paranavaí
Endereço: Rua Antônio José de Silva nº 1031, Paranavaí - PR, 87708-010 - Telefone: (44) 3421-1570

METODOLOGIA

A intervenção baseou-se na **mediação** entre familiares e a instituição prisional, com ênfase na articulação e comunicação como instrumentos do Serviço Social. Houve **planejamento** com a unidade, **análise de documentos** sobre visitas e busca ativa de contatos nos prontuários. Os contatos via WhatsApp e ligações telefônicas, em articulação com a equipe técnica, configuraram-se como estratégia humanizadora de fortalecimento dos vínculos familiares.

RESULTADOS

Os resultados obtidos com o projeto foram:

- **Adesão expressiva:** de 35 famílias contatadas, 94,3% (33 familiares) demonstraram interesse em restabelecer o convívio por meio da solicitação da credencial de visitas, enquanto apenas 5,7% (02 familiares) não mostraram interesse;



- **Sensibilização da gestão** sobre a importância do vínculo familiar como direito das pessoas privadas de liberdade;
- **Identificação** de fragilidades nos registros institucionais, como a predominância de dados jurídicos e a ausência de informações sociais atualizadas;
- Evidenciou-se que a **comunicação** é instrumento fundamental para a humanização das práticas e reconstrução de trajetórias pós-cárcere.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Código de ética do(a) assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10ª ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional. 1. Ed. - Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

CFESS. Resolução nº 203, de 29 de março de 1999. Caracteriza o(a) assistente social como profissional de saúde. Brasília, DF: CFESS, 1999.

Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Lei de Execução Penal. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 jul. 1984.

Serviço Social, trabalho profissional e seus desafios frente ao avanço neoliberal e fragilidade democrática

ISSN: 2359-1277



**Prefeitura de
Paranavaí**



Estagiário: **Rogério Malagutti da Silva**
 Supervisora acadêmica: **Isabela Marassi**
 Supervisora de campo: **Rafaela Silva**

APRESENTAÇÃO



A **Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS)** é o órgão gestor responsável pela coordenação e execução das políticas públicas sociais no município, conforme dispõe a **Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)** e a **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Nesse contexto, o(a) assistente social atua com base na Lei que Regulamenta a Profissão, e no Código de Ética Profissional, reafirmando seu compromisso no Planejamento, Implementação e Avaliação de Programas, Projetos, Territorialização e Serviços na garantia dos direitos Coletivos, na Totalidade e fortalecimento de Vínculos Familiares e Sociais.

OBJETIVO

Discutir e fortalecer a necessidade da implantação do Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio (PSB-D) nos equipamentos de ponta. Visando consolidar a importância do Plano de Desenvolvimento do Usuário (PDU) como instrumental e ação de ferramenta afirmativa do projeto ético-político dos/das assistentes sociais.

JUSTIFICATIVA

A construção deste projeto justifica-se pela necessidade de viabilizar e estruturar o atendimento domiciliar como componente essencial da Proteção Social Básica, conforme diretrizes do SUAS e da Tipificação Nacional de Serviços socio assistenciais.

Em Paranavaí-PR, observou-se um número significativo de pessoas idosas e com deficiência com restrições de mobilidade, isolamento social e fragilidade de vínculos, muitas vezes sem acesso a serviços públicos devido a barreiras arquitetônicas e falta de transporte acessível.

A implantação do Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio responde a essa demanda, garantindo o direito à convivência familiar e comunitária e o acesso aos Direitos Sócio Assistenciais, como o BPC, CadÚnico, SCFV e Benefícios eventuais.

Sob a ótica da Lei nº 8.662/1993 e do Código de Ética, o projeto reforça o papel do assistente social como agente de transformação e defesa dos direitos humanos, atuando na prevenção de agravos sociais, com articulação ativa às redes intersetoriais, e na promoção da cidadania.

Assim, a proposta reafirma o compromisso ético e político da profissão com os princípios da justiça social, equidade e emancipação humana, integrando teoria, prática e gestão pública em prol da garantia dos direitos de proteção social.



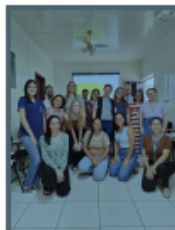
REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 set 1993.
- BRASIL. Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2004.
- BRASIL. Sistema Único de Assistência Social – SUAS: Política Nacional de Assistência Social. Brasília: MDS, 2012.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Tipificação Nacional de Serviços Sócio Assistenciais. Brasília: MDS, 2008.

METODOLOGIA

O projeto de intervenção foi desenvolvido junto às equipes de ponta (CRAS), tendo como eixo central a discussão da necessidade de implantação do Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio (PSB-D) e o uso do Plano de Desenvolvimento do Usuário (PDU) como instrumento norteador da ação profissional. Para o alcance dos objetivos propostos, foram empregadas as seguintes etapas metodológicas:

1. Apresentação e sensibilização da equipe técnica, com explanação teórica em oficina expositiva, sobre a fundamentação legal e normativa da PSB no Domicílio, conforme a Resolução CNAS, a Tipificação Nacional dos Serviços Sócio assistenciais e a que regulamenta a profissão. Utilizando dinâmicas reflexivas e análise de caso para discutir o uso do PDU como instrumento técnico de acompanhamento individualizado e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.
2. Aplicação de Estudo Dirigido, com questões abertas voltadas à análise crítica da prática profissional e à compreensão da importância da implantação do PSB no Domicílio. As respostas foram analisadas qualitativamente, permitindo identificar o grau de absorção conceitual e a apropriação técnico-metodológica pelas/os profissionais.
3. Sistematização e análise dos resultados, destacando os avanços na compreensão dos argumentos levantados na oficina, das atribuições e competências profissionais no uso e afirmativa ao nosso código de ética e lei que regulamenta a profissão, bem como a necessidade de institucionalizar o serviço no município, garantindo sua efetivação como política pública de Estado.



RESULTADOS

As discussões revelaram domínio conceitual sobre a articulação intersetorial, o planejamento territorial e a importância de uma atuação ética, técnica e politicamente comprometida com a garantia dos direitos sócio assistenciais. Os resultados obtidos consolidam o compromisso do Serviço Social com a construção de uma prática crítica, propositiva e respaldada legalmente, uma prática que transforma o cotidiano profissional em espaço de efetivação dos direitos e ampliação da cidadania. As discussões revelaram domínio conceitual sobre a articulação intersetorial, o planejamento territorial e a importância de uma atuação ética, técnica e politicamente comprometida com a garantia dos direitos sócio assistenciais.

Os resultados obtidos consolidam o compromisso do Serviço Social com a construção de uma prática crítica, propositiva e respaldada legalmente, uma prática que transforma o cotidiano profissional em espaço de efetivação dos direitos e ampliação da cidadania. Os resultados também apontaram para a necessidade de implantação e institucionalização do Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio (PSB-D) no município, assegurando sua inclusão no Plano Plurianual (PPA) como política pública permanente. Essa proposta surge do reconhecimento, pelas equipes, de que o atendimento domiciliar não se restringe ao assistencialismo, mas constitui-se em ação transformadora, que amplia o acesso a direitos e autonomia do usuário.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E
FAMÍLIA (SEMAS)**